

cadernos do

# terceiro mundo

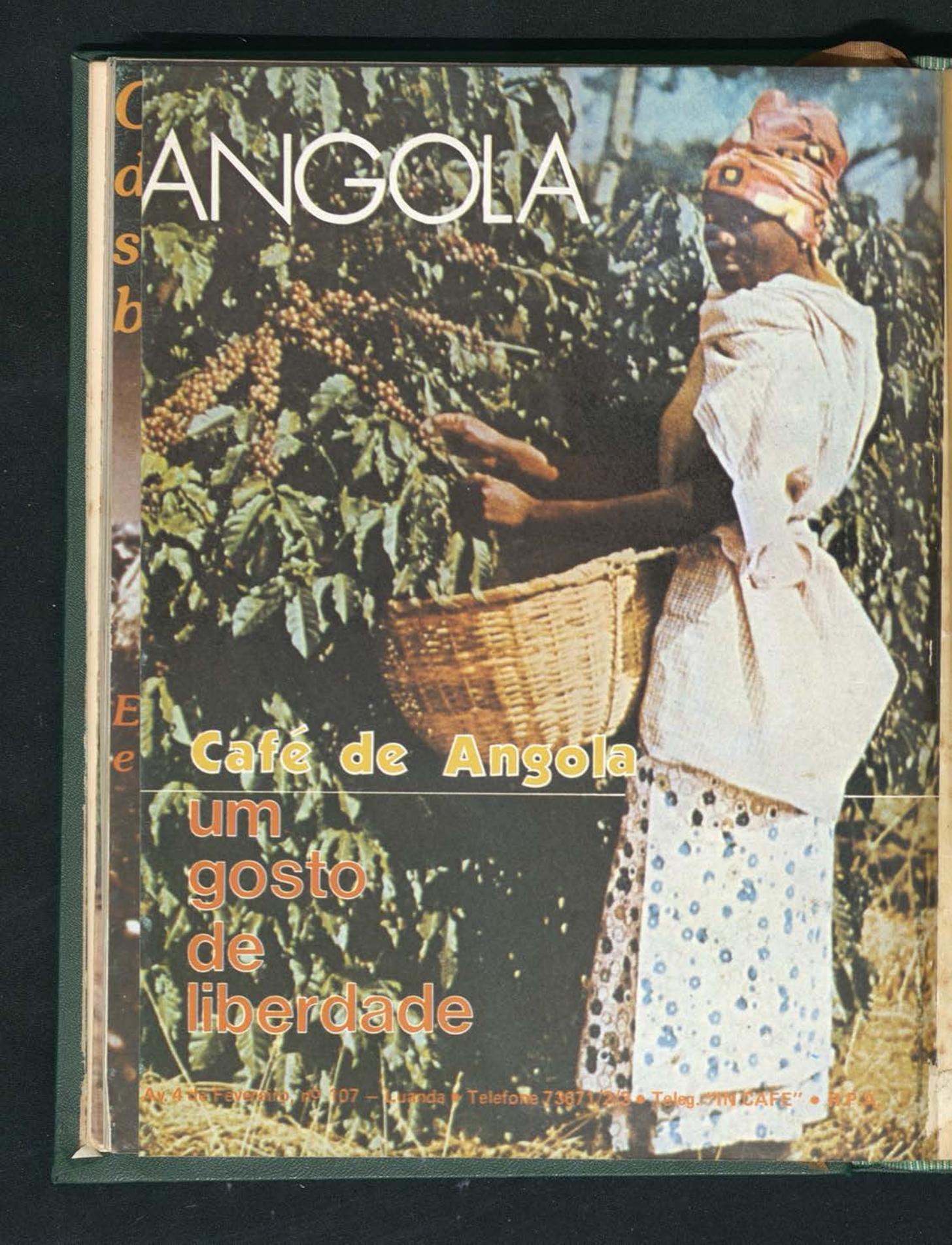
SOCIALISMO  
E DEMOCRACIA  
a proposta de Khadafi

Janeiro - 1982 - Esc. 60\$00 - Kz 60,00 - MT 60,00 - PG 60,00 - CV 60,00 - Cr\$ 150,00 - Ano IV - n.º 40

## AMÉRICA CENTRAL



COM  
O DEDO  
NO  
GATILHO

A woman wearing a headwrap and a white shawl is harvesting coffee cherries in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee trees with green leaves and clusters of ripe, reddish-brown cherries.

# ANGOLA

**Café de Angola**  
um  
gosto  
de  
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "TV CAFE" • B.P. 4

# Aos leitores

## De novo a América Central

As reacções internacionais à intervenção norte-americana em Cuba, El Salvador, Granada e Nicarágua, têm vindo a deter o agravamento da situação. Mas esse não será, porventura, o único factor a impedir a aventura belicista dos Estados Unidos. O mais importante, é sem dúvida a decisão dos povos ameaçados de vender caro a sua independência e a sua paz. Os artigos que aparecem nesta edição – a entrevista com o dirigente sandinista Sergio Ramirez, o estado de espírito dos combatentes de El Salvador, reflectidos na reportagem de Richard Beer, que acaba de visitar zonas libertadas desse país, a análise de Luis Maira, o relato que Arqueles Morales nos envia de Manágua – dão uma ideia do grau de mobilização popular como resposta às ameaças de agressão.

Daí que o título deste vasto dossier seja justamente: América Central, com o dedo no gatilho.

No número 35, publicámos um suplemento sobre a República Árabe Saharaui Democrática e o seu movimento de libertação, a Frente Polisário. Hoje, oferecemos aos nossos leitores uma matéria sobre a ideologia da revolução líbia, centrado num debate, realizado em Caracas, sobre o «Livro Verde» do coronel Kadhafi. Para aceitar ou discordar das teses de Kadhafi, é essencial conhecê-las, sobretudo quando a análise do seu pensamento passa pelo crivo de uma ampla discussão ideológica como a que acaba de ter lugar no seminário da Venezuela. O próximo especial da revista será sobre a Amazónia peruana, um complemento indispensável do que aqui se publicou (ver n.º 36) e que tanta repercussão alcançou.

O largo espaço dedicado a esses temas centrais não impediu que cobríssimos outras questões escaldantes da cena internacional, com especial atenção para o difícil processo de descolonização da Namíbia, a crise na Argentina, a luta de libertação no Oman ou ainda o panorama literário e cultural em Angola pela boca de um dos mais brilhantes escritores angolanos, Luandino Vieira.

Se o leitor tem pouco conhecimento dos problemas de estratégia à escala mundial, aconselhamos-lhe vivamente a leitura da entrevista que o almirante francês na reserva Antoine Sanguinetti concedeu aos nossos colaboradores na Bélgica, Sus Van Elzen e Maria Fialho. Uma entrevista a não perder.

A equipa de cadernos do terceiro mundo deseja vivamente agradecer a todos os leitores – e foram muitos, das mais diferentes regiões – que nos enviaram desejos de felicidades para 82. Da nossa parte, retribuimo-los sinceramente. A nossa primeira ambição – temos outras e novos projectos – é que continuem a ler e a divulgar os cadernos do terceiro mundo, que todos os meses, honestamente, preparamos para si.

Editor Geral  
Neiva Moreira  
Editores Associados  
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

● Edições em português

ANGOLA — CABO VERDE  
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE  
PORTUGAL — S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Editor  
Altair Campos  
Administrador  
Ernesto Pádua  
Redacção  
Baptista da Silva  
Carlos Pinto Santos  
Leonardo Mourão  
Revisão  
Estevam Reis  
Documentação e arquivo  
Cristina Assis  
Tricontinental Editora Lda.  
Calçada do Combro, 10-1.º  
T. 320650 — Lisboa 1200  
Serviços Comerciais e Publicidade  
José C. Figueiredo  
Composição e Impressão  
Renascença Gráfica e  
Gráfica Europam, Lda.  
Distribuição  
CDL — Central Distribuidora Lívrea SARL  
Representantes  
Angola  
Luís Henrique — C.P. 3593 — Luanda  
Moçambique  
Etevaldo Hipólito  
Rua Kongwa, 153 — Maputo  
T. 25140

BRASIL  
Director e Editor  
Neiva Moreira  
Director Administrativo  
Altair Campos  
Secretário de Redacção  
Nilton Caparelli  
Representantes  
Clóvis Sena (Brasília)  
Paulo Camaravira Filho (São Paulo)  
Caixa Postal 60.086 — CEP 05.033  
Arte  
Mária Nakano  
Carmem Saporetti  
Tradução e Revisão  
José Carlos Gondim  
Cláudia Guimarães  
Publicidade  
Jesus Antunes

Conselho Editorial Internacional  
Darcy Ribeiro — Juan Sonavía  
Henry Pease Garcia — Aquino de Bragança  
Wilfred Burchett

Documentação e Arquivo  
Lidia Freitas  
Composição  
Ronaldo Fonseca  
Distribuição  
Homero Souza  
Fotólito  
Colorio Stúdio Gráfico Lda.  
Rua 2 de Fevereiro, 33 — Encantado

Impressão  
Capemi Editora e Gráfica Lda.  
Lidia Freitas  
Rua Peçanha da Silva, 360 (Eng. Novo)  
Rio de Janeiro — RJ — Tel.: 201-2596  
editora terceiro mundo Lda.  
Rua da Lapa, 180  
(sobrelaje - A-) Tel.: 242-1957  
CEP 20.021 — Rio de Janeiro (RJ)  
Registro na Junta Comercial do Estado  
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291  
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783.0001.32  
Inscrição Estadual n.º 81.341.400  
Registro no INPI: Protocolo n.º 013.539  
Registro no SCDP/SR/DPF  
n.º 2195 — P. 209/73

● Edições em espanhol

MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL  
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE

Editor  
Roberto Remo  
Gerente Geral  
Gerónimo Cardoso  
editora periodistas del tercer mundo a.c.  
salle California, 98A — Coyacán  
México, 21 DF — telephone: 689-1740  
Correspondência: Apartado Postal, 20 572  
México, 20, DF  
BOLÍVIA — CHILE — COLÔMBIA  
EQUADOR — PERU — VENEZUELA  
(Edición Andina)  
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y  
Promoción del Desarrollo  
Avenida Salaverry, 1945  
Lima, 14 Peru — Teléfono 724-712

● Edições em inglês

ESTADOS UNIDOS — CANADÁ  
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA  
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor  
Fernando Molina  
Editor Consultivo  
Codric Belfrage  
Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzania), WAFI (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzania).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia — Argentina — Austrália — Áustria — Bangladesh — Belize — Bélgica — Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Canadá — Checoslováquia — Chile — Colômbia — Costa Rica — Cuba — Dinamarca — El Salvador — Equador — Espanha — Estados Unidos — Etiópia — Finlândia — França — Granada — Guiana — Guiné-Bissau — Honduras — Iémen Democrático — Índia — Indonésia — Irão — Iraque — Jugoslávia — Jamaica — Japão — Kuwait — Líbano — México — Moçambique — Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai — Perú — Portugal — Porto Rico — Quênia — República Dominicana — Sahara — São Tomé e Príncipe — Seychelles — Sri Lanka — Suécia — Suíça — Suriname — Santa Lúzia — Tailândia — Trindade-Tobago — Uruguai — União Soviética — Venezuela — Vietname — Zâmbia — Zimbábue.

Editor e Director: Altair L. Campos  
Propriedade:  
Tricontinental Editora, Lda.  
Redacção e Sede da Administração:  
Calçada do Combro, 10-1.º  
tel. 320650 1200 Lisboa  
Tragem desta edição: 36.000 exemplares

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Lívrea UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. CABO VERDE: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 N.º 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanário Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Edicionesociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colômbia 248, of. 205, Quito. ED. Jaramillo Arteaga, Tel. 517590, Reg. Sendip Pax 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St. San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRA-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeon Bookhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria «José Trinidad Reyes», Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humbolt N.º 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas N.º 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Panameña, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave Gonzalez, Rio Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th Int. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramirez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Werngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

# cadernos do terceiro mundo 40

## Editorial

5 Depois de Cancún

*Matéria da capa: «Com o dedo no gatilho»*

- 10 A Estratégia da resistência, *Arqueles Morales*
- 14 A crise da burguesia, *Paulo Cannabrava Filho*
- 17 Com a guerrilha nas áreas libertadas, *Richard Beer*
- 20 Porquê a América Central, *Luís Maira*
- 25 Em armas, pela democracia, *Edelberto Torres-Rivas*
- 32 Guatemala: a corrida eleitoral, *Martin Morazán*
- 35 Um passo no sentido da unidade, *Rafael Cribari*

## América Latina

- 37 **Argentina:** O fantasma da fome, *Maria Gobelli*

## África

- 41 **Namíbia:** O Ocidente abre o jogo, *Carlos Castillo*  
Um repórter na guerra  
O projecto Reagan-Botha
- 47 **Lesoto:** Tentado romper o cerco dos boers, *Etevaldo Hipólito*

## Ásia

- 49 **Oman:** A autocritica da guerrilha, *Beatriz Bissio*  
A história da Frente de Libertação
- 55 **Bangladesh:** A incógnita Sattar, *C.M. Menor*

## Estratégia

- 56 O risco de uma catástrofe: fala o Almirante Sanguinetti, *Sus van Elzen*

## Debate

- 62 Socialismo e Democracia: o «Livro Verde», *Neiva Moreira*  
Uma força de contra-intervenção, *Alice Nicolau*
- 68 **Panorama Tricontinental**

## Comunicação

- 78 As transnacionais comandam a acção, *Gerald Susman*

## Cultura

- 87 Entrevista com Luandino Vieira, *Carlos Pinto Santos*
- 92 **Moçambique:** Co-produção no Cinema
- 96 **Argentina:** A dura luta pela sobrevivência



## Igreja

Desde o n.º 24 da revista que tenho acompanhado com atenção os artigos publicados sobre o profícuo trabalho da Igreja junto das classes mais desfavorecidas, sintonizada com sentido de justiça social das palavras de Cristo. Gostaria que publicassem um profundo artigo sobre o trabalho da Igreja na América Latina e também em África. *Marcelo E. Martins, Ribeirão Preto, Brasil.*

## Kissinger

O «Doutor Strangelove» continua, hoje subrepticamente, a fazer a política dos «falcões» de Washington. O «Livro Negro» da História reserva-lhe muitas páginas. *José Augusto P. da Mota, Lisboa, Portugal.*

## Proalcool

A alternativa encontrada pelos brasileiros merece um estudo especial. Não são raros os países do Terceiro Mundo que dependem totalmente do petróleo para o desenvolvimento das suas economias; e a cana-de-açúcar, creio, seria de fácil cultivo em muitos países africanos e latino-americanos. Sugerimos um dossier sobre o Proalcool que, soubemos, é o grande responsável pelo projecto energético alternativo no Brasil. *José M. Menestrel, Quito, Equador.*

## País esquecido

(...) E constatamos que o Paraguai é de toda a América Latina o «país esquecido» pela revista. Não fosse a morte do ex-ditador Somoza, em boa hora justificado, e continuaríamos desaparecidos do mapa da imprensa internacional. Tenham sempre em vossas memórias que vivemos a mais longa e tenebrosa ditadura do continente, e que os democratas paraguaios, apesar da brutal repressão, continuam a sua luta. *P.P. e J.P., Assunção, Paraguai.*

## São Tomé e Príncipe

(...) A mim coube-me fazer um trabalho sobre São Tomé e Príncipe. Não fosse o guia (do ano passado) emprestado por um amigo, e não sei como poderia ter-me saído. O guia 82 traz mais dados, mas fiquei interessado pelo jovem país, e gostaria de ver nas páginas da revista uma boa reportagem sobre o seu presente e perspectivas de futuro. *Valéria T. Campos, Brasília, Brasil.*



## Leite materno

Excelente o trabalho que li publicado na revista sobre o leite materno. O assunto tem tal importância para os países subdesenvolvidos que os seus governos deveriam fazer, todos os anos, campanhas nesse sentido, fugindo à sanha da Nestlé e de outras transnacionais congêneres. *Juan Talavera, Manágua, Nicarágua.*

## Câmara Municipal de Santos

Levo ao conhecimento de V. Exas. que este Legislativo aprovou, em sessão de 5 de Dezembro, requerimento de autoria do vereador sr. Moacir de oliveira, no sentido de dar os parabéns a V. Exas. pela brilhante reportagem sobre a Amazônia, publicada na edição de Agosto (n.º 36) de cadernos do terceiro mundo. *Dr. Osvaldo Carvalho de Rosis, Presidente da Câmara Municipal de Santos Brasil.*

## Intercâmbio

● *Jorge Chimbenze Maiele «Deby»*  
Escola Técnica Provincial do Chitato  
Dundo – Diamang  
Lunda-Norte. Rep. Pop. de Angola

● *Tito Chinguineca*  
ao c/ de Alberta Chiriena  
C.P. n.º 15 – Sorra  
Diamang-Dundo  
Lunda-Norte. Rep. Pop. de Angola

● *Julião Muquenza*  
ao c/ de Muteba Ribeiro Tomé  
C.P. n.º 42 – Chitato  
Lunda-Norte. Rep. Pop. de Angola

● *Domingos Amorim Chinguito*  
ao c/ de André Muhungue  
C.P. n.º 15 – Sorra  
Dundo – Diamang  
Rep. Pop. de Angola

## PAIGC

Segundo informações que tenho, o PAIGC só existe actualmente na Guiné-Bissau, pois em Cabo Verde o partido passou a chamar-se PAICV (partido Africano da Independência de Cabo Verde). Quais as razões dessa separação? Existe algum número anterior da revista que traga essa explicação? Como descendente de escravos guineenses, sinto-me especialmente atraído pelo país de meus ancestrais. *Jorge Boduque, Salvador Brasil.*

Ver o número anterior (39) dos Cadernos.

## Concursos

Lendo a revista, sentimos a natural curiosidade de conhecer outros países do Terceiro Mundo ou do mundo socialista. E sinto também a falta de uma maior participação dos leitores, interessados directos no aprimoramento dos seus conhecimentos. Por que não criam concursos, com o envio de monografias, poesias ou mesmo de material jornalístico, que deem aos vencedores como prémios as viagens que todos queremos fazer? Os próprios países escolhidos como tema estariam interessados em colaborar com a revista. *Chris Magulies, Berna, Suíça.*

● *André Tanga Sinatra*  
C.P. 119 Menongue  
Kwando-Kubando  
Rep. Pop. de Angola

● *António Chacuanda Madalena*  
Mintec – Chitato  
C.P. n.º 4  
Lunda Norte  
Rep. Pop. de Angola

● *Faustino Raimundo*  
ao c/ de António Quenqueleji  
Dundo – Diamang  
Lunda Norte Rep. Pop. de Angola

● *André Bumba Sakavula*  
C.P. n.º 21/22  
Dundo – Diamang  
Rep. Pop. de Angola

● *Albino Chimuca Chirevo e Adelino Jerónimo Chapepa*  
Escola Ind. da Beira – Sofala  
C.P. 634 – Beira  
Rep. Pop. de Moçambique

## Depois de Cancún

**O**S muitos e contraditórios juízos feitos sobre os resultados da reunião de cúpula de Cancún (22 e 23 de Outubro passado) originaram um conjunto de opiniões de difícil avaliação para os observadores não-especializados. Em função de difícil avaliação para os observadores não-especializados. Em função disso, passado o encontro e quando são dados na Assembleia das Nações Unidas os passos preliminares tendentes a concretizar as directivas de Cancún, convém que seja feito um balanço perspectivo.

O primeiro dos aspectos positivos foi conseguido no momento em que foi aprovada a realização desta Conferência de Chefes de Estado sobre Cooperação e Desenvolvimento, título oficial que foi substituído pelo nome do belo balneário mexicano do mar das Caraíbas, onde foi realizada.

Procurava-se reatar o diálogo Norte-Sul, isto é, as negociações em torno das reformas e correcções da actual ordem económica internacional, entre o Terceiro Mundo e as potências ocidentais. A Conferência de Paris, realizada em 1977, resultara num fracasso devido à intransigência da parte das nações industrializadas, encabeçadas pelos Estados Unidos.

A reunião de Cancún propunha relançar o diálogo, não obstante a existência de condições internacionais ainda menos favoráveis do que as existentes antes da reunião de Paris. A longa recessão nos países industrializados e, portanto, uma menor inclinação dos seus dirigentes em assumir compromissos em matéria de cooperação foi um dos indicadores negativos. Outro, foi a

filosofia ultraliberal dominante nos Estados Unidos sob a presidência de Ronald Reagan e a conseqüente ideologia adversa aos mecanismos de entendimento intergovernamental no plano económico e, em última análise, contrário ao próprio conceito do diálogo Norte-Sul.

Apesar disso, alguns observadores e delegados concluíram que a Conferência de Cancún acabou por ser um êxito relativo, tendo em conta que a reunião viria a ser realizada, que não terminou num declarado fracasso como aconteceu em Paris, e que ela deixou uma porta aberta para entendimentos futuros.

Porém, os resultados concretos ficaram longe de atingir as expectativas, como ficaram distantes da própria natureza da convocatória.

As negociações globais constituíam o eixo desta conferência, já que cada um dos temas compreendidos no diálogo Norte-Sul — alimentação, energia, financiamento, comércio, etc. — não pode ser encarado de modo isolado, mas como parte do conjunto das relações económicas mundiais. O ponto de partida deveria ser uma série de negociações globais que definissem o marco de referência para as discussões sectoriais posteriores.

Foi por essa razão que foi eleita a Assembleia das Nações Unidas como o foro apropriado para o debate preliminar. E, em 1979, a Assembleia aprovou a resolução 34-318, na qual ficou decidida, precisamente, a realização de um conjunto de negociações globais.

Foi um acordo de princípios adoptado unanimemente, inclusive com o voto dos Estados Unidos. Mas no ano seguinte, quando as negocia-

# Editorial

ções deveriam ser concretizadas, um grupo de nações industrializadas — os Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha Federal — questionaram a Assembleia Geral como foro privilegiado das negociações. Segundo esses países, os assuntos econômicos deveriam ser considerados somente no âmbito das agências econômicas especializadas, ou seja, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT).

As nações do Terceiro Mundo foram contra essa posição, já que aquelas agências são regidas pelo sistema de voto qualificado, isto é, os membros que a compõem têm um controle proporcional às suas contribuições econômicas e estão, por essa razão, sob o domínio das potências ocidentais. Deixar nas mãos dessas agências os temas do diálogo Norte-Sul equivaleria a colocá-los sob o direito de veto das potências capitalistas. Na Assembleia Geral, ao contrário, cada um dos 157 membros tem igualdade de voto.

As nações do Terceiro Mundo opuseram-se à transferência de jurisdições. Através do Grupo dos 77, propuseram um compromisso aos seus interlocutores ricos: as negociações específicas seriam desenvolvidas nos diversos organismos das Nações Unidas e depois remetidas à Assembleia Geral. A esta competiria a incorporação dos acordos sectoriais prévios, dentro de um conjunto coerente e interdependente, e também a sua aprovação final.

Mas nem mesmo esta posição flexível solucionaria o impasse. Os Estados Unidos, e os seus aliados argumentaram que um organismo como o Fundo Monetário Internacional é autônomo e por isso as suas decisões não poderiam estar sujeitas a apelações. As negociações globais, ficaram então estagnadas.

Um precedente posterior foi a reunião de cúpula das maiores potências ocidentais realizada em Otava, no Canadá, em Julho deste ano. Ao referirem-se as negociações globais as grandes potências ocidentais manifestaram-se «dispostas a participar nos preparativos para um processo mutuamente aceitável, em circunstâncias que ofereçam a perspectiva de um avanço significativo». Esta declaração foi considerada favorável embora ambígua, pois não superava a divergência principal, ainda que expressasse uma vontade de entendimento.

Antes de Cancún, registar-se-ia outra novidade. Durante a última reunião da Comunidade Britânica (*Commonwealth*) a primeira-ministra da Grã-Bretanha, Margareth Thatcher, que havia apoiado as teses duras dos Estados Unidos, foi pressionada e persuadida pelos seus associados a mudar de posição e a apoiar o conceito de negociações globais sustentado pelo Terceiro Mundo. E, nesse ponto capital, o presidente Reagan ficaria, assim, isolado.

Produziu-se, portanto, uma divisão no Norte. Enquanto algumas potências, como a França, se aproximavam do Terceiro Mundo, realçando as suas diferenças com os Estados Unidos, o Sul apresentava uma frente unida.

Mas nem por estar isolado Reagan deixou de insistir. Indicou na sua intervenção que o seu Governo tomaria parte nas negociações globais, caso fossem acatadas quatro condições: a principal delas era, claro, a atribuição dos assuntos do diálogo Norte-Sul às agências econômicas «ficando entendido que as decisões adoptadas serão inapeláveis». Ouvidas as palavras do presidente norte-americano, muitos interpretaram que a conferência havia fracassado naquele instante.

Mas Reagan encontrava-se completamente só nessa posição. Embora com diferentes matizes, os dirigentes das demais potências industrializadas eram partidários de uma negociação. Se fracassasse essa excepcional oportunidade, na qual 22 chefes de Estado ou de governo (e os representantes daqueles, impossibilitados de assistir) se reuniram para encontrar soluções para as dificuldades económicas do mundo e para flagelos como a fome, a intransigência de Reagan seria vista como a única responsável.

Esta incómoda situação, assim como a mediação dos presidentes da conferência, o presidente mexicano José Lopez Portillo e o primeiro-ministro canadiano Pierre Trudeau, conseguiram que fosse aprovada uma fórmula de compromisso: as negociações voltariam a ser consideradas na Assembleia Geral, onde seriam discutidas a natureza das mesmas, as questões de procedimento e a agenda.

Cancún teria sido um êxito se se tivesse chegado a delinear uma fórmula aceitável para todas as partes, que através da qual se tivesse dado à Assembleia Geral um mandato preciso para iniciar negociações globais. Em vez disso, esse assunto crucial voltou para a Assembleia Geral, realimentando uma discussão inconclusiva, e com um apoio mais aparente do que real, em todo o caso, ambíguo.

Seria exagerado afirmar que o encontro de Cancún fracassou. Mas nele muito pouco ou quase nada se avançou sobre o tema central da reunião. O mesmo aconteceu com outros pontos. Em relação à criação de um departamento de energia dentro do Banco Mundial, a também solitária oposição de Reagan paralisou o projecto. E nada foi decidido sobre os programas de emergência, uma matéria de carácter urgente.

Foi revelador o que aconteceu quando se tentou dar o passo seguinte a Cancún. Na primeira semana de Novembro, o presidente da Assembleia Geral, o iraniano Ismat Kitani, abriu o debate sobre as negociações. Em poucos dias, depois de discussões infrutíferas, viu-se obrigado a suspendê-las. Não se havia avançado em nada e, ao contrário, corria-se o risco de um impasse devido à negativa norte-americana de harmonizar os seus pontos de vista com a maioria.

Prudentemente, o presidente Kitani abriu um intervalo no qual «as partes interessadas» realizariam consultas privadas. Um mês depois de Cancún, ninguém estava em condições de saber se finalmente seria conseguido um consenso nas questões de procedimento. Mas essas só poderiam constituir um primeiro passo. E mesmo se fosse dado, o desacordo poderia voltar a aparecer na fase seguinte de negociações.

É um facto a não existência de vontade política para enfrentar os grandes assuntos compreendidos no diálogo Norte-Sul, já que os Estados Unidos e alguns dos seus aliados são refractários à discussão de uma reforma do ordenamento económico internacional.

Esta a razão pela qual se gastaram tantos anos em discussões nas quais ganham tempo aqueles que não têm pressa: os países ricos. E perdem tempo os que têm urgência em encontrar saídas para a miséria e o atraso. Entretanto, a tese de um acordo entre as potências capitalistas e o Terceiro Mundo para solucionar esses problemas dramáticos, perde a sua credibilidade.

Qual seria a sua alternativa? Provavelmente um horizonte de insurreições e de explosões de violência pressionadas pelo desespero. O agravamento das contradições Norte-Sul acentuaria ao nível máximo as contradições Leste-Oeste. E a preservação da paz poderia tornar-se impossível.

# QUATRO NOVAS SÉRIES

NOS



Livros de bolso  
Europa-América.

JÁ AS  
CONHECE?



Clube do  
CRIME.



FICÇÃO CIENTÍFICA

FC



CLASSICOS WALT DISNEY com as ilustrações do filme



romances  
Turquesa.





## América Central

# Com o dedo no gatilho

O vulcânico istmo centro-americano vive hoje com o dedo no gatilho, em vigília militante e contestação revolucionária, que forças externas ameaçam converter em guerra generalizada.

A irrupção dessa região no primeiro plano da geopolítica mundial não parece justificada — como, por exemplo, ocorre no Médio Oriente — por razões económicas. Com efeito, o total de investimentos norte-americanos na América Central é estimado em 980 milhões de dólares (ou seja, 0,6% do investimento directo total dos Estados Unidos no mundo).

Os países centro-americanos não têm riquezas minerais vitais para a economia norte-americana e o total do seu comércio com os Estados Unidos representa apenas um por cento do intercâmbio externo daquela grande potência.

Mas, na óptica maniqueísta da Casa Branca, toda a ameaça ao *status quo* é vista como o resultado do «expansionismo soviético», avaliada como um perigo para a segurança nacional dos Estados Unidos e, portanto, ferozmente combatida.

Washington não se dignou responder ao desafio de Fidel Castro, exigindo provas da suposta intervenção cubana em El Salvador, mas o Pentágono continua a elaborar planos de acção militar contra a ilha rebelde, que vão desde o reforço do bloqueio à invasão. A Nicarágua enfrenta ameaças semelhantes e o México — escudo da América Latina, como uma vez o qualificou o jornalista uruguaio Carlos Quijano — disse claramente que sentiria essas agressões contra os países irmãos, como dirigidas contra si próprio. Uma atitude sábia, além de digna, já que os mexicanos não podem deixar de se

preocupar com a atitude agressiva dos militares guatemaltecos, que se estão a armar até aos dentes na sua fronteira sul, a poucos quilómetros das reservas aztecas de petróleo. Belize, recém-independente, também é vítima potencial dessa arrogância agressiva.

A estratégia do «triângulo de ferro» é também uma ameaça para a incipiente democratização das Honduras, onde o doutor Roberto Suazo Córdoba — primeiro presidente constitucional em dez anos — ainda tem de demonstrar se tem vontade (ou capacidade) de controlar a cumplicidade das forças armadas hondurenhas com os responsáveis pela morte de 80 mil salvadorenhos nos últimos dois anos.

O Panamá, sem Torrijos, enfrenta a desestabilização das suas conquistas democráticas e a virtual agressão sugerida pelo não-cumprimento dos tratados que o general nacionalista assinara com o presidente Carter para a devolução do Canal antes do fim deste século.

A Costa Rica, onde desde 1949 é constitucionalmente proibido organizar um exército, também não escapa às tensões regionais, com a crise económica galopante a exigir um novo pacto social, com maior participação popular, sob pena de as eleições de 1982 encontrarem o país num clima de violência.

A partir de diferentes enfoques, que vão desde a entrevista ao testemunho pessoal, passando pelo estudo sociológico e pela análise de como se mexem, em Washington, os fios da intervenção, este número apresenta várias chaves para se entender porquê na América Central os dedos estão no gatilho. E as armas carregadas. □



COM  
O DEDO  
NO  
GATILHO

## A estratégia da resistência

*Usando paciência e flexibilidade e apoiado na mobilização popular, o governo sandinista prepara-se para enfrentar um eventual ataque do exterior*

Arqueles Morales (\*)

**D**E todas as acusações feitas pelo general-diplomata Alexander Haig contra a Nicarágua nos últimos tempos, uma é verdadeira: o país está armado e prepara-se para a guerra.

Após duas décadas de luta armada, que deixaram um saldo de 50 mil mortos, 80 mil feridos, e destruída a maior parte da infra-estrutura económica, os nicaraguenses prefeririam destinar todos os seus esforços para a reconstrução nacional. Mas os dirigentes sandinistas seriam acusados de ingénus e inocentes se ignorassem os perigos de guerra, que, a contragosto, voltam a pairar novamente sobre a Nicarágua.

Primeiro foram as ameaças veladas, logo depois foram suspensos empréstimos já concedidos, como os famosos 75 milhões de dólares, que foram objecto de longas discus-

sões no Congresso norte-americano. Mais tarde foram os créditos para a compra de trigo, seguidos de um bloqueio comercial não declarado. Nos últimos meses, porta-vozes oficiais da administração Reagan deixaram claro, sem a menor dúvida, que a intenção da Casa Branca é destruir o processo revolucionário sandinista.

Para o secretário de Estado Alexander Haig, o problema é como intervir na Nicarágua sem que esta acção seja repudiada pelo resto do mundo. Emissários de Washington viajaram pela Europa e América Latina procurando, através de pressões e ameaças, um consenso internacional para um qualquer tipo de acção militar. O resultado foi frustrante. Na América Latina apenas o Chile, o Uruguai e a Bolívia mostraram algum entusiasmo diante da hipótese de uma intervenção através de uma «Força Interamericana de Paz», semelhante à que invadiu a República Dominicana em 1965. O

General Leopoldo Gualtieri, o novo chefe de Estado e homem-forte do Exército argentino, também teria simpatizado com a ideia. Os exércitos da Guatemala e El Salvador participariam em qualquer acção contra os sandinistas, mas teriam muitas dificuldades em neutralizar os movimentos revolucionários dentro das suas próprias fronteiras.

### Cabeça fria

O que espanta os observadores internacionais na Nicarágua, é a falta de dramaticidade com que os habitantes encaram a eventualidade de uma nova guerra, que seria ainda mais devastadora de que o terremoto de 1972, ou do que a ofensiva anti-Somoza de 1979. Nem os discursos dos nove Comandantes da Revolução nem a simples conversa com o homem da rua revelam expressões patéticas ou alarmistas. O povo parece consciente de que o destino nicaraguense está ligado à luta contra a agressão. Pouca gente mostra medo.

Apesar disso, a eventualidade de um conflito é encarada com seriedade. A Frente Sandinista e o Governo de Reconstrução intensificaram a transformação das unidades guerrilheiras em efectivos de um exército regular moderno. Os esforços neste sentido não são secretos. «Defender-nos é cumprir um dever», afirmou no começo de Dezembro o Comandante Daniel Ortega, coordenador da Junta de Governo.

Desde a segunda quinzena de Novembro, os Comandantes Humberto Ortega e Tomás Borge, respectivamente ministros da Defesa e do Interior, realizam inspeções nas diversas unidades militares do país consideradas de importância estratégica. Os comunicados expressam regularmente que elas estão preparadas e «com capacidade de responder às exigências».

### Os filhos de Sandino

Durante toda a sua história, a Nicarágua teve que enfrentar invasões estrangeiras, como a inglesa, du-

Correspondente de *cadernos do terceiro mundo* em Manágua



Diante da tensa situação, o governo nicaraguense procura manter as alianças a nível internacional e, no plano interno, produzir mais e melhor, como forma de resistir a uma eventual agressão externa

rante o século XIX, e a norte-americana, desde o começo do actual século. «Temos que levar a sério as ameaças de agressão dos Estados Unidos, porque os precedentes históricos são muitos», disse Daniel Ortega, no dia 4 de Dezembro, ao encerrar o segundo período de sessões do Conselho de Estado, órgão de assessoria legislativa do governo.

A revolução nicaraguense considera-se continuadora da luta de Augusto Sandino, o general camponês que, à frente de um «exército louco», enfrentou os *marines* norte-americanos nas montanhas da Nicarágua e só depôs as armas quando o último soldado estrangeiro abandonou o país. Um confronto com a maior potência do mundo capitalista seria para os nicaraguenses apenas a continuação de uma velha luta de resistência, «embora em melhores condições» como acrescentou Daniel Ortega.

Enquanto o Pentágono analisa as opções, que vão desde a intervenção regional promovida por Alexander Haig, até ao bloqueio defendido por

Edwin Meese, assessor de Reagan, dentro da Nicarágua as ameaças externas geraram uma reacção oposta.

As Milícias Populares Sandinistas, uma força paramilitar voluntária formada por homens e mulheres, cresce a cada dia. O seu adestramento militar incorporou-se já ao quotidiano da maioria dos operários de Manágua e de outras cidades. Todas as semanas, partem em direcção a diversas regiões do país novos batalhões de milicianos que aí receberão treinamento intensivo. Profissionais, burocratas, estudantes e também trabalhadores aceitaram a convocação. Os batalhões femininos deixaram também de ser novidade, quando as mulheres partem para as montanhas deixando os filhos aos cuidados dos maridos. Aqueles que há um ano achavam que as Milícias eram desnecessárias, são agora obrigados a rever as suas posições.

#### A raiva do povo

A primeira reacção da maioria dos habitantes foi de irritação diante

do aumento das ameaças externas. Elas significaram um acréscimo de tarefas, porque além do trabalho da reconstrução económica, os nicaraguenses têm agora que se preparar também para a defesa nacional.

A nova situação gerou também enormes problemas para as forças de direita, que procuram uma condenação do sandinismo usando métodos que se autoproclamam «democráticos». Na verdade, os grupos conservadores tiveram que se despir politicamente: «Ou se é patriota e condena-se a ameaça de intervenção, ou passa-se a fazer parte dessa mesma intervenção».

A agressividade de Reagan e do seu grupo de assessores colocou também a direita nicaraguense numa difícil situação diante de Washington. Ela preferiu adoptar uma atitude prudente, mostrando distanciamento em relação ao projecto intervencionista militar, para não se incompatibilizar definitivamente com a opinião pública de um país cuja história está profundamente marcada pela agressão estrangeira.

A Frente Sandinista de Libertação

Nacional (FSLN) aproveitou a conjuntura favorável para propor uma escolha entre «a Pátria ou contra a Pátria». O que não é um enunciado simplista, se se leva em conta que os grupos contra-revolucionários têm um papel importante na tentativa de desestabilizar o país, mesmo que até agora não tenham sido cumpridas as ameaças militares de Alexander Haig.

Nos últimos meses foram mortos em combate quase 100 ex-membros da Guarda Nacional de Somoza, que voltaram clandestinamente à Nicarágua, partindo de bases nas Honduras. Não é segredo que muitos destes grupos contra-revolucionários recebem treinamento na Florida e armamento do Exército norte-americano.

#### A outra face da guerra

À margem dos *slogans* que os nicaraguenses gritam durante as manifestações públicas contra a intervenção, existe um outro lado do problema. A ofensiva militar norte-americana contra o governo sandinista começou no terreno económico, quando foram cortados os créditos e negados os empréstimos para a compra de trigo. O objectivo parece ser o do «estrangulamento pela fome», muito parecido com o de uma guerra não declarada.

Quando se fala de invasão ou bloqueio naval, surge de imediato o problema do abastecimento. A Nicarágua faz parte de um mercado comum centro-americano onde as transações se operam mais na base da troca do que da compra e venda. Isso torna o país duplamente dependente quanto aos alimentos e quanto à tecnologia controlada pelas transnacionais.

Neste terreno, os sandinistas de certa forma anteciparam-se às pressões, criando o Plano Nacional de Alimentação (PNA), que prevê um rápido aumento da produção nacional de comida. Uma população acostumada ao consumo de milho, feijão, arroz e carne, só pode resistir a um bloqueio externo na medida em que seja capaz de produzir internamente estes alimentos.

Esta tarefa não é fácil se for levado em conta que além do aumento da produção dos alimentos para a dieta básica do povo, o país tem que continuar a exportar café, açúcar, algodão e carne para garantir as divisas necessárias. Foi adoptado então um critério para assegurar o cumprimento de todas as metas: em primeiro lugar, garantir os totais mínimos para abastecer a população; depois garantir a produção agrícola para a exportação e, ao mesmo tempo, pôr em prática um projecto de racionalização e austeridade nos gastos públicos.

Estes princípios levaram à implantação da Lei de Emergência Económico-Social, que estimula os sectores produtivos, e ao mesmo tempo impõe sanções aos responsáveis por delitos económicos. A Lei limita também a liberdade de acção dos operários, que muitas vezes agem anarquicamente, promovendo ocupações de terras, fábricas ou entram em greve sem justa causa.

Estes dois aspectos foram muito explorados no exterior como propaganda contra o sandinismo. Estas reacções foram justificadas em parte pela acção de grupos invasores de terras que, ignorando o plano de reforma agrária adoptado há dois meses resolveram, anárquica e oportunisticamente, invadir fazendas. Eles esqueceram também que a reforma agrária beneficiou quase 100 mil camponeses.

Além disso, ideias esquerdistas levaram algumas organizações operárias a provocar graves prejuízos na produção tanto do sector privado como na área controlada pelo Estado. As perdas causadas por estas greves injustificadas e economicistas foram enormes. Para o governo sandinista, produzir mais e melhor não é apenas um *slogan*, mas um aspecto fundamental da estratégia de defesa frente a uma eventual agressão externa.

#### Cautela diplomática

Diante desta situação tensa, o governo nicaraguense adoptou uma posição diplomática cautelosa, que pode ser resumida em três pontos básicos:

1) Manter a reiterada intenção de diálogo com os Estados Unidos, apesar das ameaças abertas de Alexander Haig e outros assessores do presidente Ronald Reagan. Todos os diplomatas nicaraguenses, ao mesmo tempo que denunciam sistematicamente as pressões, deixam claro que o seu país não se nega a discutir com Washington, desde que isso aconteça num clima de respeito mútuo.

2) Esforço para manter as alianças a nível internacional, as boas relações entre a Nicarágua e os governos europeus, especialmente os do bloco socialista. Além disso, o governo sandinista está preocupado em preservar as suas relações com a Comissão Permanente de Partidos Políticos da América Latina.

3) Apoio à proposta de paz feita pela Frente Farabundo Martí e pela Frente Democrática Revolucionária de El Salvador, através do governo nicaraguense, à Organização das Nações Unidas. Para os sandinistas a paz da Nicarágua passa por uma solução do conflito em El Salvador.

Num contexto geográfico hostil, a Nicarágua tem desenvolvido estes três princípios diplomáticos com paciência e flexibilidade. Os sandinistas não fazem segredo do seu apoio moral aos guerrilheiros de El Salvador e Guatemala. No caso das Honduras, as relações diplomáticas são conduzidas com uma cautela especial dada a situação particular deste país na América Central.

Dezenas de vezes os *ex-gendarmes* de Somoza invadiram a Nicarágua, vindos de bases no território das Honduras. Em todos os casos, a Nicarágua denunciou a violação de fronteiras, mas atribuiu o patrocínio destas acções agressivas a sectores reaccionários do Exército hondurenho, deixando sempre aberta a porta do diálogo com as autoridades de Tegucigalpa.

Em resultado disso houve uma neutralização momentânea das Honduras, país sem o qual se torna impossível qualquer tipo de intervenção militar regional contra a Nicarágua. É difícil prever quanto tempo vai durar este equilíbrio, mas não se pode negar que até agora o

esforço nicaraguense para evitar um conflito tem dado resultados.

Em relação ao resto do mundo, o governo sandinista procura de todas as maneiras evitar o isolamento diplomático procurado pela administração Reagan. Durante a recente reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Santa Lúcia, o delegado norte-americano disse que a Nicarágua ameaça converter-se num «Estado totalitário».

Por coincidência, no mesmo dia do discurso de Alexander Haig, em

Santa Lúcia, o comandante Daniel Ortega anunciou o regresso de alguns partidos conservadores de oposição ao Conselho de Estado. O facto quase não foi mencionado pelas agências transnacionais de informação, mas ele vem reafirmar o carácter pluralista da revolução sandinista. No momento, o Conselho de Estado discute um projecto sobre regulamentação dos partidos políticos propostos pela FSLN.

Esta tentativa de aprofundamento dos objectivos originais do governo

sandinista pôde ser observada directamente por delegações da Internacional Socialista, da Internacional

Democrata-Cristã e por homens de negócios dos Estados Unidos e Europa que visitaram a Nicarágua re-

centemente. Provavelmente agora estes europeus, norte-americanos e latino-americanos poderão entender melhor o sentido do *slogan* usado num cartaz de um bairro pobre de Manágua. Ele afirma: «Vieram e se foram. Se regressarem, nós os enterremos aqui». □

## O triângulo de ferro

A existência de uma aliança militar secreta entre os exércitos de El Salvador, Guatemala e Honduras «para combater o comunismo na América Central» foi confirmada em declarações a uma rádio da Costa Rica, pelo ministro salvadorenho da Defesa, coronel José Guillermo García. O CONDECA (Conselho de Defesa Centro-Americano) foi virtualmente dissolvido depois da derrota, em 1979, da sua principal força, a Guarda Nacional da Nicarágua. No entanto, pelo curso dos factos, foi substituído pelo chamado «triângulo de ferro», inspirado pela Junta Interamericana de Defesa e integrado por esses três países, cujos efectivos militares totalizam 44 mil homens, 800 carros blindados e 140 aviões de combate.

Autoridades guatemaltecas e hondurenhas têm negado reiteradamente a existência do «triângulo», mas o coronel García justificou-o como um peso lógico, «porque quando há perigo, temos de unir-nos» e acrescentou que com ele se «conseguirá controlar e neutralizar a ajuda à guerrilha» que estaria sendo proporcionada pelo «bloco soviético, comunista, marxista». Por seu lado, o presidente salvadorenho Napoleón Duarte argumentou indirectamente a favor do triângulo de ferro ao denunciar, em Novembro passado, a existência de um «triângulo subversivo», integrado pelas «forças esquerdistas» de El Salvador, Guatemala e Nicarágua.

No entanto, o objectivo último da aliança militar direita não seria só o combate aos revolucionários. Belize e o México sentem-se já ameaçados pelo armamentismo na Guatemala. Num recente simpósio sobre as rela-

ções entre ambos os países, realizado na capital azteca, o professor guatemalteco Carlos Cáceres denunciou «uma potencial ameaça militar» do seu país contra o México.

O seu compatriota Jacob Vargas explicou que «se está a construir toda uma série de estradas — o chamado Anel Periférico Nacional — cujos ramais começam na fronteira com o México, próximo da zona petrolífera deste último país. Está-se a criar assim uma infra-estrutura que permitirá o transporte de tropas até ao México».

Essa mesma rede rodoviária seria, na direcção sul, o caminho que tomariam as tropas guatemaltecas em caso de uma intervenção maciça em El Salvador.

O coronel (exilado) guatemalteco Carlos Paz Tejada comentou: «Os militares da Guatemala pensam que são grandes estratégias ao montarem toda essa infra-estrutura, mas, no fundo, não passam de instrumentos... De quem? Vocês sabem tão bem quanto eu...»

As autoridades militares da Guatemala acusaram frequentemente o México de servir de «santuário» aos guerrilheiros que operam no país. Se a tensão crescesse na área, esse argumento poderia ser utilizado como pretexto para operações de «perseguição quente» semelhantes às incursões que a África do Sul realiza — com o apoio norte-americano — contra Moçambique e Angola.

Nas sedes da *Texaco*, *Mobil Oil*, *Getty Oil* e outras transnacionais petrolíferas, que há quatro décadas foram expulsas do México mas que operam livremente na Guatemala, os analistas devem estar muito atentos para as possíveis variantes dessas hipotéticas «perseguições» que enterrariam uma ponta do «triângulo de ferro» no coração das jazidas mexicanas de petróleo.



## A crise da burguesia

*O empresariado nicaraguense na actual etapa do processo liderado pelos sandinistas*

Paulo Cannabrava Filho

**O** dr. Sergio Ramírez Mercado, um dos membros da Junta de Governo nicaraguense, falou, em entrevista exclusiva a cadernos do terceiro mundo, sobre o papel dos empresários no processo revolucionário que vive o seu país.

*Como explica o enfrentamento que se verifica entre o Conselho Superior da Empresa Privada (COSEP) e o governo de reconstrução nacional?*

A burguesia nicaraguense teve todos os anos anteriores ao triunfo sandinista para se apropriar do poder e executar um projecto próprio de desenvolvimento. Preferiu, no entanto, ficar à sombra de Somoza e do capital norte-americano. Depois do triunfo das forças populares, pretendeu dirigir o processo, porém, sem apresentar um projecto alternativo específico. Alguns sectores da burguesia passaram então a fazer oposição ao projecto sandinista. Uma posição a nosso ver suicida. Talvez que para uma burguesia menos atrasada, ou seja, mais moderna, tivesse sido mais fácil entender quais as regras do jogo e aproveitar para realizar-se como classe. A burguesia nicaraguense perdeu definitivamente as armas que no passado a apoiavam. Esse é um facto que ela ainda não entendeu. Também não quer ver que existem todas as garantias de aproveitar uma oportunidade única na história de participar do processo de desenvolvimento como classe. O problema, então, é que a burguesia como classe nunca existiu e não quer existir na Nicarágua. Os elementos

nacionais dessa burguesia foram substituídos por valores norte-americanos.

### O papel do sector privado

*Qual a importância do empresário privado na Nicarágua? O que representa o COSEP na economia nacional?*

A força da economia privada é importante, mas não a da burguesia, pois o que constitui o grosso da propriedade não é a burguesia e sim a pequena e média propriedade privada. E o COSEP chega a considerar até o camponês dono de uma vaca como proprietário privado.

Se encarmos quantitativamente a propriedade dos meios de produção na Nicarágua teremos, numa escala de um a cem, a seguinte correspondência:

Estado .....	30 %
Grande Propriedade Priv. ...	20 %
Peq. e Média Prop. Priv. ...	50 %

Total: ..... 100 % da propriedade dos meios de produção.

Na composição do Produto Interno Bruto, PIB, no entanto, há que tomar em conta não só o factor quantitativo, mas, fundamentalmente, o qualitativo que é o que determina a direcção na economia. A pequena propriedade é mais numerosa mas ela não está representada no COSEP, pelo contrário, interessa-lhe mais filiar-se numa cooperativa dirigida pelo Estado. É preciso entender qual é a real representatividade do chamado COSEP e a que interesses reais ele está subordinado.

O sector privado em conjunto não chega a 45 % do Produto Interno Bruto. Esse sector é composto pela grande propriedade industrial e comercial, a agropecuária e a agro-exportadora, a média propriedade agrícola e industrial e a grande massa dos pequenos produtores.

Quanto ao Estado, ele mantém a propriedade dos meios de produção nas áreas estratégicas, bem como mantém o monopólio sobre a exploração dos recursos naturais, sobre os serviços básicos, o financiamento e os bancos. Se encarmos a questão do ponto de vista qualitativo, da produtividade, temos que o Estado participa com mais de 50 % na formação do PIB.

Depois do triunfo, a Junta de Reconstrução deu todas as facilidades para o ressurgimento do sector industrial. Facilitou-se a reestruturação dos passivos, facilitou-se o acesso a divisas para reposição de equipamentos, enfim, tudo de que precisavam. Daí que, em 1980, o sector industrial tenha cumprido 94 % das metas fixadas no programa de desenvolvimento.

O cumprimento dessas metas deu-se fundamentalmente nos ramos de alimentos, calçados e vestuário, couros e materiais de construção. Mas o grande cres-

cimento verificado no sector foi sustentado, basicamente, pelas empresas de propriedade do povo e nas pequenas empresas.

Voltando à questão da representatividade do COSEP. Há outro factor que tem que ser levado em conta. Ocorre que cerca de 20 % de todo o grande capital privado do país está concentrado nas mãos de apenas duas famílias: Chamorro e Pelles. Os grandes proprietários não participam do COSEP. Desse conselho participa um reduzido grupo de uns 30 empresários, médios ou pequenos, a maioria dos quais carregada de frustrações por não terem conseguido, em nenhum período, afirmar-se como capitalistas.

Em resumo, os indicadores económicos mostram que o que define a propriedade na Nicarágua não é a burguesia, ainda que os burgueses continuem a fazer negócios fabulosos no país, sobretudo no sector comercial e na especulação. O problema, portanto, é político.

#### *E as transnacionais?*

As transnacionais não desempenham um papel preponderante na economia nicaraguense. Até agora elas não criaram problemas ao Governo de Reconstrução Nacional. Elas não participam do COSEP. Entre as mais importantes, estão a *Standard Oil*, que refina petróleo; a *Standard Fruit*, que em convénio com o Estado exporta oito milhões de caixas de banana por ano (uns 14 milhões de dólares); a *Toxiclorofeno*, a *Nestlé* e outras. No caso da *Nestlé*, ela está desenvolvendo um projecto leiteiro em Matagalpa, associada a uma empresa estatal.

#### **Acordos em termos mais favoráveis**

*E a dívida externa? Ela praticamente duplicou durante o primeiro ano de administração sandinista. Como o explica?*

Dos quase 1,7 mil milhões de dólares que Somoza ficou a dever, não encontramos um só centavo aplicado em infra-estrutura ou no sector produtivo. É como se tivessem emprestado dinheiro a ele e não ao país. Mesmo assim, a parte correspondente à dívida do governo central com o sistema bancário privado internacional já foi renegociado. O acordo compreende uma taxa de juros de sete por cento e um prazo de 12 anos para pagamento, sendo que os sete primeiros anos são de graça. Assim, nos próximos cinco anos, serão amortizados 582 milhões de dólares de forma escalonada, de tal maneira que só no período 1990-1992 serão pagos mais de 50 % do total da dívida.



**Sérgio Ramirez**

Com respeito à dívida do sistema financeiro com o sistema bancário internacional, já se conseguiram acordos em termos mais favoráveis que os obtidos com a renegociação da dívida pública. No concernente à parte da dívida correspondente a empréstimos de governo a governo, já foi renegociada com a Venezuela, a Espanha e o Japão. Em resumo, estamos a começar do zero. E vamos necessitar de muito dinheiro. O desenvolvimento da Nicarágua não se resolve com dois ou três mil milhões de dólares, principalmente se se pretende fazer barragens hidroeléctricas, se se pretende irrigar a agricultura. Por isso estamos a fazer novos empréstimos, mas noutras condições.

*Os Estados Unidos suspenderam o programa de ajuda económica à Nicarágua. Qual o reflexo dessa atitude?*

Esse também é um problema mais político que económico. Nunca foi significativo o volume da ajuda económica para o desenvolvimento por parte dos Estados Unidos. Eles tinham prometido 75 milhões de dólares no tempo de Carter e até agora só deram 60 milhões desse total. Mas tudo isso fazendo uma onda tremenda, exigindo em troca compromissos inaceitáveis; que o dinheiro fosse para isto e para aquilo, para fulano ou para beltrano, vetando que fosse para qualquer dos projectos prioritários para a reconstrução. Agora veja a diferença. Só da Líbia, por exemplo, recebemos 100 milhões de dólares de uma só vez, sem nenhuma condição, como ajuda para equilibrar a nossa balança de pagamentos.

*Que tipo de ajuda importante está a Nicarágua a receber?*

A República Federal Alemã e a Holanda têm ajudado de diferentes maneiras, em volume importante. Aqui na América Latina é grande a ajuda que estamos a receber do México e excelentes as nossas relações com a Venezuela. Também é muito importante a contribuição do Perú, no sector da Pesca e da Engenharia. □

cadernos do  
**terceiro  
mundo**

Assinaturas: Portugal — anual (12 números) esc. 500\$00; semestral (6 números) esc. 300\$00. Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S Tomé e Príncipe (12 números, via aérea) US\$18.

Restantes países (12 números, via aérea) US\$22.

Calçada do Combro, 10-1.º, 1200 Lisboa Tel. 320650



# uma vida de boy

## Ferdinand Oyono

Uma história impressionante ocorrida nos anos que antecederam a independência.

O diário de um Boy (criado) que nos desvenda a hipocrisia da vida dos brancos para com os habitantes do país colonizado.

Um novo romance do conhecido escritor dos Camarões, Ferdinand Oyono, autor de "O Velho Preto e a Medalha" já publicado pela Caminho.

na estrada do futuro **editorial  
CAMINHO**



COM  
O DEDO  
NO  
GATILHO

## Com a guerrilha nas áreas libertadas

O depoimento de um jornalista que conviveu com os milicianos e combatentes salvadorenhos

Richard Beer (\*)

«comandante Poncho» morreu numa emboscada. Ele era o meu único contacto com a guerrilha em El Salvador. «Agora, é a guerra aberta. O exército ataca como nunca. Não tente achar um novo contacto sozinho. Talvez eu possa ajudá-lo», adverte um amigo simpatizante dos rebeldes.

Muitas coisas mudaram na capital, San Salvador, após a minha última visita, em Julho. Neste fim de ano, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), mesmo sob uma rígida clandestinidade, assusta os soldados do governo.

Apesar da multiplicação das ofensivas governamentais, os guerrilheiros controlam uma boa parte do território nacional. A Frente destrói pontes e ataca colunas militares que só ousam avançar sob a protecção de aviões e canhões de 105 milímetros.

San Salvador vive mergulhada na psicose irracional do anticomunismo. As tropas do governo não têm mais moral, a Junta democrata-cristã não pensa senão em intrigas políticas mesquinhas. A direita grita que para fazer frente à subversão internacional só há uma saída, a aliança militar entre El Salvador, Guatemala e Honduras.

Na embaixada dos Estados Unidos, uma fortaleza de cimento-armado reforçada por sacos de areia e

guardada por fuzileiros navais e que lembra a de Saigão, o embaixador Deane Hinton, que está no posto há apenas cinco meses mostra-se visivelmente descontrolado. «A FMLN não passa de um bando de terroristas e criminosos. Porque razão a Frente Democrática Revolucionária (FDR — que une toda a oposição e é dirigida pelo social-democrata Guillermo Ungo, no exílio) não aceita as eleições propostas para Março? É fácil criticar a Junta de um quarto de hotel de luxo no México ou numa qualquer entrevista à imprensa. A FDR não devia temer riscos», reclama o embaixador.

Os «riscos», são as 30 mil pessoas assassinadas pela extrema direita e pelas forças de segurança, desde Outubro de 1979.

Surpreendentemente, nessa mesma noite, o meu amigo fez chegar até mim um convite da FMLN para visitar o centro da região de Usulután, uma área sob o controlo da guerrilha. Apressadamente preparo-me para a expedição, acompanhado de um fotógrafo brasileiro. Um encontro discreto ocorre num posto de gasolina. Nenhuma palavra inútil. No calor do meio dia, enquanto as tropas desfilam no centro da cidade durante uma cerimónia militar, nós escapamos em silêncio na direcção sudoeste.

«Temos que prestar muita atenção. O exército acaba de se retirar de Usulután, o campo não é muito seguro», adverte Elena, uma jovem de 15 anos, cuja missão é levar-nos até às milícias populares. Passamos por diversos postos de controlo militar. Depois de percorrer durante 20 minutos uma estrada secundária, o jeep pára bruscamente. O motorista volta rapidamente para San Salvador. Conduzidos por Elena, nós dirigimo-nos para uma fazenda abandonada, distante alguns quilómetros.

Repentinamente, rodeiam-nos. São cerca de vinte milicianos, as tropas de apoio da guerrilha, muitos deles quase da mesma idade da nossa acompanhante. O armamento é improvisado. Separamo-nos de Elena. Agora resta apenas esperar que a noite chegue para que possamos deslocar-nos em maior segurança.

Voltamos à estrada em fila indiana. A marcha é forçada, mas a lua cheia facilita a caminhada que segue por vales escarpados e leitos secos de rios. Os arbustos de oréganos perfumam o ar.

Antes de chegar à montanha, atravessamos imensos campos de algodão. Ouço ao longe o ruído de metralhadoras, vindo de algum lugar ocupado pelo exército. Mas já estamos em território controlado. Aqui começa aquilo que a guerrilha chama de «áreas libertadas». Existem várias no país. A que vou visitar estende-se por quase 10 km<sup>2</sup> com uma população civil de cinco mil pessoas, vivendo em regime de auto-suficiência económica.

A influência da FMLN nesta parte de El Salvador estende-se, na verdade, desde a rodovia Panamericana, no norte, até ao Oceano Pacífico, a sul. A oeste, nas margens do rio Lempa, começa outro reduto da esquerda, o departamento de San Vicente.

Jornalista francês, correspondente no Rio de Janeiro do jornal diário sueco *Dagens Nyheter* para toda a América Latina

É uma posição estratégica de importância, porque corta o país em dois. Por diversas vezes neste Outono, o governo mobilizou milhares de soldados nas duas margens do rio Lempa, na tentativa de desalojar as forças da guerrilha. Em plena ofensiva governamental, as Forças Populares de Libertação (FPL — uma das várias organizações armadas da FMLN), destruíram (em Outubro) a Ponte de Ouro, a maior da América Central, com cerca de 850 metros de extensão e ligando as duas margens do Lempa. O objectivo era aliviar a pressão do exército sobre a guerrilha na região noroeste do país e permitir a retirada da população civil.

«Foi uma humilhação terrível para o exército», diz um membro da FMLN. «Uma semana depois da explosão, no dia 21 de Outubro, mil e quinhentos homens, apoiados por aviões bombardeiros e artilharia pesada, cercaram as bases, em Usulután, numa tentativa de vingança. A ordem era não poupar ninguém. Os nossos soldados já estão acostumados a não se deixarem capturar facilmente. Mas a população civil não escapou. Foi uma matança terrível».

Quando entrámos na zona de Usulután, de madrugada, encontramos sinais evidentes de uma guerra total: cadáveres de vacas em decomposição, fazendas queimadas até aos alicerces, crateras de bombas de 250 quilos, colheitas devastadas.

Em cada cabana visitada, chora-se a perda de muitos mortos. Flores, velas acesas, as preces diante dos altares improvisados, testemunham o massacre. Quantos civis foram mortos? Uns 100 mortos e quase tantos desaparecidos». Vi alguns prisioneiros serem atirados vivos dos helicópteros no rio Lempa», declara um garotinho. De facto, muitos cadáveres, foram daí retirados no princípio de Novembro, lembro-me de uma rápida olhadela num jornal de San Salvador.

«Estávamos na estrada, umas cinquenta pessoas, mulheres, crianças e alguns velhos como eu. A gente queria-se abrigar, as colunas avançavam rapidamente. Mas os soldados já estavam lá na frente da gente. A cinquenta metros, abriram fogo com armas automáticas e lança-granadas. Muitos tentaram fugir, mas foram perseguidos e mortos com armas brancas. Seis ou sete foram feitos prisioneiros e os outros, mortos. Comigo, os soldados pensaram que eu estava morto».

O velho fala lentamente. Na sua família, oito pessoas foram assassinadas, inclusive quatro crianças.

Numa outra aldeia, uma rapariguinha cai em lágrimas lembrando o regresso a casa depois da passagem dos soldados, há apenas alguns dias.

«Os corpos estavam amontoados, torturados, decapados. Uma garotinha de cinco anos tinha sido estripada».

Outras testemunhas explicam ainda como os tiros da artilharia puderam atingir as fazendas com precisão, guiados pela rádio de um helicóptero... Massacre desconhecido, já que aconteceu numa região inteiramente isolada. Não um «excesso» qualquer da extrema-direita, (como pretendem certas versões), mas

executado a sangue-frio por unidades regulares, entre as quais o sinistro batalhão *Atacatl*, treinado por conselheiros norte-americanos. Oficialmente, nenhum civil foi morto aqui. Ao contrário, o Exército vangloria-se de ter matado 132 guerrilheiros durante a operação em Usulután. Mas os corpos nunca foram mostrados, apesar da insistência de diversos jornalistas. E pudemos constatar apenas alguns feridos nas «enfermarias» da guerrilha.

«Talvez vocês compreendam agora a nossa determinação em ganhar esta guerra. Não podemos recuar mais», dizem-me os quatro representantes das forças guerrilheiras, respectivamente, das FARN (Forças Armadas da Resistência Nacional), FPL, ERP (Exército Revolucionário do Povo) do PRTC (Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-Americanos) que controlam juntos Usulután.

Só dispõem de 400 guerrilheiros combatentes que são, em compensação, bem armados e treinados. Cada uma dessas organizações é responsável pela administração de uma parte da «área libertada». Vivem em campos separados, cada uma com rede própria de comunicação de rádio sofisticada, que permite a ligação permanente com outras frentes por todo o país.

«O importante não são os efectivos de que dispomos, mas o nosso processo revolucionário», sublinha o «comandante Ramon», do ERP. Poderíamos facilmente duplicar o número dos nossos combatentes, mas isso ainda não é necessário e também nos faltam armas modernas e munições». Não fazemos discriminação entre soldado e apoio, militante e simpatizante. É uma guerra popular. Poderíamos sublevar San Salvador amanhã, se quiséssemos. Mas então seria um novo massacre. A nossa força é o tempo e a confiança do povo», acrescenta.

É bem verdade que os campos visitados não estão isolados da população. Apesar dos recentes horrores, reina um ambiente de optimismo na região. Reconstroem-se as casas, as pessoas reinstalam-se, recuperam-se viveres. Os camponeses cruzam com as suas vacas os caminhos dos guerrilheiros que voltam de uma patrulha nocturna. Eu não posso deixar de pensar em «Astérix e os gauleses»...(\*)

«A maior ponte da América Central, fomos nós, da FPL, que a explodimos», insiste um jovem soldado, muito orgulhoso da acção. Liga um pequeno gravador com uma gravação «ao vivo». Ouço a sua voz entusiasmada apresentar-se como «o correspondente de guerra da FMLN na Ponte de Ouro», mas tudo se assemelha estranhamente à cobertura de uma partida de futebol:

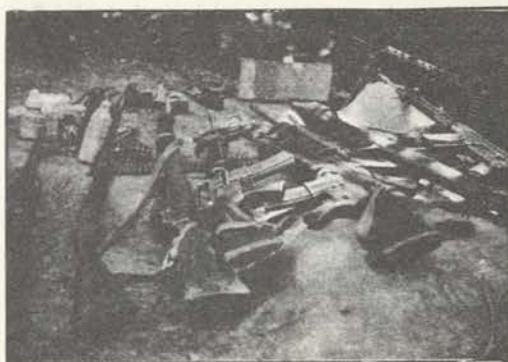
«Aqui, o fogo está forte durante a fase final da nossa operação contra a ponte. O excelente comando nas águas do rio acaba de colocar os explosivos. Daqui a alguns segundos... Bum... o vão central foi levantado como se fosse puxado por uma mão invisível. Alegria delirante no meio dos camaradas presentes. Todos se abraçam levantam as armas ao alto. Ninguém pensa mais no inimigo. A vitória, a vitória é total».



Guerrilheiros em Usulután, frente sul-oriental: homenagem ao líder histórico Farabundo Martí



As mulheres participam na guerra popular de El Salvador. Na foto, uma empunha a bandeira da FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional)



Armas da guerrilha salvadorenha: das mais sofisticadas armas automáticas norte-americanas M-16 e FAL belgas às carabinas antigas e minas caseiras

«Claro, é terrível ensinar a guerra. Mas eu faço isto pela paz, pela minha família que eu não vejo há dois anos».

Depois de um instante de silêncio, acrescenta: «Ninguém quer morrer». □

(\*) — Asterix, personagem da banda desenhada criada por Goscinny e Uderzo, habitante de uma pequena aldeia da Gália que é... o terror das legiões do Império Romano.

Segundo fontes do Exército, o trabalho de precisão espectacular fora executado por «especialistas cubanos». O editorialista americano Jack Anderson do *Washington Post* achou bom «revelar» que «600 cubanos vindos da Nicarágua» tinham participado na operação.

Esse género de propaganda é objecto de muita gargalhada quando os grupos, à noite, se estendem nas redes, cozinham as tortilhas de milho na fogueira e cantam recentes composições que não poupam o presidente Reagan.

Um comandante barbudo, um dos únicos a usar o uniforme verde-oliva, parece uma versão moderna de Fidel Castro nas montanhas da Serra Maestra. E de facto ele é um chefe que já tem uma certa lenda, um dos «heróis do povo»:

«Antes de combater em Usulután, eu organizava os trabalhadores em San Salvador. E antes disso, era soldado profissional no Exército salvadorenho. Mas a pressão da direita obrigou-me a pedir a demissão».

Mostra a arma automática M-16, de fabricação norte-americana, que usa atravessada: «Esta, capturei-a ao inimigo. De resto, compramos principalmente Fal belgas ou G-3 alemães ocidentais no mercado negro».

Numa oficina improvisada, sou apresentado a Leticia, 19 anos, que apesar do local em ruínas está vestida com um jeans apertado e um boné. Estremeço ao ver a sua actividade: a fabricação de uma mina. A tímida Leticia, que milita desde a idade de 14 anos, é explosivista, isto é, especialista em explosivos. E dá aulas à noite.



COM  
O DEDO  
NO  
GATILHO

## Porquê a América Central?

*O governo Reagan escolheu a América Central e as Caraíbas como a região-teste para a sua estratégia de poder. Ela constitui a única região do mundo em que o Departamento de Estado e o Pentágono acreditam que o seu sonho de hegemonia se torne possível a muito curto prazo*

Luís Maira (\*)

**U**M factor constante na política dos governos republicanos para a América Latina tem sido a sua linha de «baixo perfil». Enquanto, tradicionalmente, os governos democratas levantam ambiciosas retóricas em torno de «novas eras de relação entre as duas Américas», os republicanos adoptam um estilo pragmático, que privilegia as relações directas com países da região, sem se ocupar da definição de esquemas gerais.

### **Geopolítica: um novo globalismo**

Daí que a preocupação exibida pela equipa de colaboradores de Ronald Reagan em relação à América Latina desde as primeiras fases da campanha eleitoral passada pareça bastante excepcional e requeira uma explicação adequada. Porque razão um grupo de académicos de extrema-direita — ideologicamente compacto —, com uma base comum de operações no Centro de Estudos Internacionais e Estratégicos da Universidade de Georgetown, foi designado, imedia-

Este artigo foi já publicado na revista *Polémica*, editada na Costa Rica

tamente após as eleições primárias, para elaborar uma nova proposta de política latino-americana? Porque razão alguns dos especialistas desse grupo, como o seu coordenador, Roger Fontaine, ou o general na reserva Daniel Graham, antigo director da Agência de Informações da Defesa (DIA) realizaram diversas viagens diplomáticas por países da América Central e do Sul onde tiveram encontros com vários grupos empresariais, altos comandos militares e dirigentes de governos autoritários? A explicação tem raízes na própria lógica da nova visão do mundo que os especialistas do presidente republicano tentam impor.

Nos Estados Unidos, as épocas de crise sempre foram propícias ao aparecimento de visões globalistas. Há quatro anos, com James Carter, assistimos à proclamação de um globalismo económico. O governo democrata chegou ao poder esgrimindo a «estratégia trilateral», que afirmava que os efeitos da crise capitalista só poderiam ser superados por um tratamento conjunto dos problemas globais, o que levou à implantação de políticas afins nos principais países capitalistas desenvolvidos. Acreditou-se que os Estados Unidos, Japão e as nações da Comunidade Económica Europeia podiam dar um tratamento comum a assuntos tão críticos como os problemas da energia, as negociações com a OPEP, o reordenamento do comércio internacional, o estabelecimento de uma nova ordem económica, a exploração das riquezas marítimas, as negociações com o Terceiro Mundo e as relações com a União Soviética e o campo socialista.

Através destas políticas coincidentes, Zbigniew Brzezinski e os arquitectos da linha internacional do governo Carter esperavam criar as condições para uma recuperação de todo o campo capitalista.

O esquema fracassou por inúmeras razões, mas, fundamentalmente, pela irreducibilidade dos interesses nacionais de cada uma das potências do Primeiro Mundo. No final das contas, a percepção das vantagens imediatas foi mais forte que a adesão a esta espécie de «sentido comum alternativo», com que os segmentos mais lúcidos e transnacionalizados das suas diversas burguesias nacionais tentavam resolver uma crise que castigava todos.

Agora, com Ronald Reagan, assistimos ao advento de um novo globalismo. Desta vez não se trata de uma proposta económica, mas, basicamente, de uma proposta geopolítica e militar. Com Reagan, tenta-se reordenar o mundo, não a partir do consenso, mas sim através da força: restaurar a imagem de uns Estados Unidos fortes, dispostos ao rearmamento militar e a fazer pesar a sua liderança sobre os aliados e adversários, em função de uma drástica redefinição do interesse nacional norte-americano e da decisão política de deter o «avanço comunista em todo o mundo».

Um dos maiores esforços realizados pelo próprio Reagan, na sua qualidade de «presidente comunicador», é no sentido de que o povo norte-americano supere o que foi chamado pelos próprios republicanos



como o «complexo do Vietname» e volte a aceitar a possibilidade de uma acção militar fora de suas fronteiras.

### A hora do «jardim da frente»

É neste contexto, e quase por exclusão, que a América Latina se torna a peça-chave para a estratégia de contenção de Washington. Entre as conclusões que os especialistas internacionais neoconservadores estabeleceram, figura a de que um conjunto de acções eficazes, capazes de cumprir uma função de «efeito-demonstração» para o mundo em desenvolvimento e marcar um início de recuperação do poder militar norte-americano, só será possível na sua área geográfica mais imediata: as críticas regiões da América Central e das Caraíbas. Deste modo, procura-se fazer em El Salvador e na Nicarágua aquilo que teria sido desejável, mas fora impossível, na África, no Médio Oriente ou no Sudeste Asiático.

Isso explica a inusitada importância que os republicanos concederam à América Latina, transformada de «quintal dos fundos» em «jardim da frente» dos Estados Unidos, segundo as infelizes mas claras expressões de Richard Allen. O raciocínio fundamental em que se baseia esta proposta é o seguinte: a América Latina é a única região do mundo em que os governos pró-americanos são amplamente maioritários, onde existe uma entidade regional (a OEA) e um acordo militar em vigor (o TIAR), que podem ser utilizados para legitimar qualquer acção mais dura, e onde os casos críticos a resolver — El Salvador, e em seguida a Nicarágua e Granada — correspondem a países economicamente débeis, vulneráveis, em que, imagina-se, não seria difícil, com ajuda directa, preparar um desfecho militar favorável aos interesses norte-americanos.

Se negamos às superpotências a sua discutível prerrogativa de definir os conceitos do direito internacional, de acordo com as suas conveniências particulares, não resta nenhuma dúvida de que os Estados Unidos

vêm realizando actividades intervencionistas na América Central — especialmente em El Salvador — há muito tempo. Que dúvidas restam sobre o que se passa em El Salvador desde as semanas posteriores ao golpe de Estado de 15 de Outubro de 1979, que depôs o general Carlos Humberto Romero e estabeleceu a Junta Cívico-militar, presidida hoje por Napoleón Duarte? Trata-se de uma guerra civil aberta entre as forças armadas e de segurança e as forças políticas e sociais organizadas militarmente em torno da Frente Democrática Revolucionária, das Forças Militares de Libertação Nacional Farabundo Martí e sua Direcção Revolucionária Unificada.

Pois bem, destes dois actores internos do conflito, o governo norte-americano decidiu apoiar incondicionalmente, desde a etapa final da gestão Carter, aquele que reconhece como aliado. Só a acção de Washington sustentou a debilitada Junta Cívico militar, que evidenciou, além disso, durante 1980, agudos conflitos internos, que acabaram com a exclusão de um dos seus membros mais influentes, o coronel Adolfo Majano. Ficou demonstrado, também, o enfraquecimento na sua capacidade de comando e controlo do território nacional, ao ponto de muitos assessores militares norte-americanos terem reconhecido a existência de zonas virtualmente libertadas nas mãos das forças rebeldes.

### A intervenção de Carter

A intervenção, iniciada com Carter, identificou três escalões de aplicação progressiva: 1) apoio crescente ao governo de Napoleón Duarte, para que este aumente a sua capacidade repressiva e garanta uma derrota militar das organizações populares que a ele se opõem; 2) envolver outros Estados da subregião (começando pelas Honduras), numa forma de internacionalização sub-regional do conflito; 3) realizar uma intervenção directa, com forças próprias.

Destas três opções, só a última é contribuição do governo Reagan. As duas primeiras foram definidas,

com toda a precisão, há mais de um ano, ao ser formulada aquela que pode ser denominada «Doutrina Kramer», durante o debate sobre a assistência de segurança às Honduras e El Salvador, efectuado no Subcomité de Operações no Exterior do Comité de Concessão de Recursos da Câmara de Representantes, em Março de 1980. Nessa oportunidade, ao propor uma intensificação da ajuda militar a ambos os países, Franklin D. Kramer, assistente principal do secretário da Defesa para Assuntos de Segurança Internacional, definiu três linhas de acção norte-americana para apoiar o governo salvadoreño:

1 — Ampliar a capacidade profissional do Exército de El Salvador com vista a assegurar que toda a actividade repressiva dos grupos insurreccionais fosse uma acção oficial e directa das próprias forças armadas desse país.

«Há no governo — disse Kramer — três tipos de forças de segurança: os militares, a Guarda Nacional e as Forças de Polícia. O Exército é a mais profissional destas forças e a menos comprometida na repressão. Se o seu profissionalismo puder ser melhorado, aprimorará a sua capacidade de responder efectivamente e dentro de margens adequadas». Em termos propriamente operacionais, Kramer acrescentava que esta «força profissional», para ser mais eficaz, necessitava essencialmente de melhorar o seu transporte e mobilização, os seus mecanismos de comunicação e o seu equipamento para controlo de distúrbios, além de um programa de treinamento especial que os Estados Unidos deviam prover.

2 — Vincular o Exército ao manejo e à realização do programa de reformas sugerido por Washington, do qual a reforma agrária posta em prática é a peça central.

«Se a aplicação do pacote de reformas tiver êxito, as opções de sobrevivência do governo melhorarão substancialmente... O Exército desempenha uma função-chave para a realização da reforma agrária e a nossa assistência militar ajudará a fortalecer o seu papel na execução das reformas». Simultaneamente, concluía-se que, por estas razões, «na esquerda, os terroristas, marxistas, reconhecendo a ameaça que as reformas (ainda que moderadas) representam para a manutenção de sua base popular potencial, foram particularmente intransigentes e incitaram as greves, a violência e as manifestações, além de uma aberta insurreição no sector rural, num esforço para derrubar o actual governo».

3 — Insistir para que as Honduras desempenhem também um papel decisivo no conflito e na sua resolução. Sobre este assunto, Kramer afirmou: «Situadas a norte e a leste de El Salvador, as Honduras jogam um papel decisivo no movimento de homens e de material para os insurrectos salvadoreños. O governo das Honduras acredita — e os nossos serviços secretos compartilham este pensamento — que o seu território está a ser utilizado para transportar homens e armas pelas forças rebeldes, com o apoio do governo cubano;

mostra-se também convencido de que, no caso de El Salvador cair nas mãos das forças extremistas de esquerda, as Honduras serão um dos alvos preferenciais. Ao contrário de El Salvador, as Honduras são um país escassamente povoado, particularmente ao longo da costa das Caraíbas e junto à sua fronteira oriental, no Rio Coco. Tudo indica que este trânsito de homens e materiais, depois de aterrar na costa norte, é levado através do rio Coco. Há também informações de aterragens de aviões em fazendas isoladas e distantes. Os hondureños desejam cortar essa infiltração através do seu país e prevenir a criação de uma rebelião contra o seu governo». Por isso, juntamente com a renovação do auxílio financeiro para fins militares de 5,7 milhões de dólares a El Salvador, os Estados Unidos estabeleceram um programa de apoio às Honduras, de perto de quatro milhões de dólares, em helicópteros, veículos e equipamento de comunicação necessários para assegurar maior mobilidade e controlo sobre o território.

Os meses seguintes demonstraram, porém, que um compromisso limitado, confo o que assumiu o governo democrata, não viria a alterar a difícil situação do governo aliado salvadoreño, tanto mais que as melhorias em equipamento militar eram neutralizadas pela desorganização e desmoralização das tropas governamentais, devidas, em grande parte, ao crescente apoio popular que recebiam os combatentes revolucionários.

#### Todo o poder aos amigos

Por isso, o factor novo introduzido pela equipa de Reagan foi mudar o ritmo e o volume da intervenção, para conferir à situação de El Salvador o carácter do principal «caso-teste» da nova administração: a prova da sua capacidade em conter a tendência para a implantação de governos de esquerda, pouco amigos dos Estados Unidos, em países do Terceiro Mundo.

Isto implicou uma disposição política, de acordo com a qual devem ser definidos com rapidez e sem limitações todos os recursos necessários que assegurem um resultado favorável, uma vez que se está disposto a mudar o nível de intervenção se um determinado «escalão» se mostrar definitivamente ineficaz. Foram muito elucidativas as expressões com que Roger Fontaine respondeu a uma pergunta do «Jornal do Brasil» sobre o caminho a ser seguido em El Salvador: «Diria que o nosso conselho político é que nunca se pode sobreviver com uma Junta Militar-Civil limitada. Porque não há nada mais débil na história latino-americana, e em particular na centro-americana, que uma Junta Militar-Civil limitada. Há que apelar para o sector privado, apelar para os grupos moderados e não-violentos da esquerda e formar um governo de reconciliação nacional. E isto tem que ser posto em termos de ajuda ao desenvolvimento económico, em termos de necessidades concretas. Se necessitamos de 500 milhões de dólares, temos de dizer ao Congresso que necessitamos de 500 milhões

de dólares, e pronto. Já fizemos isso no passado, quando era do nosso interesse, e quando havia uma emergência, um país-chave desenvolvido. Fizemos isso na Grécia, em 1947, com a Doutrina Truman».

A declaração de Fontaine está longe de ser pura retórica, pois o governo Reagan explorou exaustivamente a capacidade de contenção do actual governo salvadorenho, intensificou a assistência militar directa, entregou-lhe armamento eficaz e tentou compensar com fluxos de assistência económica a sensível queda provocada pela guerra civil no Produto Interno Bruto salvadorenho. Assim, só no primeiro mês do actual governo, foram entregues a Duarte mais de 20 milhões de dólares em ajuda militar e mais de 60 milhões em assistência económica. A tática inclui um período rigoroso de observação dos efeitos desta «injecção», uma vez que — infrutiferamente — procura-se, em encontros bilaterais, com governos europeus e latino-americanos, fortalecer a base de apoio do regime de São Salvador.

Paralelamente, dentro do aparelho estatal norte-americano, duas operações passaram a ter a mais alta prioridade: a garantia de uma explicação ideológica sobre a conveniência de consolidar o actual governo de El Salvador e o estudo cuidadoso, como parte do processo de tomada de decisões, das implicações de uma eventual intervenção militar directa.

A primeira tarefa teve o seu expoente mais articulado e activo na embaixadora dos Estados Unidos nas Nações Unidas, Jeanne Kirkpatrick. Retomando as suposições clássicas formuladas há tempos por Samuel P. Huntington sobre a instabilidade política que acompanha os esforços de modernização e mudanças sociais, Kirkpatrick insistiu em vários trabalhos (os mais reveladores: *U. S. Security and Latin America*, publicado em *Commentary*, de Janeiro de 1981, e sua exposição diante da VIII Conferência de Acção Política Conservadora, em Março) que só se poderá sair da actual crise salvadorenha mediante o exercício prolongado da violência governamental.

Para a embaixadora Kirkpatrick, os países centro-americanos — entre os quais inclui o México — caracterizam-se pela instabilidade própria da passagem de uma ordem tradicional para uma ordem moderna, o que determina que, neles, o problema central seja a instauração de uma ordem política estável. Nesta classe de países, toda a solução tem de ser inevitavelmente autoritária, pelo que considera que a verdadeira opção de política externa dos Estados Unidos na sub-região é optar por um regime político autoritário pró-norte-americano, ou outro com as mesmas características, mas não submetido à influência soviética.

Em sua opinião, «as revoluções não surgem da injustiça social, surgem dos revolucionários e das armas terroristas; o instrumento descoberto pelos marxistas para desestabilizar o regime (salvadorenho) e levar a cabo a sua revolução, foi falar da injustiça e de que há que lutar contra ela. Com isso, dão a



Napoleón Duarte: todo o apoio de Washington

impressão geral de que o governo é, cada vez mais e mais, o responsável pela violência, e esta aparência constitui a vulnerabilidade principal descoberta pelo terrorismo para desmembrar estes regimes».

No fundo, existe a consciência de que o problema crucial dos Estados Unidos não é tanto desbaratar a acção das forças revolucionárias que lutam por uma ordem democrática em El Salvador — objectivo por si só bastante complexo — mas identificar as forças sociais e políticas capazes de sustentar no futuro um governo estável, se chegassem a conquistar uma hipotética vitória militar.

De acordo com a mesma análise de Jeanne Kirkpatrick, tal modelo político não poderia ser senão um regime de excepção, uma ditadura baseada na força: «As nações da América Central, México e Caraíbas sofrem várias formas de debilidade institucional, seja porque significativas percentagens da sua população não tenham sido incorporadas ao sistema político; porque a acção política não está completamente institucionalizada; porque a legitimidade do governo é posta em causa; porque não há consenso sobre a legitimidade dentro da elite política; porque a economia é vulnerável às mudanças do mercado internacional e requer regularmente infusões de ajuda externa, ou porque as expectativas crescentes ultrapassaram as capacidades internas. Como todas essas nações são vulneráveis à desorganização e à desordem, devem-se

Conosco



A Velocidade  
O Conforto  
A Hospitalidade

Horário de Inverno

1 de Novembro a 21 de Março de 1982

Moscovo	Frankfurt		Lisboa		Havana
partida	chegada	partida	chegada	partida	chegada
SU 337 08.00*	-	-	10.40*	-	-
SU 331 19.40**	20.55	22.15	00.20	02.20	06.55***
Havana	Lisboa		Frankfurt		Moscovo
partida	chegada	partida	chegada	partida	chegada
-	-	SU 338 11.55*	-	-	20.20*
SU 332 18.15***	07.50	09.05	12.50	14.15	19.20****

O horário corresponde às horas locais.  
\* terça-feira \*\*\* sexta-feira  
\*\* quinta-feira \*\*\*\* sábado

**АЭРОФЛОТ**  
Soviet airlines

apoiar na força, para superar os desafios à autoridade».

As dificuldades do caminho

Mesmo assim, ainda que se considerasse válida argumentação dos sectores conservadores norte-americanos, o drama da sua proposta é que gera um vazio, visto que não existem os factores sociais e as forças capazes de edificar, mesmo com as máximas condições de reprimir, esse governo que reordene a sociedade civil.

Provavelmente será este um dos factores que condiciona o segundo aspecto—have a que fizemos referência: as condições em que se poderá vir a produzir uma intervenção militar directa dos Estados Unidos na América Central. Esta possibilidade voltou a ser considerada no leque de respostas estratégicas manejadas pela Casa Branca e pelo Departamento de Estado, mas é objecto de rigoroso estudo, a fim de que sejam ponderados os numerosos factores que a possam tornar viável. Entre esses factores inclui-se a avaliação da conjuntura internacional e as tendências predominantes na mesma para a legitimação de acções militares das superpotências; uma cuidadosa avaliação das formas em que o triunfo das forças consideradas anti-norte-americanas afectaria os interesses vitais, globais e regionais dos Estados Unidos; a consideração das possibilidades de uma vitória militar rápida e segura, levando em conta especialmente o grau de apoio interno que possam ter os sectores revolucionários; finalmente, a análise da opinião pública e do Congresso norte-americano face a uma possível decisão de enviar tropas para um teatro de guerra no exterior.

Não é fácil, naturalmente, dar uma resposta afirmativa a muitas dessas questões, e isto explica, mais que a ausência de vontade política para realizar acções de força porque razões é difícil pôr em marcha uma solução militar na América Central.

Assim, logo depois de iniciar o seu mandato, Ronald Reagan começou a enfrentar na América Latina algumas das graves contradições da sua própria política externa; decidiu intensificar a intervenção e impedir, a qualquer preço, o triunfo do movimento popular salvadoreño (procurando, além disso, reverter o que já foi conseguido pelos sandinistas na Nicarágua), mas processos intervencionistas são muito difíceis de organizar aos três níveis já clássicos do *decision making process* relativo à política externa.

Nos tempos que vão correndo, Washington parecerá ter dificuldade em obter uma solução «apropriada» através da intensificação do apoio ao governo de Napoleón Duarte, da participação acrescida de outros governos regionais, como as Honduras ou a Guatemala, e da mobilização das Forças de Intervenção Rápida, organizadas no final do governo de Carter no Estado da Florida. São os caminhos clássicos, mas encontram-se juncados de pedras.



## Em armas, pela democracia

*Na Guatemala e em El Salvador — tal como ontem na Nicarágua —, camponeses, operários, sacerdotes, estudantes, marginais, índios e intelectuais constroem novas alternativas políticas e militares para enfrentar as ditaduras*

Edelberto Torres-Rivas (\*)

**N**O início dos anos 70, nem as forças populares nem as suas organizações de vanguarda e, menos ainda, os analistas políticos teriam podido prever a dimensão das crises que sacudiriam profundamente a sociedade centro-americana alguns anos mais tarde. E é exactamente o inesperado, o não-previsto, aquilo que constitui a originalidade de um processo revolucionário.

A experiência de todos esses anos na América Central é que a derrota é a pausa enganadora, normalmente inevitável, da vitória. Derrota que não é apenas o esmagamento diante de forças superiores, mas também uma perda transitória do caminho empreendido.

Com efeito, lembremos que a guerrilha guatemalteca tinha sido quase totalmente desorganizada entre 1966-70. Com o golpe de Estado de Março de 1963, o Exército, como instituição, assume pela primeira vez o controlo do Estado e liquida cruelmente a oportunidade histórica de estabilizar o poder contra-

O presente artigo resume e actualiza as «Notas para compreender a crise política centro-americana», apresentadas pelo autor no Seminário sobre Políticas para o Desenvolvimento Latino-Americano, organizado, no México, pelo Centro de Capacitação para o Desenvolvimento (CECADE) da Secretaria de Programação e Orçamento, entre Setembro de 1980 e Junho de 1981.

-revolucionário através de um governo reformista e prudente, como o que havia tentado Juan José Arévalo, indiscutível vencedor por ter permitido as eleições.

Por sua vez, em El Salvador, uma ampla coligação de democrata-eristãos, social-democratas e comunistas tinha ganho as eleições presidenciais de 20 de Fevereiro de 1972. Os interesses dominantes da burguesia cafeeira juntamente com os do Exército (controlando o poder desde 1932) forçaram, mais uma vez, a fraude. Mas este foi um acto de força ostensivo, de arbitrariedade apoiada pela violência militar. Foi também a última oportunidade para iniciar uma experiência de governo civil, com uma moderação assegurada pela hegemonia da Democracia Cristã no seio da chamada União Nacional Opositorista (UNO).

A Frente Sandinista de Libertação Nacional, fundada em 1961, tinha sido derrotada em Pancasán, em 1963; e quase liquidada na sua expressão urbana, em Manágua, em 1969. A partir desse instante teria de levar uma existência atomizada e crepuscular até reorganizar-se em 1973. Por sua vez, em 1971, o Partido Conservador firmou pela enésima vez uma aliança eleitoral com o Partido Liberal de Somoza. A transacção entre os corruptos partidos tradicionais permitiu que a dinastia vivesse um dos momentos de poder máximo na sua longa história. Só os efeitos políticos e sociais posteriores ao terremoto de 1972, a persistência dos sandinistas e outros acontecimentos já conhecidos, permitiram o fim do somozismo depois de 1978.

### O «terceiro caminho» fracassa

A experiência salvadorenha constitui um marco importante no cenário centro-americano já sulcado pela violência e pela paulatina consolidação das ditaduras militares. Efectivamente, a aliança eleitoral derrotada em 1972 e encabeçada pelo engenheiro Napoleón Duarte (hoje, chefe do governo salvadorenho) representava um conjunto de forças moderadas, com um programa reformista *kennediano* e com amplo apoio popular, que poderia ter iniciado o caminho da democratização da estrutura política. Era a opção que tentava alimentar-se dos erros ou fracassos da esquerda revolucionária e dos excessos do poder conservador.

O governo de Figueres (1970-74) na Costa Rica, representava justamente a materialização dessa opção «terceirista»; mas as forças sociais que apoiavam esse modelo de «reconstituição democrática com desenvolvimento» eram fracas na Guatemala e na Nicarágua e sofreram uma nova derrota em El Salvador, no seio de um processo de endurecimento político gradual e de militarização do aparelho de Estado. Em meados dessa década, essa «terceira» força tinha-se irremediavelmente decomposto, alimentando uma parte de seus componentes a insurreição armada.

As Honduras apresentavam um quadro relativa-

mente diferente, diante de um novo tipo de movimento camponês que actuava e impunha-se, no início da década, apropriando-se (de facto e por meio de violentas acções) de terras que legalmente nem sequer eram de propriedade privada. Nesse país, os inseguros eram os donos de terras. Uma tentativa estabilizadora foi frustrada em 1972, quando um governo civil, bipartidarista, encabeçado pelo antigo advogado Ramón Cruz, foi derrubado pelo golpe do coronel Oswaldo López Arellano. Os militares, prestigiados depois da guerra com El Salvador (1969), puderam movimentar-se num espaço reformista de curtíssimo prazo, esgotando uma credibilidade que só os levou a realizar um início de reforma agrária. No entanto, as forças populares não foram objecto de perseguição como nos países vizinhos.

Deve-se reconhecer, no conjunto da região e com excepção da Costa Rica, que as forças políticas moderadas não tiveram nenhuma oportunidade real de serem reconhecidas como alternativa frente a governos autoritários e abertamente apoiados pelos Estados Unidos. Mas também não procuraram eficazmente a sua vitória e ficaram paralisados mais pelo medo da revolução do que pela repressão militar. No fim de tudo, essas forças — o arevalismo, o Partido Revolucionário, a Democracia Cristã, na Guatemala; a DC salvadorenha e os seus antigos aliados de 1972; as fracções conservadoras anti-somozistas, os grupos social-cristãos e liberais, na Nicarágua — sempre viram nos sectores populares uma «força auxiliar» para as suas lutas. Sempre temeram o comportamento autónomo e radical da classe trabalhadora, e terminaram quase sempre em transacções com as fracções mais reaccionárias, com os chefes do Exército e com os Estados Unidos. Em todo o caso, foi uma etapa de destruição política dos problemáticos processos de criar uma alternativa democrática. Uma opção que, para ser viável, requeria a integração — no mínimo, parcial — de sectores populares, o que se tornou difícil ou impossível.

A década de 70 foi pródiga em conflitos sociais. Em El Salvador, as greves da *Aceros S.A.*, em 1967, e da *Andes* (Associação Nacional dos Educadores Salvadorenhos), em 1965 e 1972, converteram-se em greves gerais, brutalmente reprimidas. Na Guatemala, depois de 1974, crescem as lutas sociais e a organização sindical. A Marcha dos Mineiros, desde Ixtahuacan até à capital, mobilizou mais de 300 mil pessoas, em 1977; a greve geral, por ocasião do aumento de preço dos transportes urbanos, registou a maior mobilização de massas, em Agosto de 1978. Na Nicarágua, a partir de 1973, sucedem-se positivos movimentos reivindicativos dos operários da construção, dos hospitais e de sectores fabris. Em todos esses conflitos, o movimento estudantil esteve activo. E a uns e a outros, a repressão militar golpeou duramente.

Mas, depois de 1978, em geral, já não se tinha a certeza — como achavam os romanos — se Deus estava sempre do lado dos grandes batalhões.

## Uma burguesia sem partidos

Na América Central, os choques interburgueses não facilitam a constituição de organismos de participação democrática. A ditadura militar é a forma política de resolver as contradições do crescimento capitalista, surgidas no seu seio. O espaço em que se movem os pequenos grupos burgueses é estreito, como também o é a sua base de acumulação, limitados pela força do capital estrangeiro e pelo peso das suas raízes fundiárias. Parecia não haver lugar para todos no seio de uma cultura política tradicional, de monopólio indiscutível do poder e da riqueza.

Essa peculiar classe dominante tem dificuldade em constituir organizações partidárias para articular organicamente os seus interesses e a sua representação política, na medida em que o exercício do poder requer. A burguesia centro-americana recorre mais aos seus sindicatos que aos seus partidos. As associações de cafeeiros numa época e, agora, as câmaras industriais e financeiras, são os organismos de pressão por intermédio de cuja representação a classe actua e se defende politicamente. Como o jogo eleitoral é comédia ou farsa, o partido só serve para essa actuação passageira. Quem ocupa o seu lugar é o Cacif, o Cohep, o Cosep, Acoge e outras siglas de organizações empresariais, de onde os patrões brigam e se defendem.

As excepções são menores. Por um lado, na Guatemala, a extrema-direita conseguiu consolidar o Movimento de Libertação Nacional, o partido «da violência organizada», segundo foi baptizado pelo seu líder, Mario Sandoval Alarcón. Na Nicarágua, a «aristocracia» comercial, transformada depois numa elite industrial-financeira, conseguiu manter um minúsculo e oportunista Partido Conservador, que hoje já não tem espaço para sobreviver em virtude dos seus pecados passados. Novamente a Costa Rica é a excepção: aí existe, desde 1951, o Partido de Libertação Nacional, expressão de uma inteligente aliança multiclassista na fórmula ideológica da social-democracia.

Outra característica dessa burguesia é a sua incúria ideológica manifestada na pobreza da sua pretensa direcção moral e intelectual; o anticomunismo, que define de maneira negativa a defesa do *status quo*, sem constituir uma alternativa doutrinária. A contra-insurreição que os Estados Unidos exportaram para a América Central trouxe consigo a doutrina da segurança nacional, exacerbando de maneira doentia uma peculiar defesa da nação, a custo do esmagamento das classes dominadas.

## A bandeira dos trabalhadores é a democracia

Durante muito tempo, os sectores sociais dominados só muito ocasionalmente puseram à prova a sua capacidade de enfrentar directamente o poder. Os movimentos de protesto social ficaram no limite da

ameaça. Os processos políticos de crise, no pós-guerra, foram grandes movimentos sociais contra as ditaduras. Tiveram uma liderança não-popular e adoptaram a forma pacífica de greve cívica generalizada. Assim terminaram ou foram colocadas em xeque as ditaduras de Ubico Hernández Martínez, na Guatemala, Tibúrcio Carías, nas Honduras, e o primeiro Anastasio Somoza, na Nicarágua. Da mesma maneira, desenvolveram-se os grandes movimentos cívicos de Março-Abril de 1962, na Guatemala; a greve geral contra o coronel José María Lemus, em El Salvador (1960); e a violenta ofensiva dos conservadores, em Janeiro de 1967, encabeçada por Agüero e Pedro Joaquín Chamorro, na Nicarágua.

Nos últimos quinze anos, o movimento operário e camponês da América Central tenta organizar-se de forma autónoma, independente do controlo estatal (ministérios do Trabalho) ou do apoio patronal. Salvo raras experiências de direcções sindicais ao serviço dos patrões, a conduta operária foi marcada pela oposição à ordem política e, com isso, por um carácter semilegal, despertando a intolerância da burguesia e a mais ou menos inevitável repressão policial.

A ilegalidade de todo o conflito social e a repressão violenta transformaram a reivindicação pela democracia política numa bandeira operária de primeira importância.

### Derrotados mas não domesticados

Nos anos 70, com mais frequência, e mesmo antes, a mais simples reivindicação sindical tendia a ser encarada com intolerância e a fazer parte de uma «ameaça à ordem vigente». A ausência de partidos de massas, sindicalismo amarelo, ou ideologias populistas, rapidamente davam uma dimensão política e nacional a qualquer conflito social, talvez mais pela intolerância burguesa e a resposta repressiva do que pela consciência de classe. O certo é que os sectores populares se foram formando numa experiência nacional e popular de novo tipo. De novo tipo, porque a sua prática é revolucionária.

Imediatamente, politizam-se a reivindicação estudantil, o conflito de empresa, a manifestação de rua. Houve época em que todas elas, reprimidas, transformavam a reivindicação sindical, corporativa e particular em protesto nacional e universal que afectava o poder do Estado e terminavam por provocar a renúncia de um chefe-de-polícia, do ministro do Interior, do próprio presidente da República. A situação de atraso produz choques frontais com o sistema. Os fracassos não fizeram senão estimular a resistência e, dessa desigualdade, a experiência de classe saiu fortalecida e não o contrário. Da derrota e não da domesticação surgiu o actual movimento revolucionário na América Central, essa vontade colectivo-popular que hoje coloca em xeque-mate a burguesia centro-americana.

Depois de 1975, os estudantes universitários e do secundário deixaram paulatinamente de ser os sujeitos



elementares do protesto político. O seu papel nas lutas democráticas foi fundamental, mas a sua condição de actores substitutos de outras classes perdeu importância. Das escolas e universidades saíram numerosos militantes e quadros políticos de primeira linha, justamente porque perderam a sua condição estudantil.

### A tragédia dos comunistas

Ficou demonstrado, nesse processo, o fracasso dos partidos políticos de esquerda na organização e direcção das lutas populares. Isso é verdade, particularmente, para os mais antigos deles, os partidos comunistas. Únicos representantes da classe operária e do campesinato durante anos, cheios de experiência no trabalho clandestino e ferozmente golpeados como vítimas permanentes da repressão estatal, os partidos comunistas nunca conseguiram transformar a sua qualidade ideológica numa praxis de vanguarda. Talvez o seu erro fundamental esteja radicado no facto de em diversos graus de profundidade, terem reconhecido na burguesia um papel dirigente na revolução democrático-burguesa, erro histórico que conduziu a mais de uma importante derrota. A tragédia desses partidos foi terem conhecido a oligarquia latifundiária antes da burguesia e exageraram o papel revolucionário desta última. A concepção etapista do desenvolvimento social e da revolução, levou-os a procurar alianças com as «burguesias nacionais», justificadas na teoria mas impossíveis na realidade. Não previram

a chegada de uma nova crise revolucionária, que exige novos alinhamentos de classe. Ficaram desarmados política e militarmente.

As experiências nacionais dos comunistas centro-americanos são as mais diversas. Depois de 1960, o Partido Guatemalteco do Trabalho aceitou a luta armada como «forma fundamental da luta de classes» e uniu-se a ela com todas as improvisações do faquismo desse período. O PGT saiu dessa experiência quase liquidado. O Partido Comunista de El Salvador, sempre muito vinculado às massas urbanas, incorporou-se à Coordenação Revolucionária de Massas e, organicamente depois, à FMLN e ao DRU. Os dois partidos socialistas da Nicarágua, débeis orgânica e politicamente, juntaram o seu anti-somozismo, em 1974, à orientação burguesa da Udel, dirigida por Pedro Joaquín Chamorro, e um deles persiste hoje em dia numa oposição operária ao governo sandinista, em atitude profundamente retrógrada.

Apesar disso, temos de outorgar aos PC centro-americanos uma incalculável capacidade endogénica. Do seu seio saíram — principalmente na Guatemala e em El Salvador — quase todas as organizações e os mais importantes quadros revolucionários. As actuais organizações político-militares desses países são como sucessivos desprendimentos de uma matriz comum, e inclusive a Frente Sandinista da Nicarágua lucrou com a «passagem» de valiosos quadros dos dois partidos socialistas.

Examinemos, rapidamente, o carácter da *nova* organização e os novos sujeitos da acção: trata-se de organizações que nascem ou se recompõem recolhendo autocriticamente dois tipos de experiências: a inoperância do Partido e a derrota do foco guerrilheiro. A antinomia da década de 60 foi trágica como divisão funcional de tarefas: o movimento de massas dirigido por uns e a luta insurreccional a cargo de outros. O divórcio foi cortante e sangrento. Hoje, as chamadas organizações político-militares (para sublinhar exactamente a sua unidade dual) alimentaram-se dessas experiências, resolvendo na praxis concreta uma original e produtiva combinação da luta económica com a luta política e a luta armada, estabelecendo novos vínculos entre o sindicalismo, a condução política e a guerrilha.

Nesse sentido, todas as experiências são originais. Na Guatemala, as Forças Armadas Revolucionárias — FAR — têm forte influência no movimento sindical; a Organização do Povo em Armas — ORPA — está nas zonas rurais, especialmente na região da população camponês-indígena; e o Exército Guerrilheiro dos Pobres — EGP —, com maior experiência, realiza com êxito uma múltipla actividade, com a concepção de que a luta de massas deve conduzir a uma luta armada de massas, de carácter nacional.

Em El Salvador, a experiência é relativamente diferente, mas marcada pela mesma preocupação em desenvolver com imaginação e audácia todas as possí-

veis formas de enfrentamento. Nuns casos, o grupo guerrilheiro faz «trabalho de massas» e cria a sua frente sindical-popular; noutros, penetra no movimento operário já existente e contribui para o seu reforço; finalmente, implantam-se solidamente no campo. Essa é a experiência do Bloco-FPL, da FARN-FAPU, do ERP-LP28 e do PC-UDN(\*).

Na Nicarágua, a experiência da Frente Sandinista é igualmente diferente e provavelmente mais conhecida. A longa sequência de derrotas, produto de uma concepção estreitamente militar e de outros factores internos, dividiu-os em três grupos. A concepção da «guerra popular prolongada» somou-se a necessidade do trabalho político-urbano de massas («tendência proletária») e depois a estratégia insurreccional («terceiristas») que combinasse todas essas formas de enfrentamentos. Na Nicarágua, colocaram-se juntas, pela primeira vez na América Latina e de forma original, a luta guerrilheira no campo, as formas urbano-insurreccionais, a greve geral, o trabalho camponês, nos bairros, nas fábricas e, além disso, a conquista de uma importante fracção da burguesia média e dos intelectuais até apoiar a FSLN com um conjunto de organizações políticas de massas que deram uma extraordinária força à acção militar.

As organizações populares que surgiram na América Central por volta de 1975, foram uma solução de ruptura à organização e ao controlo tradicionais. A Frente Sandinista aproxima-se mais da figura de um exército popular, mas soube, na ofensiva final, cercar-se das organizações de massas, de praticamente todo o povo, de quem recebeu total apoio. Na luta contra Somoza, o enfrentamento foi entre o Estado e a sociedade.

As que se organizam na Guatemala e em El Salvador não constituem propriamente um partido mas também não são um exército. São movimentos policlassistas que adoptam uma forma transicional de frente, com uma estrutura político-militar no cimo e uma ampla dispersão de organizações de massas na base, através de vínculos que nem sempre são orgânicos nem ideológicos. Qual é o princípio nacional-popular dessas verdadeiras coligações inéditas de massas que fazem recrutas em todos os sectores da sociedade?

(\*) *Bloco Popular Revolucionário — Forças Armadas de Libertação; Forças Armadas da Resistência Nacional — Frente de Acção Popular Unificada; Exército Revolucionário do Povo — Ligas Populares 28 de Fevereiro; e Partido Comunista — União Democrática Nacionalista. Essas quatro organizações e suas respectivas «frentes de massas» integram, juntamente com o Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-Americanos-Movimento de Libertação Popular, a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional.*

## Os camponeses derrotam o fatalismo

Não há dúvida de que são os camponeses e os sectores marginais os novos sujeitos da praxis política. Só a sua presença já desestabiliza o sistema. A organização camponesa independente — ainda que não reivindique a mais tradicional das suas exigências, a parcela de terra — constitui um imenso acto de desobediência civil. Vive-se o processo de participação camponesa, mesmo sendo pacífica, como uma grande onda de crise de autoridade. No atraso social e político da América Central, isso constitui o fim de um fatalismo que só a violência revolucionária pode romper.

Assim, o conflito adquire uma dimensão até então desconhecida. A repressão e o controlo não podiam ser vencidos por meios tradicionais. Mencionemos que só em El Salvador, a burguesia tinha organizado as Patrulhas Regionais, a Guarda Nacional, o Exército, a Polícia e a *Orden* (Organização Democrática Nacional), uma organização policial-política dos camponeses médios, destinada a controlar o sector camponês de dentro, e a reprimi-los, de fora. A instituição dos Comissariados Militares, na Guatemala, ou dos *Jueces de Mesta*, na Nicarágua, são ou foram formas extremamente úteis para fazer com que os próprios camponeses exerçam funções de informação militar, espionagem e repressão aberta entre eles mesmos.

A luta armada dos camponeses e dos grupos marginais dá ao enfrentamento uma violência igualmente nova. A capacidade destrutiva destes últimos, canalizada adequadamente, pôs-se à prova nas Milícias Sandinistas, recrutadas entre os desempregados da cidade. As forças populares salvadoreñas têm experiência semelhante numa sociedade onde os sectores desclassificados constituem desde então uma respeitável maioria, que já não é só urbana. Constituem-se numa força elementar, poderosa, que se desencadeia sozinha. Organizá-las para a resposta violenta resulta numa actividade quase natural da sua própria existência social. A experiência da Nicarágua, no entanto, ensina que é sumamente difícil canalizar as suas energias para o trabalho construtivo, para a acção política deliberada, para desenvolver neles uma consciência socialista.



Vive-se um processo de participação camponesa. Eles são os novos sujeitos da praxis política



Desde 1974 que, na Guatemala, crescem as lutas sociais e a organização sindical



A marcha dos mineiros mobilizou mais de 300 mil pessoas

## O próximo está próximo

Nada do que se analisou até agora poderia ser explicado, finalmente, sem a forte contribuição dos grupos religiosos. Os grupos cristãos acabaram por «descobrir» a realidade da miséria e da exploração das massas. O ministério religioso adquire um carácter popular. «Amar a realidade é condição para conhecê-la, conhecê-la é condição para mudá-la». São os movimentos cristãos de base, formados por sacerdotes e leigos. Sob as mais diversas denominações conver-



Em El Salvador, a Igreja tem tido acção destacada (e corajosa) na defesa dos direitos humanos

tem-se em protagonistas directos da luta popular, fundidos literalmente às massas. A prática dos movimentos sacerdotais e leigos radicalizados, traduz-se numa decodificação do discurso teológico tradicional da igreja hierárquica e numa proposta político-ideológica: a teologia da libertação. A crítica ao sistema fortalece a fé cristã na prática da solidariedade ao próximo. Porém, agora, o próximo está próximo: o explorado. Com isso, o acto de fé é um acto fundamentalmente subversivo no quadro da cultura tradicional. Subversivo no sentido de desordenar o que estava previsto.

Com a unidade das organizações políticas e militares, produz-se uma confluência das classes dominadas da sociedade e mesmo daquelas que a não-exploração marginalizou. Convivem também no movimento popular as diferentes formas de consciência radical: o pensamento marxista clássico, a rebeldia jacobina, a vontade do democrata radical (pequeno burguês), a sensibilidade dos cristãos de esquerda e, sem dúvida, o profundo rancor pré-classista dos desclassificados urbanos e, principalmente, das etnias indígenas (na Guatemala). Neste somatório de forças sociais, perfilam-se melhor na própria luta. É necessário superar muitas dificuldades reais para que a unidade se solidifique numa frente orgânica poderosa, que não seja só a soma de organizações, mas uma autêntica vanguarda nacional.

### A revolução, um projecto em construção

A primeira reivindicação das forças populares — e, em particular, do programa das organizações político-militares — é a implantação de um regime democrático. Na América Central, essa é uma exigência antiburguesa, dada a nossa singular condição

histórica caracterizada por um desenvolvimento do capitalismo sem uma revolução política burguesa.

A exigência de um governo popular é consequência da concepção participatória e livre da democracia. Não se deve esquecer que, na tradição centro-americana, uma greve fabril degenera numa greve nacional, da mesma forma que uma reivindicação corporativa se transforma, pela magia da repressão, em protesto contra o sistema. As lutas sociais convertem-se em revoluções e, estas, em movimentos de libertação nacional porque o Estado e a burguesia apoiam-se cada vez mais exclusivamente no imperialismo norte-americano. Daí, que o anti-imperialista seja, em sentido contrário, elemento constitutivo das lutas populares.

Em todo o caso, o projecto revolucionário não é um modelo acabado. Não é algo previsto e estatuído num programa. Ao contrário do que aconteceu na década anterior, nos anos 70, o processo revolucionário desenvolveu-se como uma afirmação da prática, original e criativo. A revolução nicaraguense é um bom exemplo de uma vontade que cria, na prática, as suas próprias respostas programáticas. Obviamente não se parte do zero, mas o teórico é função do tipo de sociedade que se tenta destruir, não daquilo que se quer criar.

A revolução nicaraguense, que se aprofunda dia-a-dia, não incorreu no erro de se dar uma classificação prévia: entre outras razões, porque a crise do sistema de dominação burguesa, a crise burguesa propriamente dita, ainda não foi resolvida. No entanto, não restam dúvidas sobre o carácter popular do poder sandinista e da sua força estratégica.

Na actual etapa e em virtude das condições objectivas, que são as herdadas da história anterior e, agora, as colocadas pelo imperialismo norte-americano (assim como pelo sistema capitalista internacional), a

revolução centro-americana não é nem burguesa nem socialista. Os programas das organizações político-militares e de todo o movimento popular têm uma diferença dos da década de 60: são mais maduros e mais realistas. Deveriam ser compreendidos como a estratégia de uma revolução democrático-revolucionária, como a objectivação do entrelaçamento de uma revolução burguesa inconclusa e de uma revolução socialista incipiente. Não se deve confundir o carácter da revolução com as formas de luta pelas quais ela se realiza. Pareceria que pela boca da espingarda só se pode proclamar o socialista. A luta armada, a «selvagem» irrupção das massas, são elementos de um processo que procura, agora, a constituição de um poder popular, democrático e revolucionário.

A conquista da independência nacional, da liquidação do latifúndio, a implantação da democracia, o desenvolvimento das forças produtivas, a popularização da cultura, são objectivos não realizados pela dominação burguesa em sociedades dependentes. A burguesia não fracassou, propriamente, na realização dessas tarefas porque, para a sua existência como classe, elas não foram decisivas. Agora, a execução das mesmas só pode ser feita contra e apesar dela. A coligação de forças sociais, onde o proletariado, o campesinato e as camadas pequeno-burguesas formam o destacamento principal, garante essa possibilidade.

Os programas dos movimentos populares exigem, de maneira mais ou menos exacta, essa primeira etapa democrático-revolucionária. A tomada do poder é a condição para o cumprimento dessa transição. A partir daí, com a conquista da hegemonia final que facilita o controlo do aparelho do Estado, ganhando uma nova maioria, e somando cada vez mais forças sociais antes neutralizadas, pode-se empreender o caminho do socialismo. De um socialismo com liberdade. De uma democracia socialista, na qual não seja sacrificado nenhum dos valores pelos quais se lutou, porque eram negados na velha sociedade.

Todo o processo revolucionário tem que se fundamentar no mais progressista da tradição nacional. As forças populares podem tirar a sua força do passado, mas o seu carácter está dado pelo futuro. A figura de Sandino anti-imperialista, de Farabundo Martí assassinado pela oligarquia, a reivindicação do passado indígena, tudo isso pode dar à crise centro-americana uma saída original que não faça senão ratificar o excepcional de cada processo nacional e o genérico de toda a revolução autêntica. De toda a forma, os ensinamentos são mais modestos. O movimento popular e as suas vanguardas estão a ser capazes de desenterrar o carácter histórico da revolução em processo (o democrático-revolucionário), os caminhos do seu desenvolvimento (a combinação de diferentes formas de luta de massas com o enfrentamento armado) e compreenderam, talvez sem conhecer Gramsci, que se tem que actuar com grande pessimismo da inteligência junto de um férreo optimismo da vontade. □

# ENI



ELECTRICIDADE NAVAL E INDUSTRIAL, SARL

Rua D. Luís I, 19 - 1200 Lisboa  
Apartado (P.O.BOX) 2637 - 1116 Lisboa Codex  
Tel. 67 51 21/7 - 67 70 29  
Telex. 13 366 ENI P  
Teleg. ENILIS

## Electricidade

## Instrumentação

- Projecto
- Montagem
- Assistência ao arranque
- Conservação

CAMPOS DE ACTIVIDADE PRINCIPAIS:

- Complexos industriais
- Complexos habitacionais e de Serviços
- Reparação Naval
- Construção Naval

## CAPACIDADE

3.000.000 horas/homem

## ANUAL



ENI é o membro  
português da ISES



COM  
O DEDO  
NO  
GATILHO

## Começa a corrida eleitoral

*As forças armadas guatemaltecas resolveram antecipar o início da campanha eleitoral lançando um general para as eleições presidenciais de Março de 1982. Mas Reagan parece que prefere um civil*

Martin Morazán

**N**A gíria jornalística em uso na Guatemala a palavra *fafa* significa «artigo ou notícia paga, a favor ou contra alguém». Ao que parece o hábito proliferou bastante naquele país centro-americano, sobretudo na imprensa de direita. Daí que, quando vários jornais guatemaltecos começaram, de maneira suspeita e unanimemente, a elogiar a imagem do então ministro da Defesa, general Angel Aníbal Guevara Rodriguez, e a descrever, quase diariamente, «as múltiplas tarefas sociais» da sua filantrópica esposa, diversos sectores da vida política do país tenham suspeitado que aquele militar seria o candidato oficial à Presidência da República nas eleições marcadas para o dia 1 de Março de 1982.

### O candidato oficial

A Constituição da Guatemala estabelece que os candidatos à primeira magistratura da nação só poderão exercer cargos oficiais até seis

meses antes do acto eleitoral. Em Julho do corrente ano, o general Guevara Rodriguez afirmava ao jornal *Prensa Libre* que nenhum partido político apresentara a sua candidatura à Presidência e que só havia tomado conhecimento pelos jornais que várias pessoas tinham decidido apoiá-lo.

Na ocasião, o então ministro da Defesa acrescentou: «não serei eu quem impedirá que elas se manifestem dessa forma». Para de seguida, muito cautelosamente, como se estivesse cónscio dos seus inelutáveis deveres cívicos, acrescentar que, a continuar tal apoio, ele pensaria antes de tomar qualquer decisão: «O cargo de presidente é muito delicado, e para aceitar a candidatura é necessário estudar o assunto detidamente.» O *show* eleitoral estava em marcha e o seu protagonista central estava encontrado.

A 20 de Março, o quinquenário *Notícias de Guatemala* assinalava que «a pantomima continuava a desenvolver-se quando surgiram —

facto igualmente inesperado e surpreendente — 'comités guevaristas', alguns dos quais se autoqualificavam mesmo de 'revolucionários' e quando se soube, através das inevitáveis *fafas*, que as 'bases' de diversos partidos reconheciam o general, e não os seus tradicionais líderes, como o homem de que a patria necessitava naqueles momentos decisivos».

«Pouco a pouco tomou corpo a candidatura de Guevara Rodriguez, até à sua proclamação aberta como candidato, apenas um dia antes da sua renúncia ao cargo de ministro da Defesa. E a renúncia deu também lugar a uma prolongada farsa, que em vão procurou conferir ao acto uma feição espectacular» — acrescentava a mesma publicação.

### As contradições internas da direita

A candidatura do general Guevara Rodriguez — que constituiu uma pura e simples imposição das Forças Armadas — originou diversas contradições entre sectores da burguesia burocrática e da burguesia tradicional, ambas aliadas incondicionais do regime. Essas contradições iam desde os diferentes pontos de vista quanto à manobra política que se devia montar em torno das eleições, até divergências sobre que tipo de personalidade — e que atributos cívicos e programáticos — se devia indicar, passando pelas disputas directas quanto à partilha dos despojos do governo actual.

De acordo com a já mencionada publicação *Notícias de Guatemala* a administração dos EUA desempenha um papel quase decisivo: «Nessa manobra, um factor de fundamental importância são as pressões do governo de Ronald Reagan, para o qual é imperioso que da farsa eleitoral surja um governo que, pelo menos, represente os poucos votantes que acorrerão às urnas, e que de alguma maneira se possa desvincular do imenso desprestígio interno e externo do actual.»

As contradições reflectiram-se nos próprios jornais que venderam os seus espaços pagos para publicar

La Lucha  
ha contra  
as  
am



O general  
Lucas García deixa  
o poder em Março,  
mas a luta  
pela sucessão  
já começou



76% dos eleitores  
guatemaltecos  
preferem um  
presidente civil em 82

«notícias» e «comentários» lisojeiros, em relação ao general Guevara Rodriguez. O jornal *La Prensa Libre* — de tendência conservadora e grande circulação nacional — por exemplo, alertou os seus leitores para a ameaça de uma nova fraude e para o que representaria o continuismo militar para uma população «farta da incompetência, do roubo e do crime desenvolvidos ao seu ponto máximo» pelos sucessivos regimes militares. Um dos principais colonistas desse matutino, António Nájera, foi um pouco mais longe ao afirmar que a imposição de Guevara Rodriguez «podia prejudicar os bons propósitos do presidente Reagan em nos ajudar».

A falta de consenso não se encerrou nessas expressões, chegando a um enfrentamento quase directo. *La Prensa Libre* realizou, por outro lado, dois inquéritos entre os seus leitores: um, para determinar se preferiam como presidente um civil ou um militar; e outro, para estabelecer as preferências entre os seis candi-

datos mencionados até ao momento. O resultado do primeiro inquérito — publicado sob uma enorme *manchete* — anunciou que 76% do público leitor se inclinava para uma personalidade civil. O segundo inquérito deu como resultado que Guevara Rodriguez só havia recebido 1,07% dos «votos».

Apesar de tudo, a candidatura do representante do exército seguiu o seu curso, sem levar em conta as

divergências de alguns sectores que até à véspera eram aliados incondicionais. Com o ex-ministro da Defesa instalado na Presidência, a burguesia burocrática, que actualmente detém o poder na Guatemala vê garantida a continuidade da sua hegemonia e, portanto, o prosseguimento dos chorudos negócios fraudulentos que a tornam cada dia mais poderosa ante os seus concorrentes e adversários.

#### O governo Reagan e as eleições de 1982

Embora o general Romeo Lucas García tenha declarado em várias ocasiões que se inclinava para um candidato civil e um governo de «centro-esquerda» (sic) para administrar o país a partir de Julho de 1982, prevaleceu a pressão dos oficiais de alta patente em oposição à oficialidade jovem ao governo dos EUA e ao seu homem de confiança, o general Carlos Arana Osorio, presidente no período de 1970-74 e ac-

tual líder da *Central Autêntica Nacionalista* (CAN).

Arana Osorio — que parece ser um dos «homens» dos bastidores do Departamento de Estado norte-americano — afirmou publicamente que se inclinava para um presidente civil «porque as condições não são favoráveis a outro presidente militar: o exército é acusado por tudo o que acontece de ruim no país; é preciso dar-lhe uma trégua». E para dar o exemplo, o ex-governante apontou como candidato do CAN um civil, Gustavo Anzueto Vielman. Dessa maneira, Arana Osorio, a sua organização e o seu representante nas eleições apresentaram-se desde o início como os favoritos do governo Reagan.

Por sua vez, a linha do Departamento de Estado é de apoio a um candidato civil, eleições com garantias e participação real, e um programa de modernização definido, num esforço para evitar uma maior deterioração da situação política, económica e militar.

A que se deve o interesse dos EUA pela realização de eleições «limpas»? O comentarista Natalio Pinzón, numa análise publicada pelo boletim da ALAI (*Agence Latino-Américaine d'Information* n.º 1, 2.ª época, Montreal, 11 de Setembro de 1981), dá uma resposta possível: «Mesmo a política visceralmente anticomunista de Reagan e do seu gabinete se defrontam com a realidade de que esse regime e as forças políticas e económicas que ele representa não têm apoio; e de que eles próprios se encarregaram de eliminar toda a oposição moderada possível, a nível local e nacional, sobre a qual se poderia basear uma política «terceirista». Mas, ao mesmo tempo, sabem que a sua perpetuação no poder, mesmo por detrás da fachada de caras novas, decorrente de eleições, só contribuirá para abreviar ainda mais a vida do actual sistema, embora não diminua a quota de sangue que será necessário pagar».

Mas adiante, o referido trabalho concluiu assim: «O que é certo é que, qualquer que seja a pessoa que assuma o poder, receberá um país

polarizado ao extremo e em pleno processo de uma guerra que está a ser perdida e da qual a maioria do povo é a principal protagonista.

O avanço dessa luta, na medida em que é irreversível, definirá o grau de poder real do novo governo, que só poderá sustentar-se com a

ajuda imperialista. Por outro lado, se para a classe dominante a preocupação maior são estas eleições, o povo guatemalteco tem a sua perspectiva já definida com o combate que trava pela implantação de um governo revolucionário, popular e democrático».

## O «triângulo do norte», contra-insurreição e anticomunismo

**E**NQUANTO o chefe do Estado-Maior do Exército guatemalteco, general Benedicto Lucas Garcia — irmão do presidente — solicitava no começo de Outubro a união das Forças Armadas da Guatemala, El Salvador e Honduras «para evitar que o comunismo domine a América Central», quatro candidatos à presidência expunham publicamente as linhas gerais dos seus respectivos programas de governo e explicavam de que forma combateriam a guerrilha.

Ao informar sobre a possível unidade dos Exércitos dos três países mencionados, Benedicto Lucas Garcia acusou o México e o Belize de servirem como «fronteiras abertas para a guerrilha», e disse que a Nicarágua enviava armas aos guatemaltecos sublevados. A declaração teve repercussões em El Salvador, onde o coronel Rafael Flores Lima — também chefe do Estado-Maior — afirmou que a possibilidade de uma fusão militar estava a ser «seriamente considerada» e aproveitou a oportunidade para acusar as autoridades sandinistas de realizarem «preparativos bélicos com o objectivo de desestabilizar a região».

Entretanto, através de um debate transmitido pelo rádio e televisão sob os auspícios da *Asociación de Gerentes*, um organismo da iniciativa privada, o general Aníbal Guevara Rodríguez, candidato da aliança oficialista, Mario Sandoval Alarcón, do Movimento de Libertação Nacional (MLN), Alejandro Maldonado, do Partido Nacional Renovador (PNR), e Gustavo Anzueto Vielman, da Central Autêntica Nacionalista (CAN), coincidiam em identificar a guerrilha como o inimigo principal.

Guevara Rodríguez — apoiado pela aliança dos partidos Institucional Democrático (PID), Revolucionário (PR), e a Frente de Unidade Nacional (FUN) — declarou que dará prosseguimento à actividade repressiva do governo do general Lucas Garcia e prometeu intensificar a luta armada contra os rebeldes. Sandoval Alarcón, de reconhecida tendência direita, garantiu uma «luta tenaz contra o comunismo» e disse que «o sistema capitalista é o melhor que existe». Por seu lado, Alejandro Maldonado afirmou que «não se pode tolerar a violência, mas os meios repressivos para combatê-la (a guerrilha) também não são eficazes». Finalmente, Anzueto Vielman prometeu «leis mais enérgicas que as actuais».



COM  
O DEDO  
NO  
GATILHO

## Um passo no sentido da unidade

*A Conferência Permanente dos Partidos Latino-Americanos e das Caraíbas (COPPAL) toma uma firme posição contra as ameaças e preparativos de agressão*

Rafael Cribari

A reunião, realizada no Panamá, entre os dias 26 e 27 de Novembro de 1981 da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (COPPAL), representou um avanço na sua representatividade e no campo das definições ideológicas e políticas.

A COPPAL foi fundada em 1979, na cidade de Oaxaca, México, terra natal de Benito Juárez, um dos libertadores da América. Desde então, já realizou várias reuniões, todas elas marcadas pelas preocupações com o presente e o futuro do processo democrático da América Latina e das Caraíbas.

A reunião do Panamá foi presidida pelo chefe do governo desse país, presidente Aristides Royo e apoiada na estrutura do Partido Democrático Revolucionário, inspirado e constituído sob o pensamento do general Omar Torrijos.

Facto marcante dessa assembleia foi a ampliação dos quadros da COPPAL. Era princípio da organização só aceitar partidos-membros que dispusessem de representação parlamentar nos seus respectivos países. No quadro latino-americano, ainda dominado por ditaduras, essa orientação excluía forças políticas que, embora não parlamentares, dispunham de ampla representatividade.

O Presidente do PRI mexicano, Pedro Ojeda Paulada, também presidente da COPPAL, dirigiu os trabalhos. Destacados líderes latino-americanos, como Carlos Andrés Pérez (Venezuela), Siles Suazo (Bolívia), Daniel Oduber (Costa Rica), Tomás Borge (Nicarágua), Francisco Julião (Brasil), Anselmo Sule (Chile), Guillermo Ungo (El Salvador) e outros participaram na reunião e nos debates.

### Clima de agressão e ameaça

Damos a seguir alguns pontos fundamentais da declaração aprovada, no Panamá, após esses debates:

— A COPPAL manifesta preocupação pela situação na América Central, onde «se configura um clima de agressão e ameaça contra o processo revolucionário democrático que tem lugar na região».

— Repudia toda a alteração ao tratado Torrijos-Carter, sobre o canal do Panamá, e apoia os direitos panamianos à plena soberania e jurisdição sobre a área do canal e a entrega da mesma ao Panamá, como foi estipulado naqueles acordos.

— Apoia firme e inquebrantavelmente Porto Rico livre e reitera que a independência «é a única solução autenticamente descolonizadora para esse povo latino-americano irmão».

— Apoia o processo revolucionário de Granada e o Partido Nova Jóia, que o lidera;

— Manifesta, uma vez mais, a sua confiança no processo revolucionário nicaraguense e reconhece os esforços permanentes que este realiza para garantir a permanência de um sistema democrático pluralista.

— Considera que não há condições para eleições democráticas na Guatemala, onde campeiam a repressão e a violação dos direitos humanos, e expressa a convicção de que o povo haitiano se libertará da ditadura que o oprime há 25 anos.

A COPPAL manifestou também o seu repúdio pelas ditaduras do Cone Sul e declarou «observar, com especial interesse, o processo de democratização que se está a desenvolver no Brasil, formulando os seus melhores augúrios a favor da acção dos partidos anti-ditatoriais, especialmente o irmão Partido Democrático Trabalhista, PDT».

### Ameaça de intervenção militar

A política norte-americana para a região foi duramente combatida na reunião dos partidos latino-americanos. Um dos itens da declaração assinala: A COPPAL observa, com suma preocupação, as ameaças e preparativos de intervenção militar feitos pelo governo dos Estados Unidos, particularmente contra Cuba, Nicarágua, Granada e El Salvador. Essa atitude

A reunião da COPPAL, presidida pelo chefe de Estado panamiano Aristides Royo (na foto à esquerda de Fidel Castro, quando da reunião dos Não-Alinhados de Havana, em 1979), recebeu o apoio do Partido Democrático Revolucionário, inspirado no pensamento do general Torrijos



do governo norte-americano não ajuda na procura de soluções políticas e pacíficas para a crítica situação que se está a viver». «A COPPAL considera que o caminho mais efectivo e humanitário é a solução política do conflito salvadorenho baseada no reconhecimento da Frente Democrática Revolucionária e da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, FDR-FMLN (movimento revolucionário) como uma das partes do conflito e não através do esquema militar de guerra de extermínio popular com cobertura eleitoral».

Essa referência alude à política de Reagan para El Salvador. A Casa Branca preconiza um processo eleitoral selectivo e fraudulento para dar cobertura ao domínio da oligarquia salvadorenha, que domina a actual junta militar, ao contrário do que preconiza a COPPAL.

Não foi só nesse ponto que a COPPAL enfrentou directamente a política norte-americana para a região.

Também na condenação daquilo que se chamou de «pequeno plano Marshall» com que Reagan tenta salvar os governos repressores da região e isolar os processos revolucionários. A posição dos partidos latino-americanos e esse respeito foi expressa da seguinte maneira:

«Qualquer proposta de carácter internacional ou qualquer acção proposta tendente a solucionar o problema económico da região, terá que repousar nas seguintes premissas:

- não se imporão condições aos programas de cooperação económica regional;
- esses programas não poderão ser restritivos, ou seja, excludentes de nenhum dos países da América Central e das Caraíbas;
- a ajuda que se canalize para esse fim não deverá abranger armamentos ou de carácter militar».

A próxima reunião da COPPAL terá lugar em Manágua, em Fevereiro próximo. □

## Os participantes

**N**A reunião do Panamá estiveram representados os seguintes partidos: o Partido Unido do Povo, do Belize; o Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda e o Movimento Nacionalista Revolucionário, da Bolívia; o Partido Democrático Trabalhista, do Brasil; o Partido de Libertação Nacional, da Costa Rica; o Partido Radical, do Chile; a Concentração de Forças Populares, do Equador; o Movimento Nacional Revolucionário, de El Salvador; a Frente Unida da Revolução e o Partido Socialista Democrático, da Guatemala; o Partido So-

cialista dos Trabalhadores e o Partido Autêntico da Revolução Mexicana, o Partido Popular Socialista e o Partido Revolucionário Institucional, do México; a Frente Sandinista de Libertação Nacional, da Nicarágua; o Partido Revolucionário Democrático, do Panamá; o Partido Independente, de Porto Rico; a Convergência Democrática do Uruguai; a Secção Democrática e o Movimento para o Socialismo, da Venezuela.

Como observadores estiveram representados: o Partido Socialista Popular, da Argentina; a Frente Democrática Revolucionária, de El Salvador; a Associação Latino-americana pelos Direitos Humanos, do Equador; o Comité dos Acordos do Panamá e a Aliança Liberal Popular, das Honduras.

### O fantasma da fome no país da fartura

*Após cinco anos de regime militar, os outrora bem alimentados argentinos descobrem uma dura realidade, típica dos países considerados pobres: a falta de comida. Os alimentos, porém, não desapareceram, o que sumiu foi o dinheiro para os comprar*

Maria Gobelli

**N**ÃO existe fome, porque os argentinos comem todos os dias». A afirmação é do Chefe do Exército, e do presidente da República, general Galtieri, respondendo ao presidente da *Ford Motors* que criticou as condições de vida dos operários das fábricas de automóveis. O paradoxo atingiu os limites do absurdo: o presidente de uma transnacional falando da fome dos «seus» operários. Claro que o paradoxo vai muito além, porque um país auto-suficiente em petróleo e alimentos, onde a subnutrição praticamente não existia até há pouco tempo, onde a média do analfabetismo era de 6% em 27 milhões de habitantes, com riquezas marítimas pouco exploradas e um importante parque industrial não poderia passar fome, não poderia ter nos bairros crianças desnutridas.

O primeiro acto de massas, desde o golpe militar de 76, teve três reivindicações básicas: contra o desemprego, contra a fome e pela paz. O 7 de Novembro de 1981 é um dia que não será esquecido facilmente pelos militares. Apesar das proibições, do forte aparato de segurança montado, do efeito psicológico que pretenderam criar, com o ministro do Interior, general Liendo, dirigindo a repressão de um helicóptero, mais de 30 mil pessoas superaram as tensões do medo aderindo à

procissão — protesto do dia de São Caetano, padroeiro do trabalho.

Contra o desemprego e a fome são palavras de ordem praticamente novas na Argentina. Durante os últimos 20 anos a reivindicação constante foi o aumento salarial. Se havia reclamações por aumento de salários, isso significava que havia trabalho. Hoje pede-se por ele e contra a sequela do desemprego: a fome. E aí que os argentinos de 1981 se assemelham aos de 1930 — ano da maior crise, antes da actual — num país que até há pouco tempo estava mais próximo das economias desenvolvidas que o resto do Terceiro Mundo.

#### A realidade ontem

Durante a segunda guerra mundial a Argentina foi apelidada de «o celeiro do mundo». A província de Buenos Aires, com a sua fertilidade excepcional, produzia trigo para o consumo interno e exportava um vasto excedente para a Europa em guerra. O gado bovino, de excelente qualidade, é abundante nesta região onde teve origem o churrasco, que era um hábito entre os vaqueiros das ganaderias que não conheciam outro almoço além desse. Até há pouco tempo era comum ver os *linyer*as

(vagabundos) nas estradas da província de Buenos Aires, assando um pedaço de carne dado pelos vaqueiros. As condições do solo dessa região fazem da Argentina um dos maiores exportadores de grão e de gado do mundo.

Até à segunda guerra mundial, o desenvolvimento do país era semelhante ao do Canadá. Hoje, apesar de dispôr de idênticos recursos, está longe desse nível. Ainda que a economia tenha passado pelas crises típicas da recessão, as condições privilegiadas do país permitiram que ele se tornasse uma excepção no Terceiro Mundo: os argentinos, numa alta percentagem, podiam satisfazer as suas necessidades básicas.

#### A situação hoje

A 7 de Agosto, o arcebispo da cidade de Rosário afirmou na sua homilia: «...Como argentino dói-me a paralisação do país; como pastor angustia-me a sua consequência: o crescente desemprego. Angustia-me, como sequela disso, que haja pais de família que não podem levar pão às suas mesas, que se vejam na impossibilidade de contar com o serviço tão elementar nos dias de hoje como a luz eléctrica,

porque não podendo pagar o seu custo, frequentemente aumentado, cortam o fornecimento. Angustiamos pensar que neste país abundante em alimentos haja quem padeça fome ou esteja sub-alimentado. Como não achar angustiante a situação quando há desempregados em número alarmante e muitos cujos salários são insuficientes para manter um padrão de vida digno?»

A crise do país é tão grande que no outrora «celeiro do Mundo» se fala de subnutrição, fome e evasão escolar em massa.

Em Bosques, zona de concentração industrial a poucos quilômetros de Buenos Aires, onde existiam bairros operários com uma infraestrutura de base adequada, come-se hoje graças às «panelas populares» organizadas pela igreja local. Há fome e as crianças começam a sofrer os sintomas de subalimentação.

A situação chegou a tal grau que a Igreja, que sempre se manteve ao lado do governo, começa a tomar uma atitude crítica e até de confronto.

#### Nos bairros de Buenos Aires

A avenida General Paz divide a capital federal, Buenos Aires, da chamada Grande Buenos Aires, a cintura industrial. Esta é composta por milhares de bairros com a mesma estrutura: um próspero centro comercial e os bairros da classe média; depois as inúmeráveis pequenas e bem ajeitadas casas operárias que se estendem por vários quilômetros até se transformarem em «favelas». — Nesses bairros era comum ver-se mulheres lavando ou estendendo roupa, e as crianças brincando. Os homens só apareciam depois das seis da tarde, ao voltar do trabalho. Hoje, a qualquer hora do dia, vemo-los na rua, com o olhar distante. Os homens argentinos, os pais de família, que há pouco tempo se orgulhavam de poder mandar os seus filhos à escola, agora, sem trabalho, não podem sequer garantir-lhes a comida.



A nota de um milhão de pesos é o exemplo acabado da inflação galopante que arrastou um milhão e meio de trabalhadores para o desemprego e espalhou a fome por todo o país.

«Porque não aparecem em minha casa? Sou pai de oito filhos e não tenho trabalho. Perdoem a desordem, mas a minha mulher trabalha fora e tenho vergonha de ficar a limpar a casa como ela. Trabalhei até há três meses numa fábrica de cimento, mas despediram-me e agora estamos a passar necessidades. Todos os dias saio em busca de trabalho, mas não se encontra nada. Vou até onde posso chegar a pé, pois não tenho dinheiro nem para o transporte. Às vezes até me custa voltar para casa com os bolsos vazios, sabendo que há bocas que esperam que eu traga algo para comer. Hoje comeram só um prato de sopa». (Depoimento de um operário com cerca de 40 anos.

Uma mulher do mesmo local diz: «Eu ainda posso dar de comer às minhas filhas. Mas não é o que sempre comíamos. Agora é só ensopados ou, à noite, uma xicara de leite com pão. Vamos enchendo a barriga mas não com uma boa alimentação. Há ainda um outro problema, a menina de dois anos tem bronquite, e levámo-la ao médico: as cinco injeções que tínhamos que comprar custavam 250 000 pesos e não temos essa quantia. Há noites em que a criança não pode dormir com tosse». Outra mulher acrescenta: «O ensopado ou a sopa quem come são os nossos filhos. E chegamos ao fim do mês felizes se ninguém adocece. Também não pode-

mos mandar as crianças à escola por não ter como que pagar o transporte. O governo, sabendo da situação que estamos a viver, em lugar de fazer esses inquéritos sobre a desercão escolar, não poderia fornecer um passe grátis para crianças em idade escolar?»

Há um fenómeno novo nos bairros: as panelas colectivas. Uma jovem disse: «Hoje fizemos a comida entre três famílias Colocámos um osso com carne e cada um pôs na panela aquilo que podia... E esta noite, o que comeremos?»

### Bairro triste

Na Villa Ballester um operário portuário, 52 anos, descreve a situação assim: Vivemos na base do ensopado. Já não é como antes, que se colocava um bom assado na grelha ou se podia comer um pouco de queijo enquanto se esperava o jantar. Agora comemos pouco. Felizmente a «patroa» tem boa mão para cozinhar e sempre comemos com gosto. Mas este bairro tornou-se triste. Antes, sem mais nem menos, sempre havia um convite para um churrasco e bastava ter apetite. E não porto! Quando havia um bom trabalho fazia-se cada churrasco!... Ou então íamos à cantina comer um grande cozido com os companheiros. Agora cada um come uma pequena sanduiche escondido e com

isso trabalha o dia inteiro. Os tempos não estão bons, mas se há trabalho voltamos com os pesos (moeda argentina) para alegrar a vida até ao dia seguinte».

Outro trabalhador disse: «Sou um operário sem trabalho e tenho uma filhinha doente... Mas digo-lhe uma coisa: as pessoas não vão deixar os seus filhos morrer à fome; combateremos ou mataremos, mas não vamos deixar os nossos filhos morrer. Na Villa Ayacucho também somos argentinos».

### A classe média

No bairro de Belgrano, a maior concentração da classe média alta, segundo os comerciantes do lugar, as vendas baixaram em 30%. Na entrevista realizada pelo diário Clarín, o dono de um armazém localizado numa esquina privilegiada de Belgrano declarou: «Não quero sequer fazer as contas senão tenho que fechar o negócio. Há produtos sem saída como os bons queijos, e as sobremesas geladas (tive que desligar uma geladeira). E este é um bairro de gente que economicamente não devia ter problemas. O consumo mudou, vende-se produtos de nível mais baixo. Dantes, os homens quando voltavam para as suas casas desciam do carro e levavam uma caixa de bom vinho ou duas caixas de cerveja porque tinham convidados... Isso está a acabar. Não é que este mês tenha sido mau e nada mais. Faz tempo que isto começou e tudo parece indicar que será ainda pior».

Na Argentina de hoje os arquitetos trabalham em quiosques, os médicos vendem vinho, os advogados criam negócios que nunca atingem as expectativas. Dos 50 mil engenheiros, 10 mil saíram do país e 8% dos que ficaram não têm trabalho.

As embaixadas do Canadá e dos Estados Unidos recebem 200 pedidos de emigração por semana. Miguel, de 25 anos, na embaixada do Canadá: «Diante deste guichet quebram-se todos os dias muitas ilu-



A desvalorização do peso arruinou todos aqueles que investiram no exterior



Um quinto dos engenheiros argentinos emigrou em busca de emprego



sões. Viu como disseram a este médico que não há possibilidade? Aceitam somente gente com determinadas profissões. Porque me vou? Aqui estamos presos e sem saída. Não há trabalho, não há liberdade. Que me condenem a ser pobre toda a vida, está bem, mas que me pretendam convencer que sou o culpado da minha pobreza, é diferente, não é? Não gosto disso e vou-me embora. E se abrirem as portas e aceitarem todos os que quiserem ir, o último que feche a porta». Na mesma embaixada, diz um médico: «Educar-nos para viver numa sociedade que não existe. Até nos especializámos, e para quê».

O sentimento do médico é comum a todos aqueles que fazem bichas

nas embaixadas. Um homem de cerca de 40 anos assinala: «Na verdade, custa-me a entender o que está acontecendo no país. Sabemos que num ministério fecham-se durante dez dias para discutir uma lei sobre tarifas alfandegárias. Dez dias! Quando a cada hora que passa uma fábrica é fechada? Fomos educados para viver noutra sociedade».

A emigração maciça, a fome, as crianças sub-alimentadas, o crescente analfabetismo, a decomposição dos órgãos de saúde pública, são fenómenos novos e marcantes num país que até há pouco tempo tinha um médico para 494 habitantes.

Emigraram profissionais, técnicos e operários especializados. Os

argentinos fora do país são já três milhões. São os descendentes dos italianos e espanhóis que chegaram há um século com o sonho de «fazer a América» e assegurar para os seus descendentes aquilo que lhes era negado numa Europa desgastada. São os Cipolla, os Gandini, os Martínez, os Morenni, os Pérez, os López, os Di Giovanni. São os herdeiros dos construtores do país.

A Patria é onde está o trabalho. O meu avô veio da Espanha porque o matavam de fome. O meu avô não era um traidor». □

As reportagens correspondem a publicações do diário **Clarín** dos dias 6 de Setembro e 1 de Outubro de 1981.

## O impasse obriga o Ocidente a abrir o jogo

*Diante da impossibilidade de uma vitória militar, as potências ocidentais decidem agora intensificar a pressão diplomática a fim de encontrar uma saída para a questão da Namíbia. Mas, neste aspecto, há uma posição pública e uma outra secreta*

Carlos Castilho



Os primeiros meses de 1982 serão críticos para a questão da Namíbia. As cinco nações ocidentais que formam o chamado grupo de Contacto (Estados Unidos, Canadá, Alemanha Ocidental, Inglaterra e França) apresentaram um plano de 11 pontos a ser cumprido em três etapas e que se destina a tirar as potências capitalistas do beco sem saída em que entraram por causa dos seus laços económicos e políticos com o racismo sul-africano.

O plano prevê, numa primeira fase, a formação de uma Assembleia Constituinte, a ser eleita de «maneira a assegurar uma representação justa de todos os grupos políticos da Namíbia no novo orga-

nismo». A Assembleia deverá redigir uma Constituição, levando em conta os seguintes pontos: a) a Namíbia independente será um Estado unitário e democrático; b) a Constituição será a lei suprema do país e só poderá ser alterada por referendo popular; c) a Constituição criará três poderes autónomos; o Executivo e o Legislativo serão eleitos por voto universal, directo e secreto; d) o sistema eleitoral assegurará representação proporcional a todos os grupos políticos do país; e) a Constituição assegurará todos os direitos fundamentais do homem, assim como garantias contra a expropriação de propriedades particulares sem indemnização; f) será proibida a aprovação de leis retroactivas; g)

será garantido o acesso livre a todos os postos do Serviço Público, sem qualquer distinção de raça, credo ou posição política; h) o sistema público de saúde, assistência social e cultural será livre e sem discriminações; i) serão criados organismos para administração municipal.

Esses 11 pontos constituem os princípios gerais que, em tese, foram bem aceites pela maioria dos países negros envolvidos na questão da Namíbia, e vistos com desconfiança pelo regime racista sul-africano. A aprovação desse conjunto de medidas constitui aquilo a que o Grupo de Contacto chamou de «primeira fase». Os *afrikaners* e os seus aliados na Namíbia não chegam a opor sérias restrições políticas aos

11 pontos, mas tentam bloquear o andamento das negociações colocando toda a série de dificuldades quando se trata de analisar a forma pela qual este plano será posto em prática. É a «segunda fase» que no momento ganha uma enorme importância, porque revelará até que ponto o plano do Grupo de Contacto é uma tentativa sincera ou uma armadilha política, destinada a preservar os privilégios económicos da minoria branca racista da Namíbia e da África do Sul.

Nesse aspecto existe uma posição pública de países como os Estados Unidos, e outra secreta. A que foi divulgada reforça os princípios ditos democráticos do plano, mas nos bastidores existe uma realidade diferente, como pode ser visto no trecho de um documento secreto do Departamento de Estado, que publicamos nesta edição.

Na segunda fase da aplicação do plano está previsto um cessar-fogo, que precederá a realização das eleições para a Assembleia Constituinte. A África do Sul e os seus aliados racistas rejeitam a supervisão deste cessar-fogo por tropas da ONU. Os demais países africanos são a favor da presença de observadores civis e militares das Nações Unidas. O governo de Pretória aceitará uma força de paz composta por países do Grupo de Contacto. Mas como o documento secreto mostra, a posição dos Estados Unidos merece muito pouca confiança no que se refere a uma solução justa para o caso da Namíbia. Logo, a presença de tropas dos EUA é menos confiável ainda.

Detalhes como o número, composição, funções e duração de mandato tornaram-se chaves nas discussões diplomáticas actuais porque elas acabarão por se refletir no perfil político do novo regime a ser criado na Namíbia. Uma força de supervisão do cessar-fogo composta por países do Grupo de Contacto incluirá representantes dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha Ocidental, que nunca mostraram qualquer tipo de simpatia para com a SWAPO. No caso norte-americano, a posição oficial do Departamento de Estado é feroz, e portanto ina-

ceitável para os países da Linha da Frente (Angola, Moçambique, Zâmbia, Tanzânia e Botswana).

Durante muito tempo as chamadas potências ocidentais acreditavam que, com o tempo, os países da Linha da Frente acabariam por ceder ao peso das agressões militares constantes da África do Sul contra os seus vizinhos. Acreditavam, além disso, que a SWAPO também não aguentaria a repressão do regime racista. Mas a realidade acabou por mostrar um resultado diferente. Agora, a guerra passou para o terreno diplomático. Usa-se desde a ameaça de uma secessão dos racistas

da Namíbia, até ao bloqueio económico para tentar arrancar concessões dos demais governos africanos.

O tempo que Reagan esperava ter está a esgotar-se rapidamente e com ele aumenta o isolamento diplomático da Casa Branca na África. Não há dúvida que países como Angola, Moçambique e Zimbabwe, para não falar no Lesoto, Botswana e até na Zâmbia, estão a pagar um preço muito alto para terem uma Namíbia independente. Mas apesar de tudo isso, segundo afirmou Julmis Nyerere, presidente da Tanzânia, já «há luz no final do túnel». □

## Um repórter na guerra da Namíbia

UM jornalista norte-americano, membro da *Princeton University*, acaba de percorrer as áreas controladas pela Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO). É um dos raros depoimentos de repórteres que conseguiram penetrar na zona de combates. Eis o relato de David McGloin.

Saber o que se passa nas áreas do norte da Namíbia é difícil. Os jornalistas não podem viajar livremente. Um repórter estrangeiro disse-me que os sul-africanos exigem que os correspondentes estrangeiros tenham escoltas militares «para a sua protecção». Estas restrições tendem a limitar a cobertura da imprensa aos roteiros e informações cuidadosamente escolhidos de antemão pelo governo de Pretória.

«Não somos bem-vindos no norte» disse um repórter de um jornal da capital, Windhoek. «Se deixamos a estrada principal, eles obrigam-nos a voltar; e os jornalistas estrangeiros são ainda menos bem-vindos».

Assim advertido, viajei como turista, apanhando uma boleia de Windhoek para Ondangwa com um pastor. Pouco antes de atingirmos a fronteira de Ovamboland, parámos

no exterior de um conjunto cercado de vinte edifícios. Fiquei no carro durante o tempo em que o pastor entrou para anunciar um serviço matinal.

Enquanto o via saudar as pessoas da vila, escutei o tiroteio ao longe. Prossigui por meia-hora. Entretanto, o pastor voltou ao carro para perguntar se eu sabia o que estava a acontecer: um enfrentamento entre a SWAPO e as forças de segurança da África do Sul.

A despeito do tiroteio, aqueles que se haviam congregado prosseguiram com o serviço da igreja, e o canto de hinos logo substituiu o desagradável ruído das metralhadoras.

Mais adiante, acalmado o tiroteio, uma procissão de camiões antitímicas carregados de soldados sul-africanos fazia fila para seguir em direcção ao norte. Passaram cerca de 75 camiões, o que significava que 800 a 1000 soldados estavam a caminho de bases militares próximas da fronteira angolana.

Seguindo na direcção oposta, dois camiões compridos e abertos cruzaram a coluna, carregados com 500 soldados. Estes estavam a caminho da Grootfontein, local de im-

portante base militar, ou de Windhoek, onde ficariam de licença.

Passar para Ovamboland, classificada pelos sul-africanos como «zona operacional», é bem mais fácil do que já foi. Alguns anos atrás, os visitantes necessitavam de autorização. No nosso caso, tivemos apenas de passar através de uma complicada barricada equipada com vários soldados sul-africanos armados.

A uma milha de distância da fronteira, vimos várias centenas de soldados sul-africanos vasculhando o mato. Algumas centenas de metros à frente, passámos por uma fila de tanques cuja vanguarda mergulhava

mato adentro. Provavelmente iam dar apoio às missões de destruição após o combate matinal.

«Os nossos rapazes passam um mês à procura dos malditos terroristas e não vêem nenhum. Depois, caem em alguma emboscada e perdem um ou dois companheiros». O cabo sul-africano que eu tinha conhecido uma semana atrás, no avião que me levou de Joanesburgo para Windhoek, sentia-se naturalmente infeliz com o fim da sua licença de duas semanas. E, embora ele trabalhasse com equipamento de rádio numa das bases dispostas ao longo da fronteira angolana, tinha uma noção bastante terrível da guerra,

pelo que ouvia de amigos directamente envolvidos nos combates.

«Não tem nada a ver com o que você lê nos jornais», disse ele. A Força de Defesa da África do Sul tem o treino e poder de fogo para acabar com os terroristas da SWAPO, insistiu, «mas não conseguimos encontrá-los e matá-los».

Embora reconhecesse que o moral das tropas sul-africanas é baixo, ele achava também que a SWAPO enfrenta problemas. A seca constitui grande vantagem para os sul-africanos. A SWAPO passou a ter que movimentar-se mais lentamente, tanto devido ao decréscimo das folhagens como à falta de comida. Em certas áreas as Forças de Defesa encontravam frequentemente membros da SWAPO que usavam adrenalina para continuar a lutar, enquanto os alimentos escasseavam durante dias.

O cabo não compreendia inteiramente o porquê da presença de tropas da África do Sul na Namíbia, mas achava que não tinha outra alternativa senão cumprir o seu dever «para manter o nosso país limpo».

Uma vez cruzada a fronteira em Ovamboland, a guerra torna-se presente em tudo o que se vê na estrada principal. A sua pavimentação tem cerca de 15 centímetros de espessura para tornar mais difícil a colocação de minas. As forças da África do Sul começam a vasculhar a es-



O moral das tropas racistas é baixo apesar da seca que destruiu boa parte da cobertura vegetal, o que veio dificultar a movimentação dos guerrilheiros da SWAPO



À noite, os guerrilheiros deslocam-se livremente para minar as estradas utilizadas pelos sul-africanos

trada, em busca de minas, às 4 horas da manhã, o que dá uma ideia da capacidade da SWAPO para trabalhar à noite, colocando minas.

O meu companheiro de viagem interrompeu o nosso diálogo para mostrar um garoto que conduzia gado ao longo da estrada: «se você perguntasse a esse garoto se ele viu a SWAPO, e ele confiava em você, diria que sim. Pode ter sido ontem ou anteontem. O povo desta região entra em contacto com a SWAPO frequentemente. Agora, se as Forças de Defesa perguntassem a mesma coisa ele diria que não ou apontaria a direcção oposta». O que era uma forma de reconhecer a simpatia com que o movimento é encarado pela população.

Por sugestão do chefe, fomos à clínica do governo, estrada acima, para perguntar se poderia servir como centro de distribuição de alimentos. Ao lado da clínica havia uma base militar que parecia comportar 50 a 70 soldados. Entre as muitas tendas havia sinais de construções futuras prestes a começar.

Falámos com a enfermeira e com o seu marido, o comissário sul-africano para a região de Sesfontein. O comissário atribuía todos os problemas ao alcoolismo, sugerindo

que os mais velhos passavam fome porque os «filhos roubavam os seus cheques de reforma para comprar bebidas».

Enquanto insistia que as notícias de subnutrição e fome eram «exageradas», o comissário expressou as suas dúvidas quanto à possibilidade de sobrevivência dos pastores locais. Os seus rebanhos tinham sido virtualmente dizimados, e a vegetação talvez fosse muito escassa para suportar o gado sobrevivente.

Mais tarde, de volta à clínica, a mulher do comissário falou mais abertamente sobre os problemas e mostrou certa simpatia para com o povo negro da região.

#### A informação militar

Após este encontro, os representantes do CIN decidiram que a melhor opção seria trabalhar através dos adultos da escola e da vila. Ao todo, havíamos passado quatro horas em Sesfontein. Maasdorp explicou que, devido à presença militar na área, forasteiros como nós enfrentaríamos provavelmente dificuldades se ficassem ali muito tempo.

A clínica de Sesfontein vem-me várias vezes à memória, em parte, devido aos cartazes na parede. Um

deles oferecia 540 dólares por informações acerca de movimentos ou esconderijos de armas da SWAPO. Um folheto mostrava em detalhe como tratar um terrorista: «Recuse dar comida; recuse dar água; guarde silêncio quanto aos soldados sul-africanos na área; informe as Forças de Defesa.»

Segundo uma reportagem do *Randy Daily Mail* (importante jornal sul-africano), as Forças de Defesa pagam aos «cooperadores» até 1600 dólares na tentativa de criar uma rede eficiente de informadores. Tinham também afixado fotografias de líderes da SWAPO mortos recentemente.

A maioria dos habitantes do norte do país teve contacto directo com a guerra. Alguns fornecem comida à SWAPO, ou têm um membro da família no outro lado da fronteira, em Angola, como combatente ou refugiado. Alguns têm sido presos e interrogados pelas forças sul-africanas. Quase todos, uma vez ou outra, estiveram perto dos combates.

#### Apoio popular

A SWAPO foi fundada por trabalhadores e estudantes de Ovambo, e pouca gente duvida do apoio com que conta a organização. Consequentemente, a mais recente estra-

## O Projecto Reagan-Botha

tégia militar sul-africana é procurar desencorajar este apoio local, ao invés de conquistar «corações e mentes».

Ouvi falar de casos, tanto nas áreas de Ovambo como de Kavango, em que os sul-africanos usaram soldados negros para se fazerem passar por membros da SWAPO e descobrir assim simpatizantes do movimento de libertação. As pessoas que dão comida a esses soldados sul-africanos, que se fazem passar por membros da SWAPO, são punidas de várias formas, desde o espancamento até à destruição das suas casas pelo fogo.

Um homem com quem falei tinha sido detido quatro vezes no ano passado. Da primeira vez, foi levado a uma prisão em Oshakati. Depois disso, foi forçado a caminhar à frente de patrulhas sul-africanas na selva, carregando uma mochila. Assim, evitava emboscadas e protegia as tropas sul-africanas das minas.

Tinham-me dito que a seca que assolava a Namíbia tinha causado algumas mortes por fome em Damara-land, no nordeste. Vários membros do Conselho das Igrejas da Namíbia, incluindo o secretário-geral do CIN, Alberto Maasdorp, estavam na região para verificar essas informações, e viajei com eles para Sesfontein.

Após uma viagem poeirenta de cinco horas, marcada por paisagens espectaculares do deserto, chegámos à vila, com as suas cabanas cobertas por folhas de palmeira. Explicando o propósito da nossa visita, fomos recebidos calorosamente pelo decano da vila, e visitámos a escola, uma das poucas estruturas de betão da comunidade.

O chefe local confirmou que havia escassez de comida na região. Disse que a escola vinha fornecendo alimentos aos estudantes mais necessitados, mas que os velhos e as crianças mais jovens também careciam de ajuda.

Afirmou também que durante as férias escolares os estudantes enfrentavam problemas mais graves e perguntou se o CIN planeava fornecer ajuda durante as férias escolares.

**A** linha ideológica, as posições políticas e a conduta diplomática e militar da África do Sul são bem conhecidas, mas é sempre oportuno apresentar documentos.



«Pik» Botha



Chester Crocker

E foi isso o que fez a revista norte-americana *CounterSpy*, uma publicação alternativa que procura romper o bloqueio informativo que dificulta à opinião pública dos Estados Unidos um necessário conhecimento do que ocorre fora do país e das verdadeiras posições do seu governo.

Na sua edição de Outubro último, aquela revista publicou o texto integral do relatório oficial secreto sobre o encontro mantido entre o subsecretário de Assuntos Africanos do Departamento de Estado norte-americano, Chester Crocker, o primeiro-ministro da África do Sul, Pik Botha e o ministro sul-africano da Defesa, general Magnus Malan, em Abril de 1981.

Como se verá, são muito amplas as coincidências entre os dois governos, embora com algumas «nuances» peculiares na análise do problema da Namíbia. Em resumo, pode-se assinalar que os sul-africanos reiteraram estas conhecidas posições: a) oposição a um governo realmente independente para a Namíbia; b) empenho em manter, nesse país ocupado, a política de *apartheid*, através de governos títeres, com a marginalização do movimento que realmente expressa as aspirações do seu povo, que é a SWAPO. c) — uma política belicista em relação a Angola e a outros países da Linha da Frente, pelo seu apoio à autodeterminação da Namíbia; c) anti-sovietismo, como pretexto à dominação capitalista da região.

Vejamos alguns trechos mais significativos desse documento, que leva a etiqueta de *confidencial*.

SWAPO — A África do Sul não pode aceitar as perspectivas de uma vitória da SWAPO, pois isso cor-

responderia a «levar as forças cubano-soviéticas até Walvis Bay (importante baía e porto estratégico da Namíbia) sob a direcção de Sam Nujoma», que Malan considera «um bandido sanguinário». Por isso, vetam qualquer eleição que «deixasse a SWAPO em posição dominante». (Por outras palavras, vetam as próprias eleições que, limpas e livres, resultariam num virtual plebiscito a favor da SWAPO.)

«A Namíbia necessita de um governo de tipo federal. A África do Sul não rejeita um acordo que seja internacionalmente aceitável, mas não pode contemporizar com uma vitória da SWAPO, que lhe permita um poder sem controlos. Se os partidários desse movimento dominarem, o resultado das eleições seria a guerra civil» (Malan).

O subsecretário Crocker disse que os Estados Unidos reconhecem a necessidade de se reforçar a segurança da África do Sul e a confiança internacional no seu governo. Malan respondeu que a «a Namíbia é que necessita dessa segurança e não a África do Sul». E acrescentou: «O governo da África do Sul não pretende revogar os direitos dos brancos da Namíbia e devem ser estabelecidas medidas de segurança a esse respeito».

#### **Botha: «Nujoma nacionalizará tudo»**

A intervenção do general Malan preparou a de Pik Botha. Este foi mais enfático e duro. Eis algumas das suas opiniões:

«O governo da África do Sul considera importante que os Estados Unidos impeçam novas vitórias da União Soviética. Vocês (os norte-americanos) dizem que a SWAPO não é marxista, estão seguindo na mesma direcção do governo Carter. O povo da Namíbia é doutrinado com marxismo todos os dias. Essa é também a opinião de Savimbi (Jonas Savimbi, dirigente da UNITA, movimento controlado e apoiado pelos sul-africanos). O mínimo que o governo sul-africano exige é que a bandeira soviética não seja hasteada em Windhoek (capital da Namíbia).

«Se os Estados Unidos não estiverem de acordo com a posição sul-africana, deixem que as sanções contra a África do Sul continuem e abandonem a intervenção no problema da Namíbia. A África do Sul pode sobreviver às sanções. Mais cedo ou mais tarde, contará com o auxílio de Estados africanos moderados.

«O governo norte-americano está a ser condescendente com a SWAPO. O governo sul-africano aprecia a firmeza norte-americana com a URSS, pois até mesmo os governos africanos estão a sentir que vocês (os Estados Unidos) estão assumindo a liderança. Mas está preocupado com o facto de os Estados Unidos tenderem a concordar com um plano para a Namíbia (ver artigo de Carlos Castilho) que a África do Sul não pode aceitar.

«Sam Nujoma (principal líder da SWAPO) nacionalizará toda a economia da Namíbia. Causará revoluções e guerra civil que envolverão a África do Sul. Isso obrigar-nos-ia a invadir a Namíbia, além de outros países. Pedimos que vocês vejam os perigos de uma decisão errónea sobre a Namíbia. Seria melhor manter a actual situação na região — um conflito de nível moderado — indefinidamente, do que ter uma guerra civil, que pode levar a uma conflagração geral.

«Nujoma está comprometido com os soviéticos. Desertores da SWAPO revelaram os seus planos ao governo sul-africano: primeiro, a Namíbia; depois, Botswana, Lesotho e Suazilândia. Culminando, o ataque final à África do Sul. E isso não poderíamos aceitar. Não nos justificariamos perante o nosso povo.

«A África do Sul, no que diz respeito aos brancos, é uma democracia e deve ser assim entendida», acentuou Botha.

#### **Crocker concorda**

Nessa altura da exposição do primeiro-ministro sul-africano, Chester Crocker fez uma intervenção, para deixar claro alguns pontos referidos por Botha. Disse Crocker:

«Os Estados Unidos partem da permissão de que o perigo é a dominação soviética. Mas acreditam que a melhor forma de evitar o perigo é resolver o problema da Namíbia. Enquanto o problema subsistir, os Estados Unidos não poderão aliar-se à África do Sul em questões militares, e incluir o governo de Pretória no seu esquema geral de segurança. Atiçar conflitos na Namíbia não é aceitável. A ideia que os Estados Unidos têm em mente não inclui os soviéticos em Windhoek. Acreditamos que poderemos tirar os soviéticos da região e dar uma garantia de segurança, quer Nujoma vença quer não.

«Os Estados Unidos compreendem as preocupações com os direitos constitucionais. Os Estados Unidos herdaram uma situação com muitos partidos, mas devemos estabelecer um consenso na África de que somos sérios e não estamos apenas protelando. Acreditamos que uma conferência tipo Lancaster (a que deu a independência ao Zimbábue) nada adiantará. Vemos antes um grupo de especialistas, consultando todos os partidos, escrevendo a Constituição e depois procurando a sua aceitação através do Grupo de Contacto.

«Os Estados Unidos concordam que a solução para o problema da Namíbia é política. Procuramos um acordo que seja do nosso interesse, baseado em princípios democráticos. A nossa opinião é que a África do Sul não está a sofrer pressões militares para deixar a Namíbia. A decisão cabe ao governo sul-africano, e devem ser encontrados meios para preservar os seus interesses.

«O governo dos Estados Unidos presume que a questão da Constituição para a Namíbia deve ser resolvida antes das eleições. Já dissemos que a resolução 435 da ONU é uma base de transição para a independência da Namíbia, mas não para um acordo total. Desejamos satisfazer os interesses de Pretória, enquanto levamos em conta as opiniões do outro lado. Seria difícil ignorar a resolução 435. Desejamos suplementá-la, e não descartarmos dela.» □

## Tentando romper o cerco dos boers

*A África do Sul intensifica as acções militares contra este pequeno país, que, por seu lado, procura reduzir a sua dependência económica de Pretória*

Etevaldo Hipólito

O pequeno reino do Lesoto, uma verdadeira ilha rodeada pela África do Sul por todos os lados, há meses que vem suportando uma forte pressão desencadeada pelo braço armado do *Basutho Congress Party*. Esta organização encontra-se actualmente dividida em duas alas. Uma dirigida por Ntsu Mokhele, que se encontra exilado na África do Sul, e a outra liderada pelo seu secretário-geral Koenyania Chakele, um dirigente político que optou pela oposição legal.

O *Lesotho Liberation Army*, a frente militar do BCP, no decorrer do ano reivindicou todas as operações denunciadas pelo regime do primeiro-ministro Leabua Jonathan, que incluem atentados individuais e acções de grande envergadura.

Mokhele saiu do Lesoto em 1974, logo após ter fracassado uma tentativa para afastar Leabua Jonathan do poder. A partir de então, a luta clandestina foi assumindo cada vez maior vulto, com o governo a denunciar a presença dos racistas de Pretória por detrás dos actos de terror. Uma das incursões mais sérias ocorreu em Fevereiro de 1980, quando se deu uma «flagrante invasão do Lesoto por 300 homens empunhando armas sul-africanas», segundo uma nota enviada ao Governo da África do Sul. O documento de protesto acrescentava que antes de serem expulsos para o território vizinho, os invasores mataram três pessoas e feriram outras duas.

No mês de Setembro do mesmo ano, a emissora oficial informava

sobre a ocorrência de dois ataques importantes. Um deles, causou ferimentos graves no chefe Lekoko, irmão do primeiro-ministro, e o outro teve como alvo Machato Chakela, membro da Assembleia Nacional. Chakela perdeu duas filhas em consequência da agressão. Em Fevereiro de 1981, uma bomba destruiu a residência de Khalaki Sello, um advogado que tinha defendido dois membros do *African National Congress* da África do Sul. Em Agosto do mesmo ano, logo após uma série de pequenas acções, do outro lado da linha fronteiriça com a África do Sul foram disparados tiros de morteiro contra instalações petrolíferas situadas na capital.

O envolvimento da República Sul-Africana — sempre negado com veemência por Pretória — transparece na maioria das acções levadas a cabo. De uma maneira geral, os ataques tiveram lugar nas zonas de fronteira e, como algumas agências noticiosas divulgaram, seria difícil para qualquer organização clandestina desenvolver actividades num território tão pequeno — 30.355 Km<sup>2</sup> — e empregar um diversificado tipo de armamento sem ser imediatamente localizado. Da parte do governo racista, também se torna difícil explicar a detonação de minas por controlo remoto dentro do Lesoto, quando fica comprovado que os autores de mais estes atentados se encontravam em território sul-africano.

A paciência das autoridades de Maseru chegou ao seu limite má-

ximo no final da primeira semana de Outubro, ao ser desencadeada uma nova incursão armada, desta vez contra o quartel-general da Unidade Móvel de Polícia. Numa nota amplamente divulgada, o Ministério dos Negócios Estrangeiros indicava que o governo levaria o seu protesto pelo envolvimento sul-africano até às Nações Unidas. Esta decisão parece não ter abalado Pretória, pois quatro dias depois a emissora oficial de Maseru informava que morteiros e armas automáticas tinham sido utilizadas num ataque contra uma grande loja situada no centro da capital.

### «Inimigos a eliminar»

A facção liderada por Mokhele, nos seus vários ataques à bomba e atentados contra determinadas pessoas, não tem poupado os refugiados sul-africanos que tentam escapar da repressão que o governo de Botha move contra os militantes e simpatizantes do ANC. De acordo com fontes oficiais do Lesoto, Ntsu Mokhele, em panfletos distribuídos durante uma das acções da sua organização clandestina, chegou a intitulá-los de «inimigos a eliminar». Por sua vez, num longo artigo dedicado à situação política do país vizinho, o jornal sul-africano *Rand Daily Mail* dizia no dia 29 de Julho que era opinião corrente estar o *Lesotho Liberation Army* a operar a partir da região sul-africana de Qwa Qwa. Ampliando um pouco mais a informação do jornal de Johannesburg, a agência *France Press*

precisava em Outubro último que os treinos para os membros da organização de Mokhele são dados por militares *boers* na pequena localidade de Welkom, em Orange.

### Autonomia económica

As tentativas de desestabilização do governo do Lesoto correm num período em que são feitos grandes esforços no sentido de libertar o país da tremenda dependência que mantém em relação à África do Sul. Em Dezembro de 1979, o primeiro-ministro Leabua Jonathan anunciava a entrada em vigor do seu terceiro plano quinquenal. Ele deveria abranger o período de 1980/1984 e apontava para um gasto na sua implantação de cerca de 840 milhões de dólares. As principais áreas abrangidas seriam a educação, serviços médicos, agricultura e indústria. Também era dada ênfase à organização de movimentos cooperativistas e foi acentuada a necessidade de ser aplicado um programa de formação de quadros. Na altura, o governo revelou o projecto da criação de uma moeda nacional — o maloti — para substituir o *rand* sul-africano.

Em Julho último, era divulgado que a exploração da mina de diamantes em Kai iria permitir equilibrar a deficitária balança de paga-

mentos. No local, situado a 3.000 metros de altitude, estava prestes a funcionar o segundo complexo mineiro mais importante do país. A primeira fase exigiria investimentos da ordem dos 1,5 milhões de dólares.

Um importante passo no sentido de romper os laços desfavoráveis com Pretória foi dado com a adesão ao projecto de integração económica na África Austral, em 1980. Numa entrevista concedida à emissora de rádio oficial das Nações Unidas, Leabua Jonathan, ao referir-se à Declaração de Lusaka, insistia na ideia de que a mesma não significava uma declaração de guerra à África do Sul, mas «uma tentativa para consolidar e harmonizar as nossas esperanças e aspirações comuns». Desta forma, os nove Estados envolvidos na estruturação da *Southern Africa Development Coordinating Conference* (SADCC) irão afirmar na prática o seu direito a estabelecer vínculos próprios de cooperação económica que permitam, por outro lado, eliminar os planos de Pretória de se tornar ponto de referência obrigatório para qualquer projecto na região.

O Lesoto procura reduzir esta dependência, tendo já feito algum avanço neste sentido. Como exemplo, o primeiro-ministro citou a pro-

dução de cereais para a alimentação, havendo a possibilidade de, já em 1985, o país ter atingido a auto-suficiência no abastecimento de milho. No sector de transporte e comunicações, o governo pretende construir, com apoio externo, um novo aeroporto internacional e instalações de modernos equipamentos de comunicação via satélite. Em ambos os casos será possível passar a manter ligações directas com outros países sem a interferência do incómodo vizinho sul-africano.

A ofensiva levada a cabo pelas autoridades de Maseru no campo económico realiza-se paralelamente a outra na área diplomática. Na primeira semana de Novembro, o governo convidou alguns países para que verificassem as denúncias formuladas contra o *Lesotho Liberation Army* e o regime racista sul-africano. Zâmbia, Tanzania, Botswana e Moçambique responderiam afirmativamente. Numa demonstração da importância que conferia à situação, Maputo enviou uma missão integrada por representantes de dez ministérios chefiada pelo tenente-coronel Armando Guebuza, vice-ministro da Defesa Nacional. Uma foto de primeira página publicada pelo jornal *Notícias* confirmava que as armas utilizadas nos diversos atentados tinham as mesmas marcas das usadas pelas forças regulares da África do Sul. □

## A «Suíça» africana

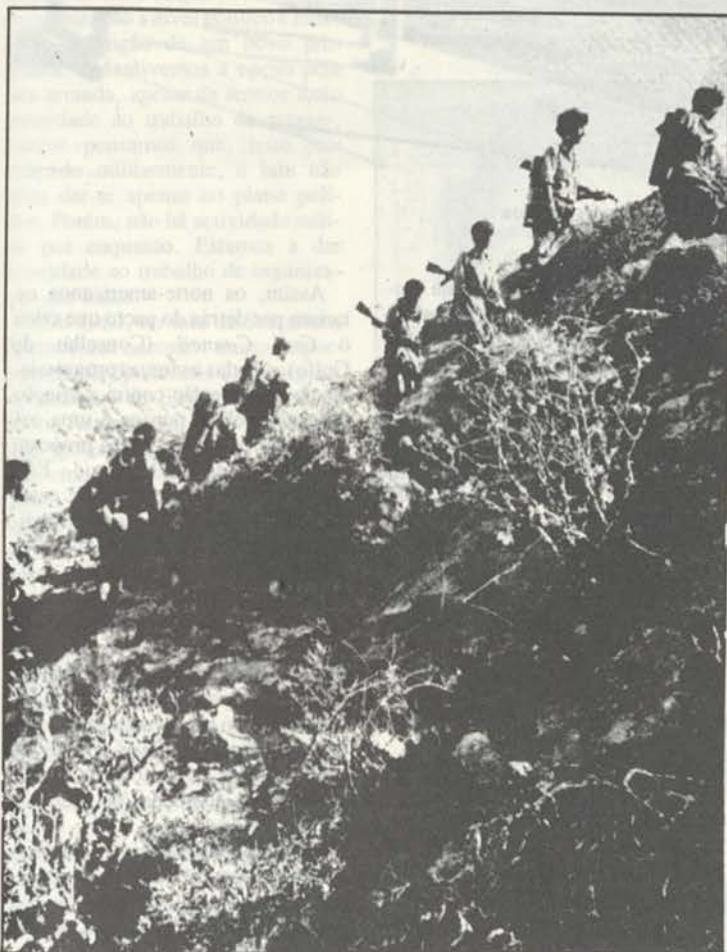
O reino do Lesoto fica situado num planalto de 30 mil quilómetros quadrados e a uma altitude média de 1.500 metros. Para os padrões africanos, faz frio no Lesoto, onde a temperatura média anual ronda os 17 graus centígrados. O reino tornou-se independente em 1966, após uma longa e complicada luta contra o regime de Pretória. Desde o século passado, os basutos, etnia que povoou o país, resistiram de todas as formas à colonização holandesa. A resistência foi tão intensa que a Inglaterra resolveu assumir o protectorado da região, que até à independência se chamava Basutolândia.

Havia uma promessa dos britânicos de devolver o reino à África do Sul quando o território fosse declarado independente. Mas depois do rompimento entre Londres e Pretória, em 1961, por causa do *apartheid*, a autonomia do Lesoto foi mantida pela Coroa Britânica. Porém, o pequeno país é totalmente dependente da economia sul-africana. Noventa e cinco por cento das importações vêm da África do Sul, enquanto que as exportações se resumem praticamente à mão-de-obra negra com destino às minas de ouro e diamantes situadas na região do Transvaal. O *rand*, moeda sul-africana, é o padrão monetário do Lesoto, que apesar da dominação económica da África do Sul está a tentar alterar esta situação e aumentar os vínculos com os países negros da África Austral.

### A autocrítica da guerrilha

*A Frente de Libertação do Oman muda de estratégia após ter sofrido a «onda-de-choque» de uma violenta repressão desencadeada pelas tropas do sultão Qabus, orientadas por ingleses e norte-americanos. Um dos dirigentes da Frente explica as razões da mudança*

Beatriz Bissio

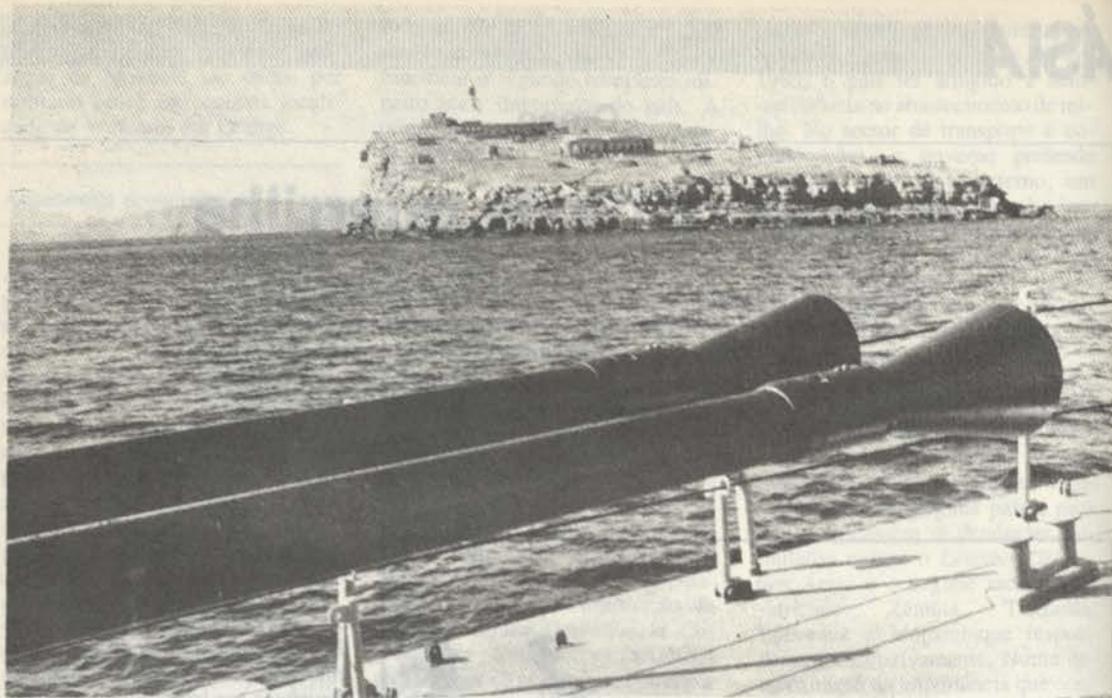


Coluna guerrilheira da Frente de Libertação

«**P**ODEMOS dizer que, apesar da ocupação anglo-norte-americana no nosso país, os revolucionários já superaram 70% das suas dificuldades, e estão em condições de dar um impulso decisivo à sua luta». É o que afirma Saied Masoud, membro do Comitê Central Executivo da Frente de Libertação de Oman, e representante da organização em várias capitais árabes, em entrevista a **cadernos do terceiro mundo**.

Segundo Masoud, a luta do povo do Oman pela sua libertação é pouco conhecida no Ocidente, pois os aliados norte-americanos e europeus do sultão Qabus procuram ocultar as repercussões da poderosa oposição interna.

«O nosso país vive uma situação especial. Sem medo de cair em exageros, pode-se em verdade afirmar que ele está totalmente ocupado pelos britânicos e norte-americanos. O exército do sultão Qabus é comandado por cinco oficiais ingleses e não existe Ministro da Defesa. Cinquenta por cento dos militares são de origem paquistanesa ou mercenários sul-africanos. Os pilotos da Força Aérea são ingleses e australianos, havendo apenas um deles nascido em Oman, o sobrinho do sultão. A economia está também controlada por estrangeiros. O Ministro do Tesouro é inglês e a sua assinatura aparece em todas as notas que circulam no país».



O Golfo é uma área considerada de «segurança nacional, pelos Estados Unidos, os nacionalistas afirmam, porém, que tudo farão para a defender

Na opinião de Masoud, quem na realidade governa o sultanato de Oman é, em primeiro lugar, o Embaixador britânico, vindo em segundo lugar o coronel Denisson, um assessor especial do sultão para assuntos de segurança nacional e finalmente o Comitê Militar, composto por oficiais britânicos. Nestas circunstâncias, o dirigente da Frente de Libertação pergunta com ironia: «Que independência é esta, que se resume a uma bandeira e ao sultão Qabus?»

Toda a política do Oman está determinada pela coincidência de interesses entre o sultão e os ingleses. Recentemente foi assinado um acordo prevendo a instalação de várias bases militares na ilha Massire, em Tamrit e em Massadum, na entrada do estreito de Ormuz. Estas três bases estão já em construção e há outras projectadas.

«O acordo concede também facilidades portuárias aos ingleses em Qabus Port e nos demais portos do

país», afirma Masoud. Na sua opinião, «os norte-americanos fazem o que bem entendem no Oman, sem qualquer tipo de consulta prévia, como foi reconhecido pelo próprio sultão Qabus, numa entrevista à televisão». Para o dirigente da Frente de Libertação, «o Oman foi escolhido pelos Estados Unidos para substituir o Irão na estratégia norte-americana para a região, pois com as bases de Diego Garcia, Massira e Bahrein, o Pentágono garante o controlo das rotas estratégicas do petróleo do Golfo».

#### Uma política de entrega

Para a Frente de Libertação de Oman, a estratégia imperialista necessita da unidade de todos os países árabes conservadores da região do Golfo, para não correr o risco de perder outra peça do tabuleiro, já que a presença na área estaria debilitada pela situação geopolítica criada pela queda do regime do xá do Irão.

Assim, os norte-americanos estariam por detrás do pacto que criou o *Gulf Council* (Conselho do Golfo). «Todas as forças progressistas da região estão contra a criação deste Conselho, porque é uma extensão do Pacto de Defesa proposto pelo Xá», afirma Massoud. Este freccassou devido à rivalidade entre Reza Pahlevi e os monarcas sauditas, que disputavam a liderança sobre os demais países. Hoje, a situação é diferente: existe uma coordenação entre todas as forças nacionalistas do Golfo para enfrentar o pacto. Não nos opomos à unidade da região. Pelo contrário, lutamos de armas na mão para conquistá-la. Estamos contra a unidade através de cúpulas, pois o nosso objectivo é melhorar as condições de vida dos nossos povos».

«Estamos plenamente conscientes — salienta Masoud — do desafio. Trata-se de uma área que os Estados Unidos consideram de Segurança Nacional, ou seja, de primeira prioridade, e farão tudo para a

conservar sob o seu controlo. Porém, nós temos a decisão militar e política de lutar».

— E o apoio popular?

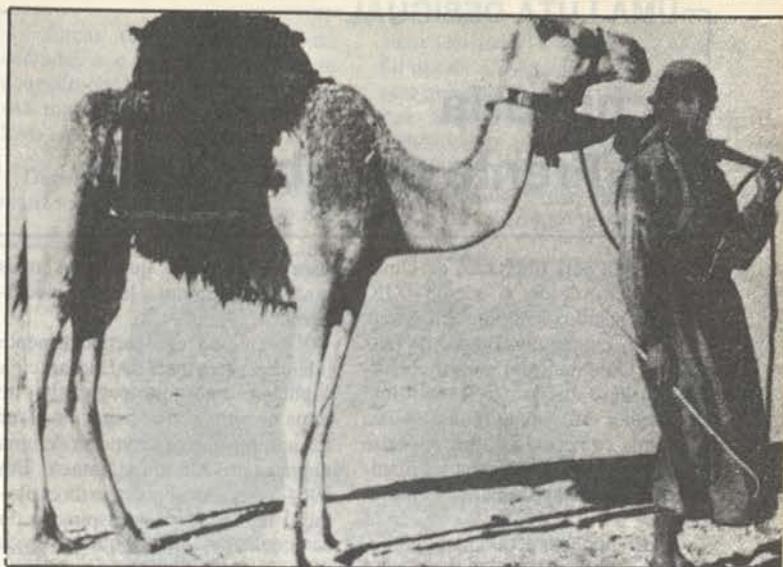
Contamos com todo o apoio da nossa gente. No nosso país, todo o dinheiro vai para o bolso dos emires e dos bancos norte-americanos. O povo sabe disso, e está cansado, como também está farto da ocupação estrangeira do país».

#### A etapa actual

A Frente mudou a sua tática. Depois de ter tido vastas áreas libertadas e de ter sido submetida a intensa repressão, o Comité Central elaborou um programa de reconstrução, no mais amplo dos sentidos: reorganização a nível político e militar e definição de um novo programa. «Mantivemos a opção pela luta armada, apesar de termos dado prioridade ao trabalho de massas, porque pensamos que, num país ocupado militarmente, a luta não pode dar-se apenas no plano político. Porém, não há actividade militar por enquanto. Estamos a dar prioridade ao trabalho de organização das bases.»

«Em 1980, no mês de Setembro, tivemos um encontro muito importante, onde discutimos a estratégia e documentos do Comité Central. O ponto fundamental, que significou uma profunda autocritica, afirmava que, embora a luta no nosso país seja contra forças estrangeiras poderosas, a explicação principal para as derrotas sofridas pelas forças revolucionárias deveria ser procurada no plano interno. Isto é, não responsabilizarmos o inimigo, mas nós mesmos».

Segundo Masoud a luta revolucionária no Oman teve erros. O principal, foi o termos concentrado todos os esforços na acção armada — ou seja, nos aspectos estritamente militares do confronto com os opressores — relegando o trabalho de massas e a luta sindical para um segundo plano. Mas podemos afirmar que superámos 70% das nossas dificuldades e que vamos entrar num período de reactivação da luta revolucionária». □



O Sultão Qabus, e o presidente do Comité Executivo da Frente de Libertação, Abdel Aziz Al Kadi (em baixo), duas visões distintas para o futuro do Oman



## A história da Frente de Libertação

**A** luta pela libertação de Oman vem desde o século XIX. Quando os ingleses chegaram ao Golfo, em meados do século passado, o Oman era um centro comercial próspero e a sua frota marítima era a maior do Oceano Índico. A sua economia começou a entrar em crise quando os navios mercantes britânicos iniciaram a sua penetração na região.

As dificuldades económicas geraram um profundo descontentamento nas tribos do interior, as quais se rebelaram contra o sultão (que vivia em Mascate) e depuseram-no. Para os ingleses — que também nessa região aplicaram o lema «governar para reinar» — era a oportunidade esperada; com o apoio das armas reconduziram o sultão ao poder em 1871, com o que Oman, na prática, passou a ser uma colónia britânica.

Said Bin Taimur reinou durante o período de 1932 a 1970. Em 1954, a companhia inglesa PDO encontrou petróleo no interior do país. Violando um acordo de autonomia por eles assinado, os ingleses ocuparam a área.

Os patriotas, através do Iman, líder religioso, entraram em contacto com a Arabia Saudita e com a companhia de petróleo Aramco (norte-americana), interessada nas concessões de exploração. Dessa maneira, com armas fornecidas por esses dois «aliados», teve início a luta conhecida como a «revolta das Montanhas Verdes». Só por meio de duros bombardeamentos a vilas e aldeias, e com reforços trazidos de outras colónias da região, os ingleses conseguiram, em 1959, sufocar a rebelião. A revolta teve amplo apoio e participação populares, pelo descontentamento gerado face à dominação britânica. Mas mesmo tendo sido sufocada, ela constituiu fonte de inspiração e de experiência

para os patriotas que, anos mais tarde, deflagraram a luta revolucionária.

A opressão era particularmente intensa na província de Dhofar, cuja população tinha que pagar altos tributos ao sultão, que pagar os assuntos administrativos como se de uma empresa privada sua se tratasse. Em 1964, como consequência da exploração interna e sob a inspiração do nacionalismo árabe que ressurgia com Gamal Abdel Nasser, foi fundada a Frente de Libertação de Dhofar.

### A luta comum no Golfo

A luta armada em Dhofar teve início a 9 de Junho de 1965. Houve muitos problemas no começo, oriundos do próprio atraso do país, onde o índice de analfabetismo era de 99% (havia apenas duas escolas, uma em Mascate e outra em Dhofar).

«Apesar das dificuldades (muita gente tinha-nos aconselhado a não deflagrar a luta armada nessas condições), conseguimos avançar, com o apoio de Nasser e dos iemenitas, que, naquela altura, também enfrentavam os ingleses em Aden», afirma Masoud. «Pouco a pouco conseguimos demonstrar aos companheiros — acrescenta o dirigente da Frente de Libertação — que não fazia sentido restringirmos a luta à libertação da província de Dhofar».

Chegou-se assim à segunda fase da guerra, que se estende de 1968 a 1974. A 14 de Setembro de 1968 realizou-se em Hamrin o Segundo Congresso da Frente. «Em vinte dias de trabalho, analisámos a estratégia e tomámos importantes resoluções. As primeiras, foi a que incluíamos todo o território compreendido pelo Oman, Kuwait e Bahrein

nos objectivos da luta da Frente». E a organização mudou o seu nome para «Frente Popular de Libertação do Golfo Árabe Ocupado», PFLOAG. O nome já marcava a oposição à linha separatista (defendida por alguns nacionalistas de Dhofar que queriam a independência da província). Não se tratava mais de libertar Dhofar, mas toda a região. Em Hamrin a Frente adoptou o socialismo científico como ideologia, e sob o ponto de vista estratégico, definiu que a melhor forma de fortalecer a sua luta era unir a oposição popular em todo o Golfo Árabe.

Entre as resoluções mais importantes do Congresso de Hamrin estão também aquelas que procuram abrir caminho à participação da mulher, em igualdade de condições com o homem; criar um exército de libertação nacional, organizar milícias e abrir escolas nas áreas libertadas.

Em 1970, toda a província de Dhofar estava libertada, excepto a planície de Salala. A luta armada estendeu-se então a outras regiões do Oman. Os ingleses adaptaram rapidamente a sua estratégia às novas realidades.

Em Julho de 1970 promoveram um golpe de Estado contra Said Bin Taimur e colocaram o seu filho, Qabus, em seu lugar, um «fantoche dos interesses neocoloniais». No mesmo mês de Julho, cinco bases inglesas foram atacadas e o nome do movimento revolucionário muda novamente. Dois anos após a reunião de Hamrin passa-se a chamar «Frente de Libertação de Oman e do Golfo Árabe».

«As bombas explodiam sob os pés dos ingleses na própria Mascate», afirma Masoud. «A 26 de Abril de 1966, o pai de Qabus foi morto pela Frente de Libertação, mas os ingleses nunca o admitiram», declara o dirigente omaní.

Como parte da sua estratégia para conter o avanço revolucionário, os ingleses tentaram unificar o Oman, Bahrein, Qatar e os Emiratos, mas as contradições internas entre os emires levaram a que essa tentativa fracassasse.

## Nas áreas libertadas

Enquanto isso, o projecto alternativo do movimento patriota avançava nas áreas libertadas: desenvolveu-se uma campanha de alfabetização que beneficiou 70% dos combatentes do exército popular e 50% da população local. Deu-se prioridade ao trabalho no campo da saúde pública, promoveu-se a integração da mulher no processo revolucionário. O treinamento militar dá-se paralelamente à instrução política. Foram organizados os conselhos democráticos populares, através dos quais se procurava dar soluções aos problemas colectivos quotidianos. As rivalidades tribais são eliminadas ou suavizadas pelo trabalho político da Frente, que pôde assim juntar todos os esforços na construção de uma nova sociedade.

«As repercussões desse trabalho no resto do país e em todo o Golfo convenceram os ingleses de que tinham que acabar com a experiência revolucionária. Assim, estabeleceram uma estratégia de dois tempos: primeiro, isolar a província de Dhofar e, em particular, as áreas libertadas; segundo, aniquilar militarmente o movimento», declara Masoud.

Os ingleses pediram reforços militares à Jordânia, e, mais tarde, ao xá do Irão, que em 1973 enviou três mil homens em socorro de Qabus. A Frente de Libertação viu-se obrigada a combater simultaneamente os ingleses, os iranianos e os jordanos, reforçados ainda com a assessoria de especialistas norte-americanos (veteranos da guerra do Vietname) e sul-africanos.

«Os nossos combatentes, alimentavam-se de carne (de vaca ou camelo) que comprávamos à população de Dhofar, mas os ingleses decidiram matar os rebanhos. Começou a haver fome entre a população civil. Bombardearam também a região com produtos químicos. Não podíamos enfrentar toda essa máquina militar, e vimo-nos obrigados a mudar de estratégia».

«Em 1974, o xá reforçou consideravelmente as suas tropas em Oman, e em 1975 já havia nove países a apoiar militarmente o sultão Qabus.

As forças revolucionárias foram cercadas e o país foi literalmente ocupado por tropas estrangeiras, na sua maior parte do xá Reza Pahlevi».

Diante da nova situação, a Frente realizou em 1974 um congresso nas

áreas libertadas. Uma das decisões foi dividir a organização por áreas, para que o seu trabalho pudesse melhor adaptar-se às necessidades e realidades de cada região. Formaram-se assim, a Frente Popular de Libertação de Oman (PFLO) e a Frente de Libertação do Bahrein.



○ sultanato de Oman fica situado no extremo sudeste da Península Arábica. A sua superfície é de 212 457 quilómetros quadrados, e a sua população de cerca de 860 mil habitantes, para além de perto de 65 mil estrangeiros. A sua capital, Mascate, tem 80 mil habitantes.

O país tem várias regiões: a península de Ras Massendum, separada do resto do território nacional, situa-se no estreito de Ormuz (por onde passa 75% do petróleo com destino ao Ocidente); a planície de Batinah, uma fértil região costeira no golfo de Oman, cuja população vive da pesca e da agricultura (daí se exporta tabaco, limões e tâmaras); no centro do país encontra-se a cadeia montanhosa de Hajar (conhecida também por «as Montanhas Verdes»), com o planalto de Jabal Akhdar. A população dessa região concentra-se nos vales, onde é desenvolvida uma agricultura primitiva.

O petróleo, que constitui o principal produto de exportação do Oman, responsável por 90% das divisas que entram no país, encontra-se no deserto que fica a oeste do planalto de Jabal. A sua produção, no entanto, não é muito alta: aproximadamente a sexta parte da dos Emiratos vizinhos.

Finalmente, a província de Dhofar, com a sua capital, Salala, situada na parte meridional do país, separada por um deserto de 800 quilómetros de largura. Esta província foi, historicamente, o berço do movimento revolucionário, principalmente pela fronteira com a República Popular do Iémen (Iémen do Sul), que sempre apoiou os nacionalistas omanis.

## Os outros grupos de oposição

**A**LÉM da Frente Popular de Libertação de Oman, existem no país as seguintes organizações oposicionistas:

— O Partido do Trabalho Omani, criado na década de 70, não tem uma actuação significativa a nível de massas.

— Os Nasseristas, organização que reivindica o ideário de Gamal Abdel Nasser. Tal como o Partido do Trabalho, é contra a dominação estrangeira e contra o sultão Qabus.

— A Associação do Imã Galeb, com influência tribal e religiosa, também se opõe à presença estrangeira e ao sultão.

— A Frente Islâmica de Libertação de Oman com vínculos estreitos aos *chiitas* iranianos (cerca de quatro por cento da população omani pertence à seita *chiita*). De tendência estritamente religiosa, a Frente está directamente influenciada pelo processo iraniano. Ela existe também no Iémen do Norte, Bahrein e Emiratos Árabes.

«Finalmente, em 1975, depois de uma resistência prolongada e heróica, que causou importantes baixas aos ingleses e iranianos, a Frente viu-se obrigada a abandonar as áreas libertadas, diante da avassaladora superioridade militar do inimigo, e evitar a sua destruição total», declarou-nos Masoud.

«Para o xá, perder mil homens nada significava, já que contava com o mais poderoso exército da região, mas para nós, perder mil combatentes poderia ser fatal. Cada perda era um golpe de certo modo irreparável».

### A situação actual

As principais forças da Frente de Libertação de Oman e cerca de três mil e quinhentos refugiados encontram-se actualmente na região fronteira com a República Popular do Iémen. A reorganização política e militar da Frente está em marcha, com preparação de novos quadros, educação política intensiva, e uma melhor estruturação interna do movimento de libertação. Uma importante parte do trabalho de reconstrução é feita entre os próprios refugia-

dos. A Escola da Revolução, criada pela Frente, tem mais de 500 alunos em Al Gheida, a 150 quilómetros da fronteira. A Organização das Mulheres Omanis e a Organização de Jovens Omanis (frutos do trabalho de massas da Frente) contribuem para o enquadramento de mulheres jovens nas tarefas revolucionárias.

Assim, através de uma profunda revisão da sua experiência passada, a Frente decidiu fortalecer a organização interna, criar uma base popular forte, e depois de atingidos estes objectivos, voltar ao combate.

Já tiveram início os trabalhos preparatórios do Quinto Congresso, que fará um reajustamento ao programa político aprovado no congresso realizado em 1974. Entre as inovações, está a que prevê a criação de uma ampla frente democrática que agrupe todas as forças progressistas do país sob o comando da FPLO. Os objectivos fundamentais dessa frente de oposição, em termos dos quais começaria o trabalho político seriam: a expulsão das tropas estrangeiras do país; conquista das liberdades democráticas (de expressão, de reunião, de greve, etc); e condenação dos Acordos de Camp David — apoiados pelo sultão Qabus — e a solidariedade com os movimentos árabes progressistas, em particular com a causa palestina.

A Frente não tem um líder máximo, preferindo uma estrutura colegiada. O presidente do Comité Central Executivo é, actualmente, Abdel Aziz al Kadi.

## A presença norte-americana

**U**ltimamente, constata-se uma tendência no Oman de se ver incrementada a influência (política e militar) norte-americana em detrimento da inglesa.

Calcula-se que actualmente estejam no Oman perto de 10 mil norte-americanos, ainda que nem todos em permanência, pois deslocam-se por toda a região do Golfo. Sabe-se, no entanto, que é previsão do Pentágono fazer do Oman uma grande base norte-americana de suporte às suas operações no Médio Oriente. Por outro lado, os interesses económicos dos Estados Unidos no país ultrapassaram já os ingleses, já que controlam mais de 50% das empresas e bancos, além do petróleo e outras rubricas de exportação de menor importância.



## A incógnita Sattar

*A vitória eleitoral do candidato do regime, Abdus Sattar, não eliminou as dúvidas quanto ao futuro político do Bangladesh.*

*Teme-se mesmo que os militares voltem a interferir no governo*

C. M. Menon

**A**VITÓRIA eleitoral do ex-vice presidente Abdus Sattar, candidato do governo, não eliminou as dúvidas sobre a estabilidade do sistema político vigente no Bangladesh, surgidas após o assassinato do presidente Ziaur Rahman, há oito meses.

O complot do general Manzur Ahmed, registado em Maio de 1981, terminou em fracasso, mas custou a vida do presidente Rahman e acabou com um período de seis anos de estabilidade, imposta pela política autoritária desse jovem militar, que foi um dos artífices da independência nacional em 1971.

O assassinato do general Rahman provocou temores de um período de lutas internas, sobretudo dentro das Forças Armadas e dentro do Partido Nacional do Bangladesh (PNB), composto por um conjunto heterogêneo de forças conservadoras e moderadas, sob a liderança de um presidente enérgico.

As rivalidades internas dentro do Exército foram contidas pelo tenente-general N.S. Ershad, que comanda as Forças Armadas há três anos e é considerado o homem-chave do país.

As disputas dentro do PNB foram, por sua vez, neutralizadas por uma fórmula de compromisso entre os diversos líderes do partido que consistiu em nomear como candidato à sucessão de Rahman o vice-presidente Abdus Sattar.

Os resultados das eleições do dia 15 de Novembro passado deram a Sattar 65,8% dos votos, total que

teoricamente deveria constituir um factor de apoio ao governo e sinal de uma esmagadora popularidade do candidato oficial.

Mas os resultados foram impugnados pelo principal adversário do PNB, a Liga Awami (autonomista), cujo candidato Kamal Hossain teria recebido apenas 26,3% dos sufrágios, de acordo com os resultados divulgados pelo governo.

### Clima de suspeitas

Nas vésperas das eleições, Hossain denunciou que o governo havia modificado o mecanismo de divulgação dos resultados, eliminando os fiscais de partidos, assim como não seriam dados certificados oficiais dos resultados de cada mesa de votação.

Os jornalistas que assistiram ao pleito não chegaram a observar maiores incidentes ou irregularidades durante o desenvolvimento da votação. Mas no decorrer da campanha eleitoral, onde os opositores não encontraram maiores restrições, dois factos chamaram a atenção: o de que as concentrações organizadas pela Liga Awami, de tendência populista, reuniram sempre grandes multidões; e o de que as sondagens da opinião pública indicavam em geral uma disputa equilibrada, sem uma preferência marcada por um candidato ou outro.

Desta maneira, as denúncias da Liga Awami encontraram um terreno cheio de dúvidas e desconfianças. Elas indicam que em vez de

aceitação dos resultados, a Liga passará a fazer uma violenta campanha de oposição ao novo presidente, usando a enorme capacidade de mobilização popular do partido.

Abdus Sattar é um velho juiz de 75 anos de idade e saúde precária. Em caso de morte a curto prazo, ou de incapacidade física para o exercício da Presidência, poderá ressurgir o fantasma das disputas internas, que agora parece transitoriamente afastado.

Estas duas possibilidades já estavam presentes nas cogitações dos líderes do PNB logo após o assassinato de Rahman. Mas um outro factor, talvez ainda mais inquietante, começa a surgir no horizonte político bengali.

O general Ershad tem-se apresentado como o mais decidido partidário da legalidade constitucional. Aquele militar parece acreditar que a única maneira de evitar que o Exército volte a interferir na política, como aconteceu no conturbado período de golpes e contragolpes após o assassinato, em 1975, do presidente Mujibur Rahman, líder da Liga Awami, seria dar aos militares uma participação na condução dos negócios do Estado.

Segundo frequentes recomendações do general Ershad, este papel político do Exército ficaria expresso na Constituição, o que equivaleria a institucionalizar as Forças Armadas como factor de pressão política.

Estas sugestões foram publicamente recusadas pelo presidente eleito Abdus Sattar, que afirmou: «As Forças Armadas têm como única função a defesa da soberania nacional. Não posso conceber que desempenhem qualquer outro papel dentro de um Estado democrático».

Este conjunto de dificuldades num dos países mais pobres e problemáticos da terra (ver cadernos do terceiro mundo, números 34 e 38) faz pensar que o presidente Sattar somente poderia assegurar um governo estável se mostrasse uma capacidade física superior à reconhecida pelos seus médicos privados, bem como se evidenciasse qualidades de caudilho, que até agora permaneceram ocultas. □

## O risco de uma catástrofe

*O ex-chefe de Estado-Maior da Marinha de Guerra francesa, almirante Antoine Sanguinetti — figura de renome e prestígio pelo seu tenaz empenho na luta pelo desarmamento à escala mundial — desmonta, ponto por ponto, o discurso belicista da administração Reagan*

Sus Van Elzen/Maria Fialho



O almirante na reserva Antoine Sanguinetti foi chefe de Estado-Maior da marinha de guerra francesa e comandante da frota de submarinos nucleares. Este antigo general da NATO, conselheiro e amigo pessoal do presidente François Mitterrand, está hoje inscrito no Partido Socialista Francês e tem desenvolvido nos últimos anos intensa actividade militante em favor da paz e do desanuviamento. Condenou publicamente em diversas ocasiões a instalação de mísseis nucleares norte-americanos na Europa ocidental nomeadamente num comício em Fevereiro de 1980 promovido em Lisboa pelo Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CCPC) e pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN). Estudioso das questões que envolvem a paz e a guerra — publicou recentemente *Le devoir de parler* (O dever de falar) onde aborda aspectos que dizem respeito a toda a Humanidade — Antoine Sanguinetti falou em Bruxelas, em exclusivo, a cadernos do terceiro mundo.

*O presidente Reagan deu a entender que só se o seu programa de armamento fosse apro-*

*vado a paz poderia «ser mantida até ao próximo século», argumentando que a URSS se mantinha na vanguarda da corrida aos armamentos. Existe de facto desequilíbrio?*

Na realidade, não há desequilíbrio algum entre os Estados Unidos da América e a União Soviética no que respeita ao potencial militar. O que Reagan diz é que quer restabelecer «uma margem de segurança» que diminuiu com o tempo. E isso é completamente diferente do problema de desequilíbrio...

Aliás, houve sempre essa «margem de segurança». Os acordos SALT 2 vieram permitir a redução dessa «margem de segurança». De resto, os números são geralmente conhecidos; com as conversações SALT 2 foi feito uma espécie de inventário do armamento existente de um lado e de outro. E o que ficou provado, foi que os norte-americanos tinham bastantes mais cabeças nucleares — cerca de duas vezes mais. Ou seja, globalmente, cinco mil cabeças nucleares estratégicas do lado soviético, contra 11 mil norte-americanas.

Os acordos SALT 2 permitiam aos soviéticos

recuperar até 1985 uma parte deste atrazo, podendo atingir cerca de dois terços do que possuiriam os norte-americanos nessa ocasião. Permitia-se, pois, uma diminuição da tal «margem de segurança», margem que a administração Reagan quer agora, de novo, estabelecer. Mas dizer que há superioridade dos soviéticos é uma pura mentira...

*A sua acção pelo desarmamento tem proporcionado ataques grosseiros, em que o acusam de «estar a fazer o jogo de Moscovo»...*

Ataco abertamente a política norte-americana, mas não quer dizer que defenda os soviéticos. Refiro-me apenas às declarações feitas pela administração americana — e em particular às de Reagan —, e quando esses dados e declarações não respeitam a realidade, é óbvio que me insurjo. Sem que por isso defenda automaticamente a posição soviética. Sejam claros, há dois chatos (*emmerdeurs*) na terra, os norte-americanos e os soviéticos, e de momento eu insurjo-me contra os primeiros. Os norte-americanos dizem-me: «atenção, podemos um dia ser atacados pelos soviéticos», eu afirmo: «de momento são vocês que me dominam».

### O «Jogo da guerra»

*Alguns analistas afirmam que, face ao armamento estratégico dos EUA, os soviéticos dispõem de uma extraordinária superioridade em armaneto convencional. Possuindo muito mais tanques, submarinos, etc. Quer comentar?*

Os soviéticos têm mais tanques do que a NATO, entre outras razões, porque a NATO decidiu apoiar a sua estratégia noutra tipo de armamento. Há alguns generais — e eu próprio sou dessa opinião — que consideram os tanques um instrumento já ultrapassado da última guerra mundial.

É fácil referirem-se ao material militar por categorias, mas a superioridade militar não é uma questão de categorias; refere-se a um todo global. Reagan disse que quer uma «margem de segurança» entre os EUA, por um lado, e a União Soviética por outro. Ora por detrás da URSS, no Pacto de Varsóvia, há os exércitos de 6 pequenos países, e por detrás dos EUA estão a terceira, a quarta, a quinta, a sexta e a sétima forças militares do Mundo, todas reunidas numa mesma aliança, a NATO, o que representa uma enorme margem de superioridade face à União Soviética. Isto é o que eu considero como técnico. A superioridade não está nos tanques, não. Aliás é essa a razão porque nos fazem constantemente referência aos tanques...

*Segundo o Pentágono, a União Soviética teria aproveitado os 10 ou 11 anos de negociações SALT para aumentar o seu armamento...*

Mas os norte-americanos fizeram a mesma coisa! Durante doze anos sentaram-se à mesma mesa com a única intenção de se espicaçarem mutuamente. É certo que se os acordos SALT forem aplicados, a margem



Antoine Sanguinetti

norte-americana diminuirá ligeiramente. Mas é isso que agora eles não querem...

*Tem-se falado muito também da frota de guerra soviética...*

Tendo sido comandante do maior navio da marinha de guerra francesa e tendo dirigido esta durante três anos, pude bem aperceber-me da capacidade e do estado da frota soviética. URSS que, diga-se, sendo um País fortemente continental, se tornou na segunda marítima do Mundo.

Não há dúvida que ela é importante, mas é de qualquer forma a segunda mais importante. A primeira é a norte-americana. E estes não o negam. Mas não esqueçamos que a seguir à União Soviética, a britânica é a terceira força marítima do Mundo, a francesa a quarta, a italiana e a alemã federal a quinta e a sexta. No total o Ocidente tem cerca de duas vezes mais navios, tonelagem, capacidade, etc., que o bloco soviético.

De um ponto de vista geo-estratégico, a URSS tem uma frota dispersa por quatro mares, não lhe sendo fácil sair do mar Báltico ou do mar Negro, sendo os estreitos controlados pelo lado ocidental. E não é fácil enviar uma esquadra de Murmansk para Vladivostoque...

Não esqueçamos, além disso, que eles enfrentam dificuldades financeiras, e uma marinha, sobretudo se se quer moderna e sofisticada, exige grandes somas de dinheiro. Para ter uma boa equipagem é necessário dar-lhe um bom «training», o que é particularmente dispendioso, envolvendo cerca de dezenas de milhões de francos por dia. E à marinha soviética falta-lhe esse treino, se comparadas as suas equipagens com as ocidentais.

## Os submarinos nucleares

*Geralmente é apontado o caso dos mísseis em Cuba e o bloqueio da ilha por parte da Marinha norte-americana, como uma fase que marcou um novo arranque do desenvolvimento da marinha soviética. Está de acordo com esta versão?*

É verdade que os soviéticos tomaram consciência com a questão de Cuba de que a sua marinha tinha pouco peso. Daí que se tenham consagrado mais intensamente ao desenvolvimento da sua frota. Como se os norte-americanos não tivessem feito o mesmo!... Todos os anos a marinha dos Estados Unidos apresenta um novo tipo de navio.

O que diz geralmente a Imprensa? Fala de porta-aviões norte-americanos e soviéticos e afirma que a URSS tem dois porta-aviões do tipo Kiev e outros dois em fabricação. Certo. Mas primeiro um Kiev não é um porta-aviões mas um porta-helicópteros, o que é uma diferença essencial. E apesar de um Kiev ser um belo navio, não tem nada que se compare com um porta-aviões nuclear norte-americano de 80 mil toneladas. Os soviéticos têm dois ao serviço e outros dois em construção. Pois bem, os Estados Unidos têm 14.

*E no que respeita aos submarinos?*

Os estudos norte-americanos dizem que os soviéticos têm 377 submarinos. Mas, por sua vez, o Instituto de Estudos Estratégicos em Londres faz a diferença entre 259 submarinos ao serviço e 115 na reserva. E quando os soviéticos declaram uma embarcação na reserva, trata-se, geralmente, de um navio já bastante velho. Refira-se ainda que uma grande parte dos submarinos soviéticos são submarinos diesel. Qual o valor militar de um submarino deste tipo? Basta dizer que os norte-americanos já nem os fabricam. Os ingleses não os fabricam desde 1965, ou se os fabricam é para vender ao Paquistão ou à Índia.

Não há comparação possível entre o pior submarino nuclear de ataque e o melhor submarino diesel do Mundo. Sendo assim, constatamos que os 250 ou 300 submarinos soviéticos formam um número impressionante, mas militarmente estão fora de jogo. O que se deve comparar é o número de submarinos nucleares.

É verdade que os soviéticos têm um pouco mais de submarinos nucleares que os americanos. Mas também aqui há que definir que tipos de submarinos nucleares. Estamos a falar de submarinos nucleares de dissuasão, que têm por finalidade, de um ponto de vista global e geral, impedir que se desencadeie um conflito, ou falamos de submarinos nucleares de ataque produzidos para a guerra submarina? Trata-se de duas categorias diferentes e não intermutáveis.

*Quer dizer que os submarinos de dissuasão são mais armas estratégicas do que propriamente de combate?*

Exactamente. De uma maneira geral, o submarino

de dissuasão é considerado como uma arma «do governo», não uma arma pertencente à marinha de guerra.

*E os soviéticos têm mais submarinos de dissuasão que os norte-americanos?*

Sim, os norte-americanos têm 41 — o número que desde sempre fixaram para este tipo de arma — enquanto que os soviéticos têm 60. Há, no entanto, uma diferença fundamental: os submarinos de dissuasão norte-americanos (ou *lance engines*) têm pelo menos 16 mísseis e o mais moderno destes submersíveis, o *Trident*, tem 24, enquanto que uma importante parte dos submarinos soviéticos de dissuasão tem apenas 3 mísseis a bordo, o que quer dizer que são necessários 6 destes submarinos para perfazerem o número de armas (*engines*) existentes num só submarino de dissuasão americano, francês ou inglês. E a par disso, há a considerar o número de cabeças que cada uma dessas armas possui. A maior parte dos mísseis soviéticos tem uma cabeça e só nos últimos modelos conseguiram atingir 3 cabeças. Enquanto que uma arma como o *Poseidon* (norte-americana) tem dez cabeças, podendo mesmo ter catorze. Devemos pois argumentar tendo isso em consideração.

*E no que respeita aos submarinos nucleares de ataque?*

Os norte-americanos fixaram o número destes submarinos em 42, enquanto os soviéticos têm cerca de 72. No entanto, os Estados Unidos não são os únicos no ocidente a possuir este tipo de submarinos; os ingleses têm cerca de 12, aos quais virão juntar-se uma série de cinco franceses em vias de serem postos ao serviço. E no que concerne ao desenvolvimento técnico, o problema põe-se em iguais termos quanto aos submarinos de dissuasão: vários submarinos de ataque soviéticos tiveram já de ser rebocados por avarias várias, o que deixa bem a desejar sob o ponto de vista técnico.

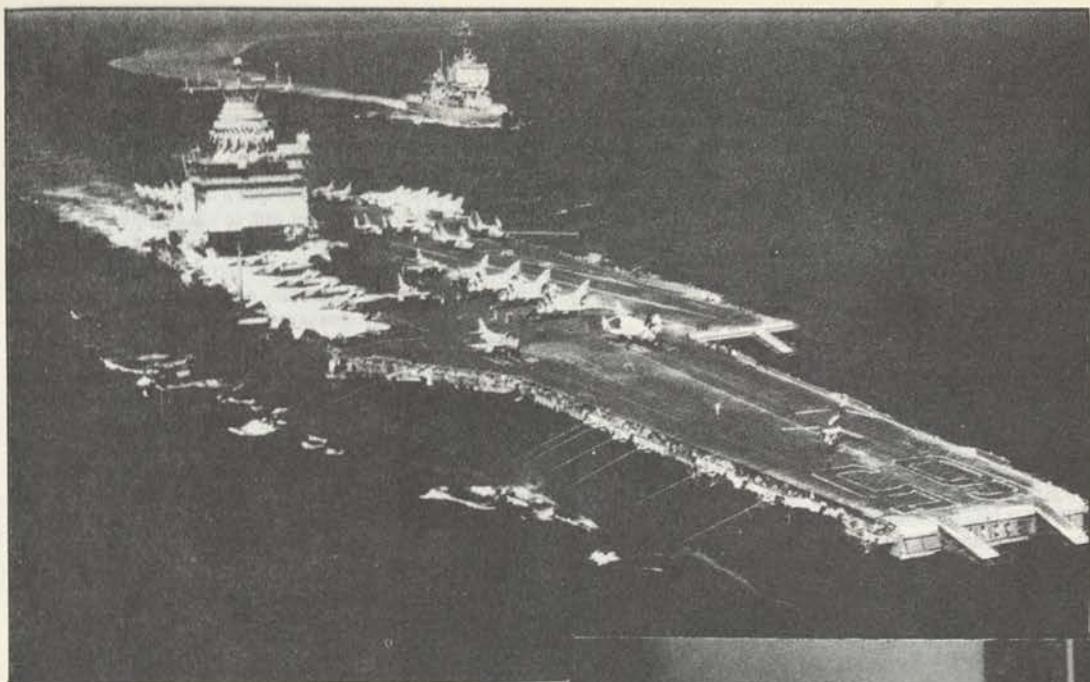
## Uma argumentação falseada

*Quer dizer que, em termos de «guerra fria», o «Ocidente» está mais avançado tecnologicamente?*

Sem dúvida. É verdade que há forças soviéticas importantes, mas não me venham dizer que não há nada face a elas. O Ocidente tem mais homens ao serviço, mais navios, os mesmos submarinos, mais aviões e mais armas nucleares. Eles têm mais tanques, isso é verdade.

*Ou seja, na comparação entre forças ocidentais e as de Leste...*

Mas nunca se fazem comparações entre as forças ocidentais, de um lado, e as forças de Leste do outro! Compara-se sempre a União Soviética e a NATO, que não é mais do que uma pequena parte das forças ocidentais. Por exemplo, nunca se conta com sete oitavos das forças americanas que não fazem parte da NATO. A Sexta Esquadra do Mediterrâneo não faz



O porta-aviões de ataque (a propulsão nuclear) *Enterprise*: o maior navio de guerra do mundo

parte da NATO. Aliás, a força soviética no Mediterrâneo é formada essencialmente por barcos de apoio e poucos barcos de combate, enquanto que do outro lado há mais navios de combate e menos de apoio, já que os países ocidentais contam com bases no Mediterrâneo.

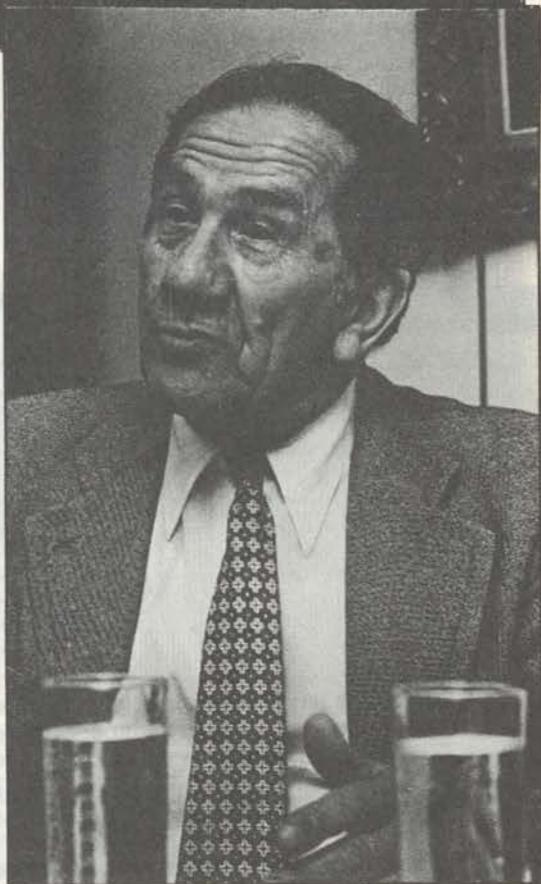
É com isto que toda a argumentação pode-nos ser falseada, pretendendo, desse modo, arrastar-nos numa corrida aos armamentos sem sentido algum.

*Quantas armas nucleares existem actualmente no mundo?*

Cerca de 40 mil armas, das quais 30 mil americanas e 10 mil soviéticas. São números internacionalmente aceites.

*O que há de concreto em relação aos mísseis SS-20 soviéticos apontados contra a Europa Ocidental?*

É certo que são uma arma terrível — se não o fosse não a teriam feito — mas a mentira começa quando se pretende fazer crer que face aos SS-20 não há nada, quando se diz que 260 SS-20, correspondem a 750 cabeças nucleares, podem alterar um equilíbrio nuclear que se baseia num total de 40 mil armas nucleares. Não nos venham dizer que estamos em desequilíbrio. Isso não é verdade e Reagan sabe-o melhor que ninguém. Os soviéticos não podem dominar uma corrida mundial aos armamentos — têm quatro vezes menos dinheiro do que nós — nem conseguiram acompanhar a evolução, sempre estiveram em atraso.



E quando o querem recuperar, lançam-lhes à cara a corrida aos armamentos.

Não me interessa apresentar os soviéticos como vítimas, mas é assim que as coisas se passam. A União Soviética é um dos dois grandes «chatos» (*emmerdeurs*) do mundo, mas há um outro que não lhe fica nada atrás, o nosso querido aliado...

Cabe-nos a nós acalmar esse grande aliado, o que não é nada cómodo!

### Europa e a «guerra preventiva»

*Como interpreta as intenções desse «aliado nada cómodo»?*

A estratégia nuclear norte-americana evolui com as circunstâncias. Da «flexible response» da doutrina de McNamara até 1975, à doutrina Schlesinger. Segundo aquela, os EUA reconheciam que a União Soviética os podia atingir, a despeito do seu atraso. Os americanos aceitavam a luta onde os soviéticos escolhessem, mas com os meios apropriados e de intervenção graduada. Assim se passaram os anos 60 até 1975. O arsenal militar soviético foi-se reforçando, sem contudo conseguir recuperar o atraso que tinha.

(Mas basta um terço do arsenal soviético para destruir os EUA. Que sentido tem poderem os norte-americanos destruir a URSS com o potencial que possuem? Quando se destruiu o planeta uma vez que importa as outras dezanove? Nestas circunstâncias, a expressão «equilíbrio geral» não tem sentido algum militarmente falando...)

A doutrina Schlesinger introduz um dado novo, ela afirma que em caso de guerra na Europa — hipótese

que até então nunca se pusera — será necessário que o território norte-americano não venha a ser atingido. Em 1979, Kissinger afirmava em Bruxelas que os europeus tinham de compreender que no caso de ser preciso uma guerra na Europa, ter-se-ia de evitar que a civilização desapareça nessa guerra — a civilização é, neste caso, os Estados Unidos.

A partir do momento em que a mais poderosa nação do mundo começa a dizer que se vai equipar e organizar de maneira a não ser atingida no caso de uma guerra europeia próxima, a situação agrava-se extraordinariamente. Eu pessoalmente, começo a recear francamente o que se possa vir a produzir. Sobretudo quando, ao mesmo tempo, se reconverte — segundo a directiva presidencial n.º 59 — uma parte da força estratégica excedente, não necessária à dissuasão, para um ataque «anti-força», o que significa necessariamente um «ataque preventivo».

Não se vai bombardear um silo soviético quando a arma aí instalada já partiu, mas sim antes que parta. Daí a necessidade de se ser o primeiro a atirar. É esse o sentido do ataque «anti-força». E no que respeita a este ataque, os norte-americanos estão de longe mais bem equipados, podendo destruir a maioria do potencial soviético de ataque preventivo, na medida que a maior parte das armas da URSS estão em terra. Ao passo que a maioria do potencial de ataque preventivo norte-americano encontra-se nos submarinos; os soviéticos só poderiam atingir assim apenas uma pequena parte do material preventivo americano em terra.

Essa a razão porque somos um número crescente de militares a dizer: alto lá! Começa-se a exagerar. Os espertalhões arriscam-se a lançar o mundo numa catástrofe. □



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva dos «Cadernos do Terceiro Mundo» para todo o território angolano.

Empresa Distribuidora Livreira  
Caixa Postal 1245  
Luanda — República Popular de Angola

SISTEMAS E MÉTODOS  
DE ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA SARL



TRABALHAMOS PARA ORGANISMOS DO  
APARELHO DE ESTADO, AUTARQUIAS LOCAIS,  
SECTORES EMPRESARIAL E COOPERATIVO E  
OUTRAS ENTIDADES  
EM

**PORTUGAL  
MOÇAMBIQUE  
ANGOLA**

**ÁREAS DE ACTUAÇÃO:**

- ORGANIZAÇÃO E GESTÃO
- ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO
- ESTUDOS DE VIABILIDADE  
TÉCNICO-ECONÓMICA
- INFORMÁTICA

- FORMAÇÃO
- RECRUTAMENTO E SELECÇÃO
- COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO
- GERENCIAMENTO  
E COORDENAÇÃO DE  
EMPREENHIMENTOS

**PRESTAMOS SERVIÇOS DE QUALIDADE**

UMA LARGA EXPERIÊNCIA  
UMA CRESCENTE ESPECIALIZAÇÃO E  
UMA PERMANENTE ACTIVIDADE  
SÃO OS COMPONENTES DA

**QUALIDADE**

**sismet**

**SISMET**

Rua da Beneficência, 229, 2.º e 3.º 1600 LISBOA  
Telex, 763701 - 760839 - 767991 - 734725 - 734522

**ESCRITÓRIO EM MOÇAMBIQUE**

Av. Samora Machel - Prédio Fonte Azul, - 4.º andar  
MAPUTO - Telef. 22417

SOMOS UMA ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL  
COMPOSTA POR DEZENAS DE ESPECIALISTAS  
POSSUINDO ELEVADO GRAU DE CONHECIMENTOS,  
EXPERIÊNCIA E CAPACIDADE

## Socialismo e Democracia



**R**EALIZADO no momento em que o governo dos Estados Unidos intensificava as suas agressões contra a Jamahiriya Líbia, o colóquio internacional sobre o socialismo e a democracia no pensamento de Muammar Kadhafi tornou-se, de facto, numa manifestação de solidariedade para com a revolução líbia.

Na reunião de Caracas participaram políticos, académicos e jornalistas das mais variadas ideologias e filiações partidárias. Todos se mostraram porém dispostos a defender o direito do povo líbio a levar por diante a sua original experiência política, livre de pressões, ameaças e intervenções estrangeiras.

O encontro, organizado pela Escola de Filosofia da Universidade Central da Venezuela foi, antes de tudo, um foro de debates centrados no estudo do pensamento orientador

dessa revolução, sintetizado no «Livro Verde». Nesse sentido, o colóquio foi a continuação de duas reuniões anteriores, a primeira organizada em 1979 pela Universidade de Benghazi, na Líbia, a segunda no ano seguinte em Madrid, capital espanhola.

A síntese proposta por Kadhafi entre socialismo e democracia aborda um tema central da filosofia política contemporânea e merece, na realidade, essa atenção internacional, até porque, e principalmente, a «Terceira Teoria Universal» explicitada em o «Livro Verde» não se limita a sugerir fórmulas para o desenvolvimento da sociedade líbia, mas dirige um apelo a todos os povos do mundo.

Contribuir para que os nossos leitores tenham um melhor conhecimento dessa discussão e do seu alcance, é o objectivo destas páginas.



## Livro Verde

Eis alguns dos trechos mais importantes:

• «As Assembleias parlamentares converteram-se em barreira legal entre o povo e aqueles que exercem o poder, ao excluir as massas do exercício da política e ao monopolizar a soberania em si mesmas. Aos povos, nada mais resta do que a falsa experiência democrática de formar longas filas para depositar os seus votos nas urnas eleitorais.»

• «O povo não pode ser substituído por ninguém. A representatividade é uma impostura.»

• «Desde que é fundado, o partido erige-se em representante do povo. Depois, a direcção do partido converte-se em representante dos seus membros e o presidente converte-se em representante da direcção. O sistema partidário é, portanto, a ditadura da época contemporânea.»

• «O partido representa somente uma fracção do povo, enquanto que a soberania popular é indivisível.»

• «Os congressos populares e os comités populares são o único processo de democracia popular. Não são criações da imaginação, mas produtos do pensamento humano, que assimilam todas as experiências das lutas dos povos pela democracia.»

• «A democracia já não será o 'controlo do governo pelo povo', mas 'o controlo do povo pelo próprio povo'.»

• «Por muito que tenham os seus salários melhorados, os assalariados são uma espécie de escravos. A solução é abolir o salário, libertar o homem da escravidão e retornar às formas naturais que determinaram as relações humanas antes do aparecimento das classes, dos governos e das leis positivas.»

• «As normas naturais geraram um socialismo natural, baseado na igualdade entre os factores económicos da produção, conseguindo uma quase igualdade entre os indivíduos em relação ao consumo da produção e da natureza. A exploração do homem pelo homem e a apropriação por um só homem de uma maior proporção de riqueza que a que lhe corresponde, é um desvio da lei natural.»

• «Na sociedade socialista não deve haver assalariados, e sim sócios.»

• «A liberdade do homem será sempre incompleta enquanto as suas necessidades estiverem delegadas a terceiros.»

• «O homem não terá liberdade enquanto morar na propriedade de outro.»

• «A terra não é propriedade de ninguém. Cada um tem o direito de explorá-la em seu próprio benefício, na medida do seu esforço pessoal — isto é, sem empregar outros, com ou sem pagamento — e na satisfação das suas necessidades.»

• «Aquele que possui mais do que necessita para a satisfação das suas necessidades, o que fez na realidade foi apoderar-se do direito de outro membro da sociedade. Trata-se de um roubo.»

• «A liberdade é indivisível. Para que o homem seja feliz deve ser livre, e para que seja livre deve ser dono das suas próprias necessidades. Aquele que possui tuas necessidades controla-te, explora-te, e quem sabe, escraviza-te.»

• «Uma revolução para estabelecer o socialismo começa pela apropriação, por parte dos produtores, das suas quotas correspondentes do produto que elaboram. As greves deixarão de reivindicar aumentos salariais para passarem a exigir participação na produção.»

• «Não há diferença entre os direitos do homem e da mulher, pois ambos são humanos. Mas a afirmação de que a mulher é igual ao homem em todos os sentidos é um grande engano para a mulher. Destrói as circunstâncias necessárias e adequadas que a mulher deve desfrutar, à diferença do homem, dada a sua natureza que lhe impõe um papel diferente daquele do homem. A igualdade do homem e da mulher na realização de trabalhos pesados enquanto ela está grávida não deixa de ser uma injustiça e uma crueldade. A igualdade na fome, enquanto ela está amamentando, é outra injustiça e outra crueldade.»

• «É necessário deflagrar uma revolução universal que ponha fim a todas as circunstâncias materiais que impedem o desenvolvimento do papel natural da mulher na vida. Estas mesmas circunstâncias obrigam hoje a mulher a desempenhar funções iguais às dos homens, violando a natureza feminina, para que ela possa ter direitos iguais aos do homem.»

# Um debate pluralista

O «Livro Verde» de Muammar Kadhafi foi analisado em Caracas por centenas de intelectuais e políticos de todos os quadrantes e de todos os continentes

Neiva Moreira

Os encontros e desencontros entre democracia e socialismo, religião e mudanças sociais, partidos políticos e participação popular, a mulher e o feminismo, foram amplamente debatidos em Caracas, nos finais de 81, durante o Terceiro Colóquio Internacional sobre o pensamento de Muammar Kadhafi, organizado pela Escola de Filosofia da Universidade Central da Venezuela.

As teses centrais do «Livro Verde» foram examinadas, defendidas e questionadas — num debate por vezes profundo, outras caloroso, mas sempre livre e sem restrições — por 350 filósofos, sociólogos, teólogos, dirigentes políticos e sindicalistas de todo o mundo. Num encontro apaixonante e apaixonado, o colóquio congregou «o azeite e o vinagre» como disse um orador. Aí estavam um delegado do *Solidarnosc* (Solidariedade) e um representante do Partido Operário Unificado da Polónia (\*), religiosos católicos, protestantes e islâmicos, guerrilheiros palestinos e salvadrenhos, políticos democratas-cristãos, social-democratas, anarquistas e marxistas (de todas as vertentes).

Lamentavelmente, uma arbitrária decisão do governo venezuelano frustrou aquele que deveria ser o momento culminante da reunião: uma transmissão televisada directa e nos dois sentidos, entre Trípoli e Caracas, que teria permitido a participação no encontro do autor do «Livro Verde». O canal de satélite, através do qual o coronel Kadhafi responderia pessoalmente às perguntas, críticas, e observações dos delegados, já estava contratado, quando no último minuto uma decisão ministerial impediu a transmissão.

O pedido que os assistentes dirigiram, unanimemente, ao presidente venezuelano Luis Herrera Campins, invocando a liberdade de expressão e a tradição democrática do país, não foi suficiente para revogar essa decisão, provavelmente originada por pressões externas muito fortes e influentes no Palácio Miraflores. Assim, a tela gigante de televisão que dominava a sala de sessões permaneceu apagada durante quatro dias, como silenciosa advertência de que há interesses

poderosos que se sentem afectados pelo simples debate dos grandes temas da revolução contemporânea. A proibição não foi explicada oficialmente, mas o diário *El Mundo*, que pretendeu criar um escândalo pelo simples facto de o «Livro Verde» ter sido distribuído gratuitamente, argumentou que nenhum Chefe de Estado pode entrar no país, mesmo que isso seja feito através da televisão, sem oficializar a sua presença.

O doutor Pedro Duno, decano da Escola de Filosofia e presidente do Comité Organizador, prometeu que a Universidade estudaria as implicações dessa decisão na teoria e prática das comunicações modernas. «Num país com liberdade de expressão garantida — perguntou — acaso não tenho o direito de chamar Trípoli e falar por telefone com o coronel Kadhafi? Então porque razão não posso também vê-lo? A Universidade Central da Venezuela estudará os aspectos jurídicos dessa decisão, e denuncia-la-á como um atropelo à liberdade de informação».

Não obstante, as teses centrais da «Terceira Teoria Universal» foram defendidas por uma delegação de universitários líbios presidida por Ahmed Shahti, que foi ministro dos Negócios Estrangeiros da Jamahiriya Líbia até 1977, quando foram abolidos os ministérios, e actualmente chefia o Centro Internacional para o Estudo e Investigação sobre o «Livro Verde», com sede em Trípoli.

Aqueles que participaram do colóquio, com simpatias pela revolução líbia, mas com dúvidas sobre a solidez da sua orientação ideológica, partiram surpreendidos com a profundidade da argumentação com que os ideólogos da «Terceira Teoria Universal» postularam como alternativa válida para o mundo contemporâneo.



A Conferência de Caracas

## Linguagem profética

O pensamento de Kadhafi, com efeito, aborda com a sua peculiar linguagem profética os grandes temas do debate político actual como: 1) a crise das demo-

cracias representativas, que impedem uma expressão popular genuína e que deveriam ser substituídas por novas formas de participação, que levem a uma democracia de massas («Jamahiriya», em árabe); 2) o risco de que os partidos (necessários como instrumentos para a tomada do poder) se transformem em organizações burocráticas que acabem por limitar essa participação popular; 3) a impossibilidade de existir uma verdadeira liberdade enquanto as necessidades humanas básicas não forem satisfeitas; 4) a transformação dos assalariados em «sócios» (na gestão e na propriedade), como chave para a construção do socialismo; 5) a libertação da mulher, a partir da igualdade de direitos, mas sem sacrificar as especificidades da condição feminina; 6) o papel da religião — de todas as religiões — como portadora de valores morais e espirituais que dão sentido à vida individual e coerência à luta dos povos.

A maioria das exposições apresentadas versava sobre o tema central de «socialismo e democracia». Analisaram-se as diferentes vias para o socialismo, seus pontos de coincidência e as suas divergências doutrinárias. Oradores sucessivos compararam o pensamento de Khadafi com o ideal democratizante de Jean Jacques Rousseau, com a encíclica *Laborem Exercens* do Papa João Paulo II, com o *Justicialismo* do general Juan Domingo Perón, com o nacionalismo revolucionário do general Juan Velasco Alvarado e com o socialismo autogestionário e não-alinhado do marechal Tito da Jugoslávia.

O filósofo francês Roger Garaudy defendeu o carácter universal do «Livro Verde» contra aqueles que sustentaram que tal doutrina seria aplicável apenas nos países árabes ou pelo menos islâmicos. O índio guajiro venezuelano Arcadio Montiel, pelo contrário, elogiou Kadhafi como «um amigo», mas criticou exactamente o universalismo, que, a seu ver, implicaria o fim das culturas indígenas americanas. Discordou também do juízo que o «Livro Verde» faz da mulher, no que coincidiu com a doutora Eleanor Smith, da Universidade de Cincinnati, mas não com as jovens líbias presentes. Estas disseram que estavam mais preocupadas em manejar metralhadoras para defender a pátria árabe e a revolução, do que deixarem de usar vestidos tradicionais, não demonstrando nenhum entusiasmo com os esforços dos delegados ocidentais para «libertá-las» da «opressão machista».

Não teria sido possível, obviamente — e nem essa era a intenção — chegar-se a conclusões unânimes sobre os pontos discutidos. As intervenções mais relevantes serão publicadas em livro, proximamente, e o debate prosseguirá em futuros colóquios. Foi uma reunião inspirada no pensamento de quem é, antes de mais nada, um líder revolucionário, realizada num momento em que o mundo — como assinalou o influente político venezuelano Domingo Alberto Rangel na sua alocução inaugural — vive a ameaça do holocausto nuclear.

O encontro não poderia encerrar-se sem um pronunciamento dos delegados sobre os conflitos canden-



As agressões norte-americanas à Jamahiriya Líbia mereceram condenação unânime dos participantes

tes do planeta. E houve unanimidade — e isto ficou claro na declaração final, aprovada por aclamação — em condenar as agressões norte-americanas contra a Jamahiriya Líbia, a revolução cubana e a Nicarágua sandinista. Foi expressa, além disso, a solidariedade militante dos participantes do colóquio com os povos africanos submetidos ao *apartheid* e as lutas de libertação nacional foram aplaudidas de pé, dignamente representadas na reunião de Caracas pelos combatentes da Palestina e de El Salvador.

Enquanto a imprensa sensacionalista — simpática ao governo venezuelano —, atacava Kadhafi, um dirigente do situacionista partido Copei reconhecia, na Sala Plenária do Parque Central de Caracas, a importância deste debate pluralista e animou-se, inclusivé, a afirmar que o pensamento do líder líbio coincidia em muitos aspectos com o «comunitarismo» proposto pelo seu partido democrata-cristão. A reacção na sala foi de hilariedade, e alguém assinalou que a única coisa em comum era a cor verde da propaganda eleitoral do Copei.

Um jovem árabe-venezuelano, dos muitos que colaboraram na impressão e distribuição das exposições em quatro idiomas, lia nesse momento, a notícia dos planos franco (ao tempo de Giscard D'Estaing) norte-americanos para assassinar o autor do «Livro Verde». Encolheu os ombros e perguntou a um companheiro: «E então, quem são os terroristas?» □

\*O colóquio teve lugar pouco tempo antes da declaração de Estado de Sítio na Polónia.

# Uma força de contra-intervenção

O líder líbio, Muammar Kadhafi, anuncia a criação de uma força de intervenção rápida para se opor às agressões norte-americanas

Alice Nicolau

**É** nosso dever, dever que nos é confiado pelos povos que nos apoiam, criar uma força de intervenção rápida para fazer triunfar a liberdade, para que essa força combata ao lado dos povos. A nossa missão será exactamente a oposta à que os EUA visam com a sua força de intervenção rápida — declarou Muammar Kadhafi, líder da revolução líbia, num discurso que proferiu no último sábado de Novembro, na cidade histórica de Shaba, no final de uma cerimónia e desfile de saudação às tropas que retiraram do Chade.

Kadhafi discursou durante cerca de noventa minutos, na tribuna de honra, onde se encontrava ladeado pelo dirigente da Organização da Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, e pelo secretário-geral da Frente Polisario e presidente do Conselho de Comando da Revolução da RASD (República Árabe Saharaui Democrática) Mohamed Abdelaziz. O chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Líbias, general Abu Baker Jaber, representantes diplomáticos de diversos países, numerosos oficiais das Forças Armadas líbias e uma multidão de civis assistiram às cerimónias.

Pelo que pudemos observar, mais de dois mil e quinhentos militares (infantaria, comandos, homens-rãs, artilharia) participaram na parada, na qual foram exibidos blindados *Panhard*, *BMPs* (blindados de fabrico soviético para transporte de tropas), *T-60* ou *62*, transportados em carros de fabrico oeste-alemão, baterias anti-aéreas transportadas em *jeeps Toyota*, canhões sem

recuo transportados em *jeeps* norte-americanos, «órgãos de *Estaline*», um helicóptero *Chinook*, três *MI-80* ou *MI-24*, aviões de treino, «caças» *Sukhoi (SU-22)* e *Tupolev*, ambulâncias, etc.

No final da parada e após o discurso, Kadhafi, Arafat e Abdelaziz entregaram condecorações e louvores a várias dezenas de soldados que se distinguiram em combate no Chade.

No seu discurso, a princípio proferido em termos muito serenos, mas depois — quando deixou de ler para passar a falar de improviso — com bastante veemência, Kadhafi deu alguns números sobre a operação.

A retirada total do Chade teria sido operada em dez dias, os efectivos líbios naquele país teriam ascendido a 15 mil homens, e as baixas ter-se-iam cifrado em 300 mortos e 700 feridos. Do lado inimigo, teriam sido mortos cerca de três mil homens.

O discurso, interrompido várias vezes por aplausos e *Slogans* revolucionários, compartilhados pelos militares em parada e pela assistência, pode dividir-se em seis partes: evocação histórica, razões da intervenção líbia, meios utilizados, balanço da operação, motivos da retirada e perspectivas de futuro.

## Os laços históricos

Kadhafi evocou os laços históricos que unem o povo líbio ao povo muçulmano — árabe e não árabe — do Chade. Recordou que foi na Líbia que encontrou refúgio o sultão das tribus Tubu, Ueddei, pai de Gu-

kuni Ueddei, e muitos outros chadianos muçulmanos na altura em que um genocídio programado constituía parte do «plano destinado a aniquilar a raça árabe naquele país». Tal acolhimento foi um dever de gratidão da Líbia para com o Chade, pois também este país recebera milhares de patriotas líbios, fugidos à opressão colonial-fascista italiana.

Como Kadhafi recordou, durante 20 anos a Líbia auxiliou a FROLINAT, movimento de libertação das populações muçulmanas do Chade, e, graças a essa ajuda, foi possível derrubar os dois governos pró-franceses de N'Djamena, realizar a conferência de Lagos, na Nigéria, e formar o Governo de Unidade Nacional transitório, chefiado por Gukuni Ueddei. Depois de instalado esse governo — disse Kadhafi — a Líbia considerou encerrado o «dossier» Chade.

## A intervenção

Quando a guerra civil rebentou, Gukuni Ueddei refugiou-se na Líbia e pediu a intervenção directa deste país, cujas fronteiras estavam ameaçadas pelo conflito no Chade, o qual punha em risco a segurança de todos os Estados da África Central.

Foi assim que as tropas líbias desencadearam a «operação relâmpago», organizando pontes logísticas numa distância de quatro mil quilómetros, que permitiram atravessar o deserto líbio, as cadeias de montanhas do Tibesti e o deserto do Chade, para depois penetrarem em terrenos pantanosos e outros de natureza muito diferente dos da sua terra.



Segundo Kadhafi, esta operação e os combates num teatro de guerra tão pouco propício, demonstraram que as infra-estruturas, o material bélico e as forças humanas do aparelho militar líbio têm uma alta capacidade de que todos os cidadãos devem orgulhar-se.

«Pensámos na execução de um grande plano sobre o desenvolvimento dos meios de transporte aéreo e terrestre, a nível nacional, e agora temos capacidade para encaminhar vastas quantidades de material militar em pouco tempo» — afirmou Kadhafi, acrescentando que as tropas que operaram no Chade passarão a constituir «uma força de intervenção rápida para acorrer em auxílio dos povos que combatam pela liberdade».

Passando depois a analisar os motivos da retirada, Kadhafi referiu que ela decorreu da mesma legitimidade que presidiu à intervenção: assim como a Líbia interveio a pedido legal e documentado das autoridades chadianas, assim retirou logo que as mesmas autoridades requereram a cessação da sua presença. O dirigente líbio sublinhou que ficava assim demonstrada a falsidade das acusações caluniosas dirigidas con-

tra a Líbia, segundo as quais este país pretendia «colonizar» o Chade.

#### Uma armadilha

Kadhafi considerou que o governo do Chade se deixou cair numa armadilha urdida em Paris, Washington e nos meios reaccionários africanos, ao solicitar a retirada líbia, depois da qual — segundo disse — «as forças da rebelião passaram a ocupar as posições que anteriormente haviam sido libertadas pelas armas líbias». No entanto, Kadhafi não teve quaisquer palavras de acusação contra Gukuni Ueddei, dando apenas a entender que este e o GUNT se tinham deixado ludibriar. Acusando a França de ter entrado na conjura, Kadhafi ilibou, contudo, Mitterrand, preferindo considerá-lo também ludibriado pelos serviços do seu antecessor, os quais pretendem que a França socialista se deixe enlamear na política africana que foi fatal a Giscard.

Quanto às perspectivas de futuro, Kadhafi pediu que o povo líbio, através do Congresso Popular, concedesse auxílio económico ao Chade, e advertiu que os líbios nunca permitirão que «os colonialis-

tas e os reaccionários intervenham nos assuntos dos nossos amigos chadianos, porque a segurança do Chade está indissociavelmente ligada à nossa».

No final do seu discurso, Kadhafi, que, por várias vezes, condenou as intervenções armadas em terceiros países, esclareceu o verdadeiro significado da criação da força líbia de intervenção rápida. Lembrando que os EUA se acham no direito de criar uma força para aniquilar a liberdade dos povos, afirmou que ninguém tem o direito de impedir a Líbia de criar também a sua força, para fins opostos aos visados por Washington. Kadhafi terminou as suas palavras com um apelo que é, ao mesmo tempo, um aviso: «Apelamos hoje à dignidade e ao orgulho da nação árabe, e incitamo-la a lutar e a mobilizar-se para enfrentar a invasão militar estrangeira (...) Aqui na terra líbia, constituímos a força de intervenção rápida para que intervenha ao lado dos povos árabes do Golfo. No caso de os EUA aí desembarcarem esta nossa força combaterá os americanos, se um povo irmão — qualquer que ele seja — requerer o nosso auxílio» disse. □



## Gana

### Rawlings regressa ao poder

□ «Lutar contra a corrupção» e «proteger a democracia» — eis os dois objectivos fundamentais que o Conselho Nacional Provisório de Defesa do Gana, chefiado pelo capitão Jerry Rawlings, se propõe alcançar após o golpe de estado do dia 31 de Dezembro que depôs o presidente Hilla Limano. Ao contrário do que aconteceu em Junho de 1979, quando um outro golpe, dirigido também por Rawlings, depôs o regime do general Akuffo, desta vez os militares que assumiram o poder em Accra não falam em fazer regressar o país a um governo civil.

Nas suas primeiras proclamações, os militares do Conselho da Defesa advertiram contra qualquer ingerência nos assuntos internos do país e prometeram levar a cabo uma verdadeira revolução.

O golpe, que, segundo se julga saber, causou vários mortos entre os militares que se opunham à mudança de regime, conta com apoio popular, segundo se depreende das manifestações de massas que decorreram em Accra em apoio do Conselho.

O antigo presidente da República, Hilla Liman, o vice-presidente e os ministros do governo deposto encontram-se sob custódia, e seis oficiais militares de alta patente foram fuzilados por acusações de corrupção.

Os crimes contra o povo serão julgados por tribunais populares, cuja constituição foi anunciada pelo Conselho de Defesa.

Dois anos e meio de regime civil, nascido de eleições possibilitadas pelo golpe de 1979, traduziram-se em profunda decepção para a população ganesa que não viu resolvidos nenhuns dos seus problemas e continuou a assitir aos casos e escândalos de corrupção que têm sido uma constante da vida do país.

O Gana, cuja economia continua a basear-se na exportação de produtos agrícolas e importação de bens manufacturados, não conseguiu vencer o pesado legado da colonização, muito embora o Estado tenha nacionalizado a maioria das actividades comerciais que anteriormente era controlada por empresas da potência colonizadora. Hoje, calcula-se que 75% dos trabalhadores seja constituído por pessoal ao serviço do Estado.

Mas as importações continuam na quase totalidade sob controlo estrangeiro e a classe governante é acusada de se servir dos dinheiros públicos, que acumula para fazer fortunas que depois deposita na banca internacional. O contrabando é a pequena corrupção do país, que vive «accionado» pelos ganhos ilícitos da passagem de cacau para a Costa do

Marfim e pelos subornos dos funcionários civis e militares de nível inferior.

A grande corrupção reina nas altas esferas e envolve a adjudicação de contratos pelo governo, a concessão de licenças de importação, a atribuição de passaportes e o abuso de regalias governamentais para uso pessoal. Os dois anos e meio do governo de Hilla Liman foram caracterizados pelas constantes acusações e contra-acusações de corrupção, pelos inquéritos, pelas comissões de investigação, mas nada foi conseguido. Antes pelo contrário: o governo civil de Liman viu-se envolvido em escândalos como o da impressão de notas na Grã-Bretanha, a importação de autocarros, o contrabando de arroz, o desvio de especialidades farmacêuticas, etc.

Resta saber se os militares que agora assumiram o poder têm capacidade para resolver os graves problemas de um país, que, após vinte e cinco anos de independência, não conseguiu ainda enveredar pela via susceptível de resolver os problemas da dependência.

## Greve de fome na África do Sul

□ Os prisioneiros políticos das ilhas de Roben iniciaram uma greve de fome para protestar contra as torturas e os abusos dos carcereiros. A resposta do regime de Pretória foi, no entanto, a intensificação da repressão, suspendendo por tempo indeterminado as visitas aos prisioneiros e decretando outras medidas punitivas com reflexos notórios na vida interna do presídio.

A ilha de Roben tornou-se conhecida — tristemente conhecida — desde que se viu transformada em campo

de concentração pelo regime do *apartheid*. Fica situada no Oceano Atlântico, a cerca de dez quilómetros da Cidade do Cabo. Nele estão actualmente encarcerados 370 presos políticos. Entre eles encontra-se Nelson Mandela, fundador e presidente do Congresso Nacional Africano (*African National Congress, ANC*), o movimento de libertação da África do Sul. Desde que Mandela foi preso a presidência do ANC é exercida interinamente por Oliver Tambo. Mandela foi condenado a prisão perpétua, tal como outros militantes nacionalistas detidos na ilha de Roben.

Luanda

## Reforço entre a África e o Mundo Árabe

Com a participação de 80 delegações desenvolveram-se em Luanda os trabalhos da Conferência Afro-Árabe de Solidariedade, que teve como pano de fundo a procura de modalidades concretas para o reforço da luta de libertação e a cooperação entre a África e o Mundo Árabe. O presidente do Comité Internacional preparatório, Omar El Hamidi, e os presidentes da SWAPO (Sam Nujoma) e do ANC (Oliver Tambo) referiram-se aos esforços para a concretização da unidade para se defenderem de todas as tentativas de controlo destas duas regiões do Globo.

Na reunião, debateram-se ainda temas como a situação do Médio Oriente, o problema da Namíbia, a luta palestina e a conjuntura na África Austral. Apesar de se tratar de uma reunião não governamental, a Conferência reuniu destacadas personalidades de importantes partidos políticos, organizações de massas e sindicatos das duas regiões, ou seja da África e do Mundo Árabe. As tarefas da reunião foram orientadas por Afonso Van Dunem (M'Binda), secretário do Comité Central do MPLA - Partido do Trabalho para as Relações Exteriores e presidente do Comité preparatório Angolano da Conferência.

«As economias das duas regiões são amplamente



Afonso Van Dunem (M'Binda)

complementares», afirmou Evaristo Domingos (Kimba) que abriu a Conferência em nome do presidente José Eduardo dos Santos. Aquele dirigente realçou que, enquanto os países africanos têm um grande potencial económico - particularmente nos campos agrícola e florestal -, assim como fontes alternativas do petróleo, as nações árabes dispõem de elevados recursos financeiros provenientes da produção petrolífera. Adiantou que a conjugação de esforços poderá conduzir ao surgimento de vários projectos económicos conjuntos e de empresas mistas, o que reforçaria amplamente a luta pela independência económica daqueles países.

A tónica dominante da reunião foi a identificação dos regimes da África do Sul e de Israel como pontas-de-lança do imperialismo internacional no continente africano e no Mundo Árabe.

A recente tentativa de golpe de Estado nas Seychelles e a sabotagem económica contra a refinaria da «Petrangol», ambas empreendidas por mercenários sul-africanos, foram apontadas pelo presidente das Seychelles, Albert René, na sua mensagem à Conferência, como «os mais novos elementos que ilustram as crescentes tentativas de desestabilização dos países progressistas independentes do Terceiro Mundo».

## Petróleo e armas

Foi anunciado o reinício do fornecimento de petróleo iraquiano através do porto sírio de Baniyas, situado no Mediterrâneo. Os governos de Bagdade e Damasco concluíram um acordo que entrará brevemente em vigência.

O governo sírio resolveu elevar, no porto de Baniyas, a capacidade de refinação do produto de 5,2 para 11 milhões de toneladas anuais.

A medida visa o restabelecimento do fluxo de petróleo iraquiano para o Mediterrâneo. A exportação de petróleo fora atingida pela guerra entre o Iraque e o regime do Irão. Por outro lado, notícias de Bagdade dão conta de que a União Soviética reiniciou as suas remessas de armas para o Iraque, que haviam sido suspensas depois do início da guerra com o Irão. Segundo versões da capital iraquiana, aviões de transporte Antonov levaram equipamentos que incluiriam modernos

tanques T-72 e caças-bombardeiros Mig-25 para Bagdade.

A informação poderia indicar que há outra ofensiva em curso por parte do regime do Partido Baath. As últimas versões da frente de batalha referem importantes combates, próximo à cidade iraniana de Susangerd. E, de acordo com a agência iraquiana INA, esta é a luta mais intensa levada a cabo desde o começo da guerra, em Outubro de 1980.

A decisão da União Soviética de tornar a fornecer armamentos ao Iraque pode ser um reflexo da deterioração das suas relações com o Irão, país estratégico para a geopolítica de Moscovo, pois compartilha com a URSS de uma extensa fronteira a partir da qual os norte-americanos - durante o regime do xá - exerciam actividades de espionagem contra a União Soviética.



Chile, 1973

## «Até os encontrar»

□ Uma Federação de Associações de Familiares de Presos-Desaparecidos — composta por mais de 20 Organizações da América Latina e das Caraíbas — foi constituída em Caracas, na sequência dos trabalhos do Segundo Congresso Latino-americano sobre os Presos-Desaparecidos, que teve como lema «Até os encontrar».

A Federação, de carácter não-governamental, tem como objectivos o «aparecimento com vida dos presos-desaparecidos, a promoção de formas organizativas entre os parentes das vítimas e a consciencialização da comunidade internacional, assim como a activação de mecanismos jurídicos que possibilitem o julgamento dos culpados». A sua sede ficará em Caracas e a Comissão Directiva será integrada por 10 representantes de associações de familiares. Do ponto de vista jurídico, prevê-se a apresentação perante as Nações Unidas, em 1982, de um projecto de convenção visando a erradicação de futuros desaparecidos.

O presidente do Congresso, o padre Juan Vives Suria, qualificou os desaparecimentos como «prática aberrante» e «delito de lesa-humanidade». Afirmou que a Federação promoverá uma Convenção Internacional para julgar os responsáveis pelos desaparecimentos, através de procedimentos como os que foram utilizados nos processos de Nuremberga contra os criminosos de guerra nazis.

O Congresso contou com a presença de quase 100 participantes, e congregou delegações da Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Chile, México, Haiti, Guatemala e El Salvador. Entre os participantes estava Isabel Letelier, viúva do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros chileno de Allende, Orlando Letelier. Depois do assassinato do seu marido, em 1976, em Washington, Isabel Letelier transformou-se numa das figuras mais destacadas na defesa dos Direitos Humanos no Continente. Isabel Letelier considerou «extraordinária» a iniciativa da Câmara de Deputados da Venezuela ao declarar, por unanimidade, que a política dos desaparecimentos constitui um «crime de lesa-humanidade». Calcula-se que existem no continente latino-americano, aproximadamente, 90 mil desaparecidos, dos quais 25 mil na Argentina.

Ao mesmo tempo, a *Amnesty International*, organização de direitos humanos com sede em Londres, anunciou o lançamento de uma campanha a nível mundial contra o desaparecimento de prisioneiros políticos opositores, qualificando-o como «inumano e impune». Segundo a *Amnesty*, os desaparecimentos constituem um método repressivo que «tende a generalizar-se entre os regimes ditatoriais». A instituição intensificará os seus esforços para «desmascarar o sistema pelo qual milhares de pessoas desapareceram por responsabilidade de forças governamentais ou de grupos que agem com a sua cumplicidade activa ou passiva».

## Politização das instituições de crédito

□ Instâncias de crédito internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estão a ser escandalosamente utilizadas pela Administração Reagan, que as coloca ao serviço da sua política de «cacete» para com a América Central. Através da atribuição de créditos dessas instâncias — que, recorde-se, são nos dois casos primeiramente citados instituições das Nações Unidas e, no terceiro, da OEA — a Administração dos EUA acorre em auxílio das ditaduras centro-americanas e sabota a economia dos países progressistas da área, sobretudo da Nicarágua (ler, neste número, entrevista com Sérgio Ramirez).

Em Novembro passado, o BID aprovou um empréstimo de um milhão de dólares para um projecto hidroeléctrico da Guatemala e outro, de 34 milhões paramelhorar a rodoviária de El Salvador. Quanto ao FMI,

concedeu o crédito de 100 milhões de dólares à Guatemala para equilibrar o deficit da sua balança de pagamentos.

Em contrapartida, a Nicarágua viu-se obrigada a desistir do pedido de crédito de 40 milhões de dólares para financiar um projecto de desenvolvimento das suas pescas, pois a Junta do BID comunicou-lhe oficialmente que a sua solicitação seria rejeitada.

Temos assim que um projecto claramente favorável ao desenvolvimento da economia de um país e que iria traduzir-se na melhoria do nível de vida das populações — falamos do pedido de crédito da Nicarágua — é rejeitado, enquanto outro, de fins visivelmente militares — o da melhoria da rede viária de El Salvador, país cujo regime fascista se encontra em guerra contra o povo — é aprovado.

Embora os empréstimos à Guatemala não sejam, em si mesmos, dignos de censura, o certo é que o regime que deles beneficia é conside-

rado um dos mais sanguinários do hemisfério. No entanto, merece da parte das instituições internacionais de crédito tratamento preferencial em comparação com o da Nicarágua, que procura sarar as feridas herdadas de décadas de ditadura e de uma guerra na qual se perderam milhares de vida e se destruíram imensos recursos materiais.

Um alto funcionário do Centro para a Política Internacional, com sede em Washington, James Morrell, considerou o tratamento dado à Nicarágua como «iníquo» e afirmou que em todos estes anos que tem trabalhado nas instituições internacionais de crédito nunca assistiu a uma politização tão flagrante dessas instâncias como agora. Morrell afirmou que o que se passa agora naquelas instituições vai ainda mais longe do que nos tempos em que os EUA recorreram à sabotagem dos créditos para afundarem o regime chileno de Salvador Allende.

## A farsa do Ciskei

□ Na madrugada do dia quatro de Dezembro, o regime racista da África do Sul decretou o aparecimento de mais um bantustão, que no acto da sua criação conquistou o duvidoso título de «país mais isolado do mundo». Além de não ser reconhecido por nenhum outro país, o Ciskei não conta nem sequer com o apoio dos outros bantustões criados arbitrariamente pelo governo de Pretória, como foi o caso de Transkei.

Por um decreto anunciado em 1978, a África do Sul decidiu criar 10 bantustões, abrangendo cerca de 13% do território sul-africano. Foi uma manobra destinada a expulsar os negros que trabalham e vivem nas regiões que os brancos *afrikaners* consideram suas. A política dos bantustões é um prolongamento do *apartheid*, uma vez que através dela os negros passam a ser considerados estrangeiros nas áreas brancas.

Até agora já foram criados quatro bantustões: Transkei, Venda, Bophuthastwana e Ciskei. A maioria esmagadora dos habitantes destas quatro regiões emigrou para as áreas industrializadas brancas, onde vivem na condição de virtuais prisioneiros, sujeitos à expulsão a qualquer momento, pelo simples facto de serem considerados estrangeiros. A mão-de-obra negra fica assim submetida a toda a espécie de pressões, não podendo

reivindicar melhores salários devido ao risco de deportação pura e simples.

O Ciskei tem cerca de 2,1 milhões de habitantes e apenas 15% do seu território tem aptidão agrícola. Por isso a população local não tem comida e é obrigada a ir procurá-la no território juridicamente sob controlo branco. Um terço da população do Ciskei, a exemplo dos outros bantustões, vive fora das fronteiras e 2/3 do rendimento do território vem do trabalho dos que emigraram para a parte branca.

A farsa da independência do Ciskei não foi sequer reconhecida pelo Transkei, que reivindica parte do território que foi incorporado pelos brancos ao novo bantustão. O chefe da administração empossada pelos racistas é Lennox Sebe, odiado pela Igreja e pelas organizações negras por ter reprimido sangrentamente todos os que se manifestaram contra a pseudo-independência. O país está militar, económica e diplomaticamente subordinado à África do Sul. O nível de rendimento da população é baixíssimo porque a terra cultivável é insuficiente e não há qualquer tipo de indústria. O Ciskei, da mesma forma que os demais bantustões, acabou por se transformar em mais uma «bolsa» de miséria.

## Assassinos à solta

□ «Escândalo», foi como a própria oposição branca sul-africana classificou a libertação incondicional dos mercenários que no final de Novembro tentaram derrubar o governo progressista das ilhas Seychelles, sequestrando posteriormente um avião para fugirem em direcção à África do Sul. Cinco membros do grupo pagaram fiança e foram libertados, enquanto os restantes 39 nem sequer foram identificados e apresentados à justiça.

A decisão de pôr em liberdade os mercenários contraria a convenção internacional aprovada pela ONU em 1970 e subscrita pela África do Sul, que prevê que todos os sequestradores de aviões sejam submetidos a um tribunal especial e extraditados para o país onde praticaram o sequestro. Além de violar uma lei internacional, o regime racista sul-africano negou-se a revelar a identidade de 39 membros do grupo.

O bando mercenário era chefiado pelo sinistro Mike Hoare, um conhecido aventureiro e assassino de 62 anos, que já esteve envolvido em complots no Congo, Angola, Nigéria, e na antiga Rodésia. Hoare organizou um clube chamado «Gansos Selvagens» que reúne assassinos profissionais, aventureiros, racistas, e marginais, para colocá-los ao serviço de interesses económicos transnacionais na África.



O primeiro-ministro das Seychelles, Alberto René

O golpe contra o primeiro-ministro Albert René fracassou devido à resistência da Guarda Nacional da cidade de Mahe, capital das ilhas Seychelles. Albert, no poder há quatro anos, pôs em prática um modelo socialista de desenvolvimento económico, além de impor sanções contra as transnacionais do turismo que exploram as riquezas naturais do arquipélago de 85 ilhas.

A libertação incondicional dos mercenários entre os quais se encontram 23 sul-africanos, nove ingleses, dois irlandeses, dois alemães ocidentais, um norte-americano, um australiano, um austríaco e cinco zimbabwenses, mostrou que a África do Sul concorda com os objectivos do grupo. O regime de Pretória não deixou também muitas dúvidas quanto ao apoio que dá aos aventureiros que cobram 180 dólares por dia, para matar, conspirar e torturar. Até agora não se sabe quem lhes pagou para que tentassem derrubar o Governo de Albert René, mas é quase certo que o complot teve a inspiração de James Mancham, o deposto presidente das ilhas Seychelles, e pleno conhecimento da África do Sul.

Herrera Campins



## DC latino-americana condena os Estados Unidos

□ «Os regimes autoritários do continente, apoiados pelos Estados Unidos, representam uma regressão ainda não superada e um dramático custo social e humano». A declaração final do 10.º Congresso da Organização Democrata-Cristã da América Latina (ODCA), realizado recentemente em Caracas, chega a essa e a outras conclusões que marcam, aparentemente, um distanciamento entre os responsáveis pelo pensamento social-cristão latino-americano e a posição do governo dos Estados Unidos, no que diz respeito a temas do continente. O documento informa que alguns regimes militares latino-americanos receberam o apoio de Washington «com o objectivo de consolidar modelos económicos neoliberais, de enfrentar as ameaças da guerrilha e de conter a inquietação social e política decorrente da crise». Informa, também, que o presidente Reagan «condicionou o problema dos direitos humanos à consolidação de alianças com qualquer tipo de governo, dando prioridade a uma estratégia de blocos».

Por outro lado, soube-se que entre os autores da declaração encontram-se destacados dirigentes da Democracia Cristã do Cone Sul latino-americano, particularmente do Chile e do Uruguai, que levaram ao encontro propostas de renovação. Por exemplo, Roldomiro Tomic, do Chile, propôs uma mediação do Papa para o actual conflito de El Salvador com o objectivo de se chegar a uma solução pacífica. A atitude de Tomic, contudo, foi rejeitada pelos sectores mais conservadores da DC continental, particularmente os venezuelanos. Estes últimos alegam que uma solução desse tipo implicaria o reconhecimento do poder de negociação das forças contrárias à Junta. Como se sabe, a Democracia Cristã da Venezuela, actualmente no poder sob a presidência de Herrera Campins, constitui a mais sólida base de apoio à Junta salvadorenha, encabeçada pelo democrata-cristão Napoleão Duarte. Duarte era o presidente da ODCA e, na recente reunião de Caracas, foi substituído pelo panamiano Ricardo Arias Calderón.

Segundo Calderón, em consequência da análise da situação latino-americana realizada na reunião, a ODCA resolveu «promover pontos de convergência com todas as forças autenticamente democratas do continente», particularmente com as correntes da social-democracia.

## Portugal

# Assembleia da República solidária com povo salvadorenho



□ A Assembleia da República portuguesa aprovou, na sua sessão de 9 de Dezembro, uma moção em que «condena energeticamente a violação dos direitos humanos em El Salvador» e manifesta «ao povo salvadorenho a solidariedade para com a sua legítima luta para implantar no país um regime de democracia e liberdade», condenando, igualmente, «qualquer intervenção», apelando, nesse sentido, «à comunidade internacional para que impeça, por todos os meios ao seu alcance, a internacionalização do conflito». Estes três pontos da moção mereceram aliás a unanimidade dos partidos representados no Parlamento, o mesmo não acontecendo em relação ao último (que contou com a abstenção

dos partidos do Governo – Partido Social Democrata e o Centro Democrático Social sob o argumento de «falta de informação») onde se «reconhece na Declaração Fanco-Mexicana um responsável e positivo passo para a resolução da crise política» naquele país.

Para além de constituir uma importante vitória da acção diplomática das forças democráticas salvadorenhas lideradas pela FMLN-FDR, esta tomada de posição reforça o número de países cujas instituições democráticas – governos ou parlamentos – compreendem a necessidade de uma solução política global para El Salvador, e condenam – neste caso, implicitamente – o intervencionismo defendido por Reagan e seus assessores.

## Ásia

# Explosão demográfica

□ Segundo previsões da Comissão Económico-Social para a Ásia e o Pacífico, por volta do ano 2.000, o crescimento urbano naquela região ganhará tal amplitude que 13 dos 30 maiores centros urbanos do mundo – cada um com uma população superior a 10 milhões de habitantes – se localizarão precisamente nessa área. Assim, a capital chinesa, Pequim, terá uma população de 19 milhões de habitantes, a cidade indiana de Bombaim, 17 milhões, Calcutá, também na Índia, e Jacarta, capital da Indonésia, contarão com 16 milhões de habitantes cada uma, e Seul, a capital sul-coreana, 14 milhões.

Esta e outras questões relacionadas com a explosão demográfica foram tema para um encontro realizado em Pequim de parlamentares asiáticos no final do ano findo, promovido pelo Fundo das Nações Unidas para Actividades da População (FNUAP).

Aquela região, – que abriga 60% da população mundial e possui a maior taxa de crescimento demográfico

do mundo – defronta-se com graves problemas: falta de habitações adequadas, carências de água potável, deficientes condições sanitárias, poluição atmosférica, baixos níveis educacionais, escassez de meios de transporte e crescente desemprego. Problemas ainda agravados pelo crescente êxodo rural, provocado pela superpopulação e estagnação económica no sector rural. Dos 500 milhões de asiáticos que vivem em estado de «miséria absoluta» (dados da década de 70), a grande maioria são emigrantes das zonas rurais à procura de meios de sobrevivência.

No encontro de parlamentares, advertiu-se de que a explosão demográfica nos centros poderá ainda, substancialmente, avolumar os problemas já existentes nas cidades asiáticas, tendo sido recomendado o planeamento de uma equilibrada redistribuição, levando em conta a necessidade de não provocar maiores problemas sócio-económicos.

## Os problemas da OPEP

□ A última reunião de ministros da OPEP apresentou diferenças substanciais em relação às precedentes, quando se presenciou uma pugna entre o sector maioritário, defensor da alta dos preços, e o maior produtor, a Arábia Saudita, partidário do congelamento. A mediação entre as duas posições — embora com o predomínio da linha saudita — tinha sido decidida na reunião extraordinária, realizada em Genebra a 29 de Outubro passado.

Esse encontro, concluído em Abu Dhabi a 11 de Dezembro de 1981, teve por principal objectivo estabelecer, com certa precisão, as diferenças de preços entre as diferentes qualidades da matéria-prima. Mas não se chegou a um acordo. Os países que possuem um petróleo de melhor qualidade, em particular os africanos, têm uma tendência lógica a valorizá-lo ao máximo.

Ao contrário, os de qualidade inferior — os produtores de petróleo «pesado» — são a maioria e minimizam a diferença.

A falta de acordo traduziu-se numa política flexível que dá margem a cada país para a fixação dos seus preços. Mas esse facto, somado ao das necessidades de muitos países em baixar as suas cotações a fim de poderem colocar as suas existências, está a criar confusões e contradições. O caso mais destacável é o do Irão, país que até há pouco tempo manteve uma dura postura «pró-alta». Em Abu Dhabi, o governo de Teerão pediu que lhe fosse permitido aplicar um abaixamento de 70 centavos de dólar por barril de óleo cru. A organização aceitou o pedido e, dessa forma, o Irão conseguirá aumentar as suas vendas. Mas, dessa maneira, o cru iraniano de tipo leve coloca-se abaixo de alguns tipos pesados (e portanto de menor valor) como é o caso do Kuwait, que agora terá dificuldades em vendê-lo.

Estas as consequências de um longo período de profunda divisão entre os países membros da OPEP e de novas tendências no mercado petrolífero, onde, em 1981, e pela

primeira vez, houve excesso de oferta.

Assistiu-se, portanto, a uma baixa de facto, sancionada em Genebra, já que a organização não pode reajustar as suas cotações na mesma proporção da desvalorização causada pela inflação nesse período. Ao mesmo tempo, muitos membros impossibilitados de manter os níveis de colocação das suas exportações, efectuaram baixas ou então outorgaram extraordinárias facilidades por sua própria conta.

Segundo a avaliação do ministro saudita, as decisões adoptadas em Abu Dhabi significaram, em média, uma baixa de 10 centavos ocasionada pelas decisões de Genebra.

Em suma: o preço do petróleo está congelado e apesar de neste momento o dólar se ter valorizado, a inflação anula essa vantagem.

No plano político, a OPEP evidenciou a sua divisão. A Líbia, eleita inimiga número um por Ronald Reagan, acabava de ser alvo de violentos ataques, inclusive a ordem de retirada de todos os cidadãos norte-americanos do território líbio. Essa atitude foi interpretada como o prelúdio de uma agressão norte-americana contra o



Governo de Trípoli. Este solicitaria a solidariedade dos seus associados e, efectivamente, um comportamento firme da OPEP deveria ter sido levado em conta pelos Estados Unidos, cuja economia não poderia resistir — ou pelo menos seria fortemente atingida — ao emprego da arma petrolífera.

Mas a Arábia Saudita e a Venezuela negaram-se a tratar desse assunto, pretextando ser uma questão política e portanto alheia ao temário da organização. Dessa maneira, não apenas faltaram com a solidariedade à Líbia como também aos seus próprios interesses. Pois uma intervenção ou uma agressão norte-americana a um país da OPEP que não contasse com a resistência de todos os seus países membros, abriria um perigo precedente para aquelas nações, que os Estados Unidos consideram suas provedoras naturais de petróleo e nas quais está notoriamente disposto a intervir para garantir a continuidade de seus abastecimentos de hidrocarbonetos.

## México

### Um futuro potentado petrolífero?

□ Um estudo do Departamento americano de Energia revela que o México poderá vir a transformar-se no segundo maior exportador mundial de petróleo, a seguir à Arábia Saudita. Isto porque duas das oito regiões mais ricas em petróleo do mundo se situam naquele país. As oito regiões mencionadas estão na URSS, Médio Oriente, Venezuela, Indonésia, Trindade, Guatemala, Belize e duas no México. Neste momento o México produz cerca de 2,5 milhões de barris por dia, exportando metade da sua produção. Dentro de poucos anos, o México poderá triplicar a sua exportação.

Um outro país — este asiático, a Birmânia — pode vir a solucionar as suas dificuldades de tesouraria, graças à descoberta de novos campos de petróleo. Os três novos campos descobertos na Birmânia Central, próximo da antiga cidade de Pagan, têm reservas avaliadas em 1403 milhões de barris de petróleo e 1878 mil milhões de pés cúbicos de gás. Com encargos de dívida externa que consomem 25,44% das exportações e com um deficit da balança comercial da ordem dos 814,28 milhões de dólares, a Birmânia poderá encontrar um estímulo poderoso para a sua economia.

cadernos do  
**terceiro mundo**



cadernos do  
**terceiro mundo**

## Aumentam o preço!

Leitor,

O título desta pequena notícia já diz tudo. A nós cabe-nos explicar as razões que nos levam a aumentar o preço de capa da edição portuguesa dos *Cadernos do Terceiro Mundo*.

As razões, no fundo, são reflexos do «pequeno mundo» onde nos inserimos.

— Desde o n.º 24 dos *cadernos*, de meados de 1980, que mantemos o actual preço.

Mas, entretanto: aumentaram as tarifas do correio, os salários, o custo do papel, o custo das películas e chapas de *off-set*, o custo da impressão, os fretes aéreos, aumentaram enormemente os encargos bancários, etc., etc.. A lista seria longa!

Basta dizer que, só no último ano de publicação — 1981, a taxa oficial de inflação em Portugal — País onde produzimos e imprimimos esta edição — foi calculada em cerca de 20%.

O aumento far-se-á sentir já no próximo número — o 41 — dos *cadernos*.

Se no próximo mês, no local onde habitualmente compra o seu exemplar, lhe pedirem mais alguns escudos, kwanzas, pesos ou meticais, não se admire. Antecipadamente contamos com a sua compreensão.

Informamos, porém, que os actuais preços de assinaturas se manterão até fim de Abril. Aproveite, pois, enquanto é tempo.

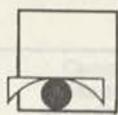
Portugal — 500\$00 (anual, 12 números)

300\$00 (semestral, 6 números) e

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe — 850\$00 ou 18 dólares

(12 números, via aérea).

Restantes países — 22 dólares (12 números, via aérea).



# CACHAPUZ

1928 • MAIS DE MEIO SÉCULO DE EXPERIÊNCIA DE FABRICO • 1981



INTERNATIONAL  
TROPHY FOR QUALITY  
MADRID 1979  
MADRID 1980

O MAIOR FABRICANTE E EXPORTADOR PORTUGUÊS DE  
**EQUIPAMENTOS PARA PESAGEM**

BÁSCULAS E BALANÇAS DE  
TODOS OS TIPOS PARA

- INDÚSTRIA
- AGRICULTURA
- PECUÁRIA
- PESCAS
- COMÉRCIO
- MINAS

EXPORTADOR PARA  
AS REPÚBLICAS DE

- CUBA
- ANGOLA
- MOÇAMBIQUE

JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA.

TELEF. 22468/25347 — TELEX 32125 CAXPUZ P

APARTADO 12 — 4701 BRAGA CODEX — PORTUGAL



**Armas para Búrguiba** – Segundo fontes ligadas à indústria de armamento norte-americana, Washington ofereceu ajuda às Forças Armadas da Tunísia para enfrentar aquilo que designa por «poderio militar da Líbia». Em Julho, o governo Reagan negociou a venda de 54 tanques M-60, por um custo estimado em 92 milhões de dólares, no maior acordo assinado pela Tunísia. Mais recentemente, funcionários deste país apresentaram uma longa lista de material bélico a uma delegação norte-americana, encabeçada pelo secretário de Defesa adjunto, Francis Weet. Washington atendeu rapidamente o pedido, fornecendo ao regime tunisiano sofisticados tanques e aviões de treino.

**Refugiados** – Trinta e três mil refugiados salvadorenhos moram actualmente nas Honduras. Esta informação foi divulgada pela ALADU (Associação Latino-Americana para os Direitos Humanos), com sede em Quito, Equador. «Eles apenas desejam o fim da guerra civil no seu país para poder voltar aos seus lares», afirmou o secretário executivo da ALADU, Horácio Sevilla Borja.

**Unidade Iemenita** – A reunião dos chefes de Estado da República Democrática Popular do Iémen (Iémen do Sul) e da República Árabe do Iémen (Iémen do Norte) culminou com uma resolução tendente a coordenar as actividades de ambos os governos nos campos da informação, economia, educação, cultura e assuntos internacionais. Os dois chefes de Estado rejeitaram o plano de divisão do Líbano e a política de implantação de bases militares na região, e prestaram apoio à causa palestina, dando continuidade aos esforços para derrotar os acordos de Campo David.

O conteúdo das decisões e o clima criado em torno do encontro dos dois chefes de Estado da nação Iemenita, propiciaram, segundo observadores árabes, uma perspectiva optimista quanto ao processo de unificação em curso.

**Revolução Verde** – As planícies do Norte da Índia, que, na década passada, se transformaram em verdadeiros celeiros pela introdução de variedades híbridas de sementes, está a ser palco de uma dramática propagação de pragas. Os prejuízos são calculados entre 5 e 25% das colheitas, «dependendo do tipo de praga, intensidade e das condições climáticas». Os participantes de uma conferência nacional de agricultores concluíram pela necessidade da introdução de uma nova geração de sementes de alto rendimento, como necessária será também uma melhor utilização de agentes como a água, a luz solar e os fertilizantes. Mas expressaram, também, críticas severas ao projecto de «revolução verde», acusando-o de ter aumentado as tensões sociais no campo, pois somente os agricultores ricos conseguiram investir nas miraculosas sementes e se tornaram ainda mais ricos em detrimento dos mais pobres, que foram expulsos das suas terras. As sementes híbridas, introduzidas na Índia na década de 60, a título experimental, são usadas actualmente em 75% de toda a área cultivada de trigo e em 40% da de arroz.

**Energia Atómica** – Segundo a Organização Internacional de Energia Atómica (OIEA) estão em funcionamento no mundo 250 centrais atómicas – produzindo oito por cento da energia eléctrica mundial – e igual número está em construção ou planeadas.



**Majano** – O México concedeu asilo político ao coronel Adolfo Arnaldo Majano, ex-membro da Junta de El Salvador. Majano comandou o grupo da «Juventude Militar» que a 15 de Outubro de 1979 derrubou o general Carlos Humberto Romero e o substituiu por um governo civil e militar. O coronel foi expulso da Junta há cerca de 11 meses por representar as posições do sector moderado das Forças Armadas de El Salvador. Majano fixará residência no México em companhia da sua família.



**Armamento** – Entre os 10 maiores clientes de armamentos dos Estados Unidos encontram-se cinco nações do Terceiro Mundo: Arábia Saudita, Egípto, Coreia do Sul, Jordânia e Turquia.

De acordo com as cifras divulgadas pelo Departamento de Defesa norte-americano, a Arábia Saudita, pelo segundo ano consecutivo, figura em primeiro lugar por ter adquirido armas norte-americanas no valor de 2100 milhões de dólares, 25% das vendas totais, e quase quatro vezes mais do que foi adquirido pelo segundo comprador, o Japão.

**Camponeses** – Pelo menos meio milhão de camponeses serão beneficiados pelo programa de desenvolvimento rural integral anunciado pelo Governo do Equador. Com um investimento de 247 milhões de dólares e contribuições provenientes, em 45%, de organismos internacionais, o programa inclui 17 projectos sobre crédito, infra-estrutura física e reabilitação social, numa superfície de 1 milhão e 200 mil hectares, 5% do território do Equador.

**Nacionalismo** – O Comité Permanente da Assembleia Popular Moçambicana aprovou uma lei que cria um estatuto jurídico para operações de companhias petrolíferas estrangeiras. A lei prevê a estruturação de uma nova companhia estatal, a Hidrocarbonetos de Moçambique, com o monopólio sobre a extracção e os direitos de produção de petróleo e outros hidrocarbonetos. As companhias estrangeiras terão de operar em associações com essa empresa moçambicana. Todas as jazidas descobertas serão de propriedade do Estado e não podem ser adquiridas por estrangeiros.

As companhias poderão, no entanto, investir capitais sob a sua própria responsabilidade e recuperar os investimentos caso sejam descobertas jazidas de petróleo ou gás economicamente viáveis. Um artigo da lei impõe métodos de exploração e produção que não provoquem poluição ou ponham em perigo os recursos naturais. Os trabalhos de exploração realizados antes da independência revelaram grandes reservas de gás, consideradas entre as maiores do mundo.

**Satélite** – A organização da Liga Árabe para Comunicações Espaciais e a Organização Europeia de Mísseis assinaram um acordo para lançar, em Fevereiro de 1984, o primeiro satélite árabe de comunicações. Será colocado em órbita um segundo satélite no último semestre do mesmo ano. Os custos ascenderão a cerca de 23 milhões de dólares cada um. A estação principal de controlo ficará localizada em Riad (Arábia Saudita) e uma outra deverá operar na Tunísia. Ambos os satélites cobrirão as necessidades de todos os países árabes no terreno das comunicações espaciais.

**Indonésia** – Cerca de um milhão de membros do proscrito Partido Comunista da Indonésia poderão votar nas próximas eleições gerais, que se realizarão em Maio de 1982 ao contrário daquilo que aconteceu em 1971 e 1977. Porém, temendo uma derrota, ou pelo menos os resultados do pleito, o governo de Suharto voltou a tornar muitos deles inelegíveis, alegando «razões de segurança». A devolução dos direitos políticos atinge apenas os membros do PC que, segundo os critérios do governo, não participaram naquilo que qualificam de «intento de golpe de Estado» de 1965. Os restantes continuam privados de quaisquer direitos.

**Tanzania** – A Tanzania – que atravessa uma séria crise económica – foi invadida por uma peste estrangeira, importada com o envio de ajuda alimentícia dos Estados Unidos. A peste – conhecida apenas na América Central e em algumas áreas dos EUA – provocou, só na província de Tabora a perda de quase metade da colheita, causando a fome a um milhão de habitantes. Calcula-se que a Tanzania necessitará de 40 mil toneladas de alimentos para fazer face à situação. A invasão da peste ocorre nove meses depois de notícias na imprensa do Quênia terem denunciado que companhias químicas europeias invadiram com produtos não regulamentados a região africana produtora de café. Estes produtos provocaram a perda de dez por cento da colheita, causando prejuízos de 20 milhões de dólares aos agricultores do Quênia, em 1980. O semanário *East African Weekly Review* suspeita que se trata de «uma planeada sabotagem à região».

## As transnacionais comandam a acção

*Nas Filipinas, enquanto as grandes corporações monopolizam as técnicas mais sofisticadas de comunicação, o povo não pode nem sequer enviar telegramas*

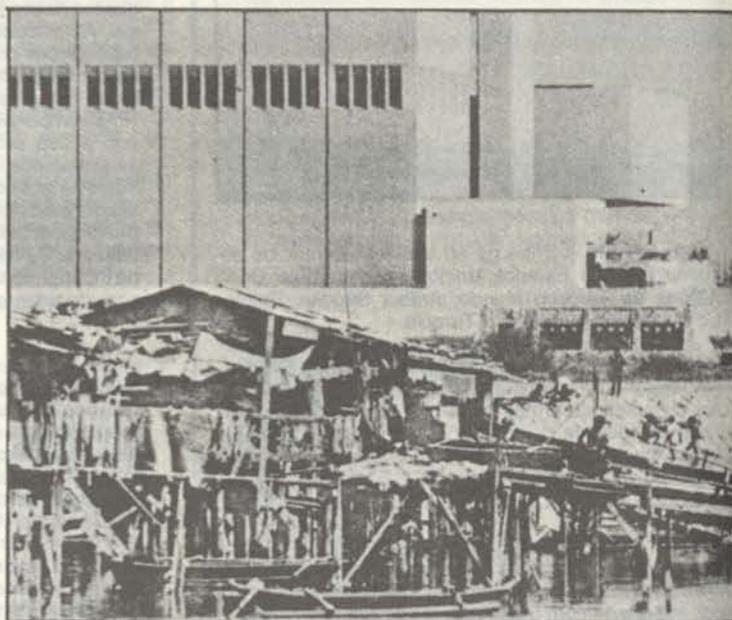
Gerald Susman (\*)

Os habitantes de Manila tiveram uma surpresa quando, ao despertarem na manhã do dia 23 de Setembro de 1972, constataram que as emissões de rádio não foram para o ar, os jornais não saíram e importantes jornalistas, intelectuais e dirigentes políticos tinham sido presos. O presidente Ferdinando Marcos acabava de decretar a lei marcial, assumindo poderes ditatoriais.

O primeiro decreto — «Carta de instrução Número 1» que, como as seguintes, vigora ainda apesar da suspensão da lei marcial no começo de 1981 — fechou 15 dos 16 jornais de Manila, 6 das 7 estações de televisão e suspendeu todas as emissões de rádio, à excepção da «Voz das Filipinas» e de uma estação religiosa estrangeira.

Muitas vezes se ergueram para protestar contra esta e outras violações das liberdades civis nas Filipinas. No entanto, até agora ninguém tinha ainda estudado a nova estrutura de comunicação do país, aspecto essencial do modelo de desenvolvimento que Marcos, os seus tecnocratas ocidentalizados e os seus assessores tentam estabelecer.

A fim de que a economia filipina se abraisse à intervenção estrangeira



Manila: ao fundo, o Palácio da Cultura; em primeiro plano, outro tipo de construção e outra... cultura

era necessário reprimir a vigorosa corrente anti-imperialista, muito activa no início da década, e controlar totalmente o processo de informação e comunicação do país.

### O que é um milionário?

Desde os anos cinquenta que os teóricos norte-americanos da «modernização» difundem a ideia de que

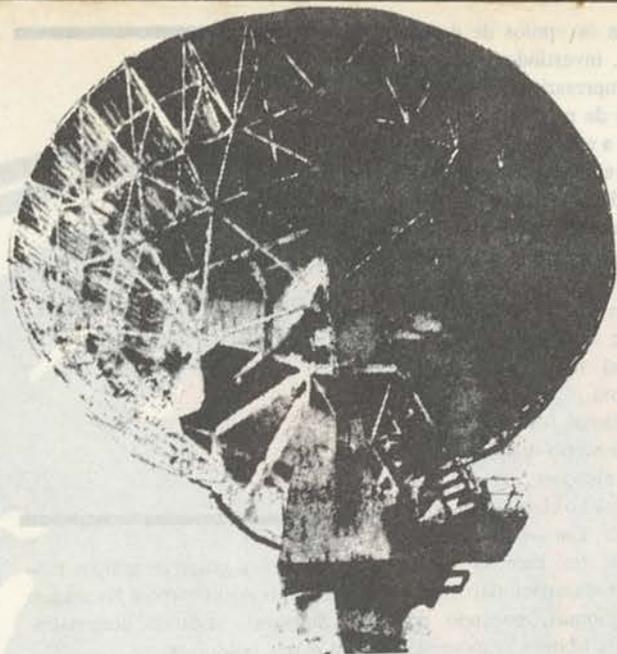
(\*) A matéria integra um mais amplo estudo do autor, que é membro da Universidade do Havai e da Associação Internacional de Pesquisas para a Paz

o desenvolvimento económico tem como condição fundamental a adopção da tecnologia de comunicação dos Estados Unidos. Daniel Lerner, um dos mais influentes «modernistas», comentou, em 1963, que «para motivar os camponeses isolados e analfabetos, que compõem o grosso da população mundial, é necessário oferecer-lhes indicações sobre como poderiam ter uma vida melhor».

Ithiel de Sola Pool, colega de Lerner, amplia esta ideia: «Os meios de comunicação modernos alargam a compreensão do homem sobre estilos de vida que não tenham experimentado directamente. Os jornais e a rádio permitem que se possa imaginar o que é ser um governante ou uma estrela de cinema.» Numa publicação distribuída pela «Voz da América» entre as «elites modernizadas» das Filipinas da década de 60, Pool aconselhava aos países do Terceiro Mundo a adopção de um sistema de «patrocínio comercial» dos meios de comunicação, já que «a publicidade facilita a distribuição de bens, amplia o mercado e consciencializa as pessoas sobre possibilidades que não conheceriam de outra maneira».

Nesse mesmo período, enquanto a Fundação Ford contribuía para a criação duma rede de televisão educativa na Universidade Ateneo, de Manila, então dirigida por jesuitas norte-americanos, a AID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) financiava o Centro de Produção de Meios Nacionais do governo filipino. Ambos os projectos foram mais tarde reestruturados, tendo como objectivo a criação de uma imagem favorável do regime, sob a lei marcial. A AID instalou, ainda, o sistema nacional de alerta telefónico do presidente Marcos, que lhe permite coordenar pessoalmente, e a cada passo, a evolução de qualquer golpe de estado ou conspiração.

Os tecnocratas do regime são ac-



---

«A teoria da  
comunicação para o  
desenvolvimento  
serve para  
justificar o  
controlo  
centralizado dos  
*mass média*»

---

tivos defensores da teoria da «comunicação para o desenvolvimento», justificando assim o controlo centralizado dos *mass media*. Francisco Tatad, presidente do Conselho de Meios de Comunicação, explicou a necessidade da censura argumentando, em 1973, que «o papel dos meios de comunicação é inculcar nos cidadãos os valores e as atitudes que a transformação da sociedade requer». Na opinião de

Glória Feliciano, decana do Instituto de Comunicação de Massas na Universidade das Filipinas, «essa comunicação é a forma acessível, rápida e barata para incorporar as massas na corrente do desenvolvimento sócio-económico».

---

**Livre empresa**

---

O plano governamental para o decénio de 1978-1987 previa um investimento público de 650 milhões de dólares no desenvolvimento das telecomunicações filipinas. Os novos «serviços de transmissão» entre os centros regionais, provinciais e municipais tomar-se-iam um «estímulo para um desenvolvimento sócio-económico integrado, especialmente a nível regional».

Todavia, os fracassos na prospecção petrolífera, o rápido aumento na procura de energia, a alta taxa de inflação e uma drástica redução das reservas em moeda estrangeira obrigaram o governo de Marcos a praticamente eliminar o investimento público nas telecomunicações, relegando-as para o sector privado. Este dirigiu os seus capitais exclusi-

vamente para os «polos de desenvolvimento», investindo, somente, no distrito empresarial de Manila e nos enclaves de processamento industrial para a exportação. Consultado sobre o assunto, um planificador frustrado do departamento estatal de telecomunicações (Butel), admitiu que o governo havia capitulado ante os interesses privados, mas não por causa das limitações orçamentais: «A livre empresa é a política governamental nas telecomunicações», explicou.

A designação de José Dans como titular do Ministério dos Transportes e Comunicações, criado em 1979, é um reflexo claro de tal política, dado que Dans é um jovem executivo que fez carreira como presidente das transnacionais japonesas nas Filipinas, gozando do apoio de Imela Marcos, esposa do presidente e principal mobilizadora da sua estrutura política. O derrotado candidato ao cargo era Caferino Carreon, director da Butel, da Comissão Nacional de Telecomunicações (NTC) e general reformado que comandou o Grupo de Acção Cívica Filipina no Vietname. O contraste entre Dans e Carreon está demonstrado na sofisticada sede do Ministério, no luxuoso distrito de San Juan, e nas obsoletas instalações burocráticas da Butel, uma clara diferença entre uma ditadura ao velho estilo e o modelo imposto pelas transnacionais.

### Testa-de-ferro

As corporações estrangeiras e os tecnocratas locais sabem muito bem que nas Filipinas as finanças privadas estão nas mãos do presidente Marcos, da família da sua esposa e dos seus colaboradores políticos mais próximos. As maiores empresas de manufacturados, comércio, bancos e finanças, imóveis, energia, comunicações e outros sectores pertencem a «testas-de-ferro» de Mar-

## «Nas Filipinas, a comunicação é um dos sectores de maior concentração da propriedade»

cos ou ao seu grupo de amigos pessoais (algo assim como a Nicarágua de Somoza), segundo demonstraram certas pesquisas.

As comunicações são precisamente uma das áreas de maior concentração de propriedade.

Após ter sido decretada a lei marcial, o presidente empregou os seus poderes autocráticos para concentrar a imprensa em quatro grandes empórios: a cadeia *Express*, da qual Marcos é proprietário através de Roberto S. Benedicto; as publicações *Bulletin*, que pertencem a Hans Menzi, antigo assistente militar de Marcos; a cadeia do *Times Journal*, da família de Imelda Marcos; e os jornais *Focus* e *Evening Post-Orient Express*, sob a direcção de Juan e Kerina Tuvera, assistente de Marcos e biógrafa oficial de Imelda, respectivamente. Outros jornais importantes são o *Weekly Examiner*, propriedade de Leon O. Ty, designado por Marcos para dirigir o Banco de Desenvolvimento das Filipinas, e o *United Daily News*, de Ralph Nubla, organizador do partido do governo na influente comunidade chinesa de Manila.

A rádio e a televisão cresceram rapidamente sob a lei marcial. O Banco Nacional das Filipinas, do qual Benedicto foi presidente, pro-

porcionou créditos que permitiram ao grupo do próprio Benedicto alargar a sua *Radio Philippines Network* (RPN) às doze regiões do país. Actualmente, a RPN supervisiona as estações de rádio mais estratégicas do país e quatro das cinco cadeias de televisão. A quinta opera sob a direcção de um antigo ajudante de Marcos, Gualberto Duavit.

Além disso, a RPN controla a indústria de aparelhos de televisão (empresa conjunta de Benedicto e de transnacionais japonesas) desde que, em 1978, Marcos isentou a *Nivico* do pagamento de impostos. Os outros grandes fabricantes de televisores foram excluídos destes benefícios e portanto da concorrência do mercado. O domínio dos meios de comunicação de massas é, porém, apenas uma parte do império que o ditador possui neste sector.

Como testa-de-ferro de Marcos, Benedicto é presidente da *Eastern Telecommunications Philippines Inc.* (ETPI). É director da *Domestic Satellite Philippines* (Domsat), empresa que controla as onze estações terrestres que, nas Filipinas, estão interligadas pelo satélite de comunicações indonésio «Palapa». É ainda director da *Philcomsat*, representante, no país, do comércio internacional de telecomunicações por satélite *Intelsat*, que presta serviços à empresa filipina de telefone a longa distância (PLDT) e para as bases militares norte-americanas.

Os vínculos de Benedicto a Marcos são antigos: ambos estudaram Direito na Universidade das Filipinas. Benedicto foi imediatamente investido como tesoureiro das finanças do partido de Marcos e sócio do presidente em negócios bancários, empresas mineiras, indústrias químicas, plantações de açúcar e côcos, assim como nas empresas de comunicação expropriadas aos seus rivais políticos em 1972. Uma vez declarada a lei marcial, foi designado presidente da Comissão do Açúcar e tesoureiro do partido si-



**TAAAG**

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA  
★  
ANGOLA AIRLINES

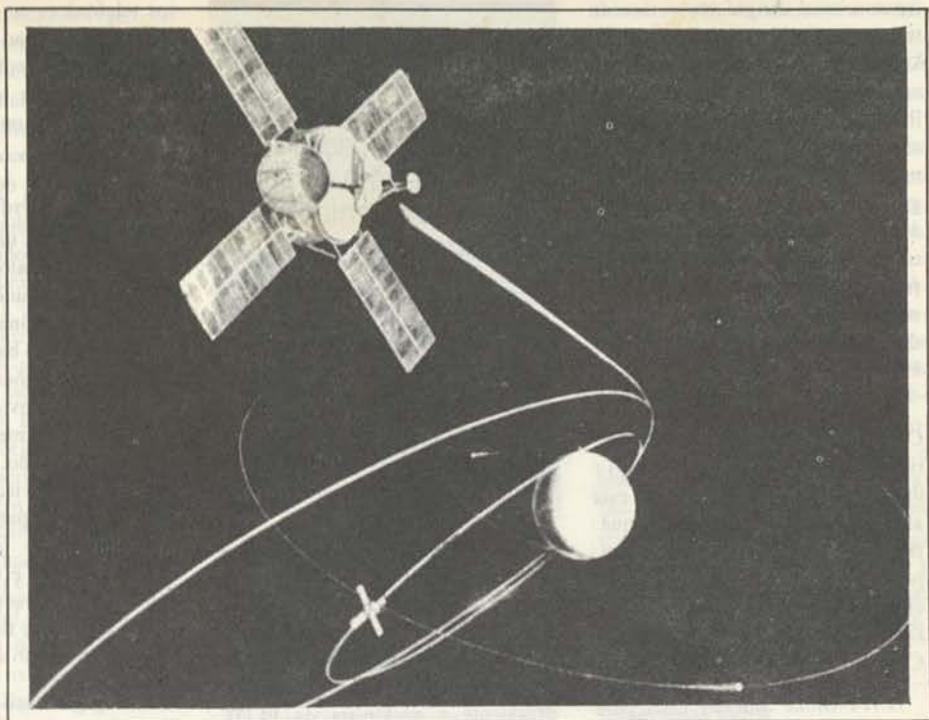


**nosso petróleo  
onde  
é necessário...**

Sociedade Nacional  
de Combustível de Angola

**ONANGOL**

rua duarte pacheco pereira, 8  
c.p. 1316 · Luanda  
telex 3148 3260



tuacionista *Kilusang Bagong Lipunan* (Movimento Nova Sociedade). Como explicou certa vez Primitivo Mijares, antigo assessor de Marcos, actualmente no exílio, «o que pertence a Benedicto pertence a Marcos».

#### Feliz aniversário

Paralelamente à lei marcial, foi promulgada uma reforma constitucional que exigia uma participação filipina de, pelo menos, 60% nas empresas de comunicações. O gigante britânico das telecomunicações internacionais «*Cable & Wireless*» dirigiu-se a Benedicto para formar a ETPI como *join-venture*. Um executivo britânico da «nova» empresa (na realidade apenas uma troca de nome da antiga filial filipina da C & W) disse-nos, sem qualquer constrangimento, que a eleição do sócio devia-se a «conveniências políticas». Com a mesma sinceridade, um folheto de propaganda da

ETPI explica que «óptimas estruturas de comunicação... servem para atrair investimentos transnacionais nas Filipinas».

Concessões especiais do presidente, como a isenção de impostos sobre importações e direitos exclusivos para operar na zona franca de Bataan, permitiram àquela corporação britânica ligar estreitamente as Filipinas a Hong Kong e a outros enclaves de exportação no sudeste asiático. A ligação telegráfica entre os países da ASEAN (Filipinas, Malásia, Indonésia, Singapura e Tailândia) foi inaugurada em 1977, com a presença de altos funcionários filipinos, num dia «muito importante» para o país: 11 de Setembro, aniversário de Marcos.

Outro «dia histórico» — o 21 de Setembro, aniversário da lei marcial — foi escolhido para inauguração das comunicações por satélite entre as ilhas do arquipélago filipino através da Domsat. O sistema estava

concebido, principalmente, para retransmitir sinais de televisão, mas o elevado custo do aluguer do satélite, e outras dificuldades, adiaram o início das transmissões para Janeiro de 1980... altura em que foi utilizado para divulgar a campanha do partido do presidente para as eleições provinciais e municipais desse mês.

Além de possuir 40 por cento das acções da ETPI, a C&W tem interesses na *Oceanic Wireless*, empresa de comunicações telegráficas nacionais e internacionais que importa equipamentos de telecomunicações.

O império internacional da C&W inclui 70 sucursais em todo o mundo, uma frota de seis navios extensores de cabos telegráficos e uma escola de engenharia na Grã-Bretanha. A C&W é proprietária dos sistemas telefónicos de 13 países, controla 856 circuitos de satélites e tem estações rastreadoras em Hong Kong, Tonga, Ilhas Salomão, Banjun, Belize e Bermudas. A

transnacional dirigiu um centro de treino para a Guarda Nacional da Arábia Saudita, para quem vendeu equipamento no valor de 300 milhões de libras esterlinas; tendo ainda interesses nas comunicações telegráficas na Índia e no cabo telegráfico que ligará os principados árabes do Golfo entre si. Tendo firmado, ainda, em 1980, um acordo para a instalação de um sistema de micro-ondas e outros equipamentos de telecomunicações na República Popular da China.

Os principais competidores da C&W nas Filipinas são as subsidiárias locais da ITT (*Globe Mackay*) e da RCA (*Philcom*). A primeira está aliada à família Ayala-Zobels, que, por sua vez, tem *joint-ventures* com, pelo menos, 60 transnacionais, entre elas a *Mitsubishi*, a *Royal Dutch Shell*, o Banco *Morgan*, o *Citybank* e a *Wells Fargo*.

A *ITT-Globe Mackay* conseguiu contratos fabulosos nas Filipinas, onde opera com o sistema telefónico da zona livre de Bataan, os circuitos electrónicos de telefones da Assembleia Nacional, do centro internacional de conferências e de oito importantes hotéis, além das comunicações internas da Marinha filipina, do Banco Nacional (governamental) e do Banco das Ilhas Filipinas (controlado pelos Ayala). Estão ainda sob o seu controlo o sistema telefónico de Olongapo City (onde se encontra a base naval norte-americana de Subic Bay) e da central nuclear de Bataan, construída pela *Westinghouse*.

A *RCA-Philcom*, por seu lado, controla uma rede telegráfica semelhante à da *Globe Mackay* e goza da exclusividade do tráfico telefónico internacional para o Japão, Austrália, Coreia do Sul, Guam e Tailândia. O seu presidente é o antigo embaixador filipino nos Estados Unidos, Ernesto Lagdameo, mas os seus principais accionistas são os ministros do Interior, Juan Ponce

---

## «Óptimas estruturas de comunicação... servem para atrair investimentos transnacionais».

---

Enrile, e da Energia, Gerónimo Velasco.

### O contrato alemão

O personagem-chave nas comunicações telefónicas filipinas é Ramón Cojuangco, cuja família pertence ao círculo estreito dos íntimos de Ferdinando Marcos. Cojuangco é presidente e accionista da PLDT (sistema telefónico a longa distância) e da Domsat. Apesar de competirem com outros 67 concorrentes menores, as empresas por ele controladas asseguram 85 por cento dos serviços telefónicos das Filipinas. A PLDT foi a terceira empresa com maiores lucros no país, em 1975, e a de maior crescimento em 1979, graças, sobretudo, ao seu monopólio sobre as chamadas internacionais para os Estados Unidos e Canadá.

Não obstante ser membro de conselhos de administração de várias filiais locais de transnacionais japonesas e norte-americanas, entre elas a RCA e a ITT, os vínculos principais de Cojuangco têm sido com a GTE, que foi proprietária da PLDT entre 1956 e 1967.

Em 1976, uma agência do governo norte-americano revelou que esta transnacional tinha realizado «pagamentos ilegais» (subornos) em 27 países. Entre eles, figurava um suborno de 4,5 milhões de dólares em troca de despedimentos sem justa causa e a venda de equipamen-

tos telefónicos no valor de 20 milhões de dólares ao governo filipino. Como consequência do escândalo, a PLDT começou a procurar novos sócios transnacionais, e, em 1977, fechou contrato com a *Siemens* alemã no valor de 56 milhões de dólares. Em 1979, a *Siemens* e a PLDT firmaram um novo contrato, desta vez pelo valor de 544 milhões de dólares. Segundo os executivos da empresa filipina, a transnacional alemã-ocidental havia oferecido as melhores condições financeiras para a compra de novos equipamentos: um vice-presidente da GTE viria a insinuar, contudo, que um factor chave das negociações tinha sido o controlo por parte do governo norte-americano das «comissões ilegais». Como é sabido, os europeus e os japoneses não são tão exigentes sobre este tipo de prática das suas empresas no exterior.

Este gigantesco acordo com a *Siemens* representa o fim do virtual monopólio norte-americano naquele sector estratégico da economia filipina.

Ainda que o contrato tenha constituído um excelente negócio para os alemães, nenhum país do Terceiro Mundo é, por si só, tão fundamental para uma grande transnacional de telecomunicações como a *Siemens*.

Com investimentos em 129 países, a *Siemens* é a décima oitava empresa industrial do mundo em volume de vendas. Além de telefones e teletipos, aquela transnacional fabrica ainda instrumentos de precisão, cabos eléctricos, lâmpadas, sistemas de sinalização para os caminhos-de-ferro, aparelhos electrónicos, equipamentos médicos e odontológicos, instrumentos electrónicos para tanques, navios de guerra, aviões, helicópteros e mísseis. Uma sucursal da *Siemens* vende aspiradores, outra constrói reactores nucleares. A empresa emprega 319 mil trabalhadores na Europa, competindo com a ITT pelo

título de maior conglomerado do mundo. É a primeira empresa alemã em vendas, lucros, número de empregados, capital, assim como a que recebe maiores subsídios por parte do governo de Bona.

Ainda que os Estados Unidos continuem a dominar a electrónica mundial, possuindo mais de metade da indústria europeia de semicondutores e entre 80 a 90 por cento das patentes tecnológicas do sector, a *Siemens* expande-se mais rapidamente que as suas concorrentes norte-americanas. Em 1978, 25 por cento das suas receitas provieram de produtos fabricados na Alemanha Federal e vendidos no exterior e 50 por cento das vendas das suas filiais espalhadas pelo mundo. A *Siemens* possui 55 fábricas fora da Alemanha Federal e tem acções em outras 26. Fora da Europa e dos Estados Unidos, os seus maiores investimentos localizam-se no Brasil e na África do Sul, onde colabora no projecto *Advocaat-Silvermine*, de fabricação de armamentos para o regime do *apartheid*.

A introdução de inovações tecnológicas no sector das telecomunicações nas Filipinas não se deve apenas à formação «desenvolvimentista» dos tecnocratas, mas, igualmente, a uma decisão consciente em remodelar o país ao gosto das transnacionais. O próprio Ferdinando Marcos defendeu esta orientação como forma de se «alcançar o progresso material dentro do contexto da economia mundial, orientada e condicionada pela revolução nas telecomunicações que criou a «aldeia global» descrita por McLuhan».

#### Satélite e publicidade

Só tem, porém, acesso a esta tecnologia quem a pode pagar. Assim, ainda que a explicação original para a instalação de um satélite de comunicações nas Filipinas fosse a de que este teria funções educativas, a



O presidente Ferdinando Marcos, um Estado dentro do Estado

verdade é que, dois anos após o seu funcionamento, ele ainda não foi utilizado no sector do ensino e a única experiência de educação através de ondas electromagnéticas que se conhece é uma modesta estação de rádio financiada pelo Banco Mundial.

Em 1980, os dois clientes importantes da Domsat eram a empresa telefónica PLDT e a cadeia de televisão RPN. Os principais clientes da PLDT são, por seu turno, os bancos internacionais e o complexo industrial *San Miguel* (com 25 por cento de capital estrangeiro).

No que respeita à televisão, os dez principais anunciantes são: a *Unilever*, a *Proctor & Gamble*, a *Colgate-Palmolive*, a *Consolidated Foods*, a *Nestlé*, a *San Miguel*, a *Pepsi*, a *Radiowealth*, a *Johnson and Johnson* e o Banco Filipino. Este, aliás, o único 100 por cento nacional.

Das 573 horas semanais de programação da TV, 58 por cento são preenchidas por programas estrangeiros, predominantemente norte-americanos, e geralmente exibidos nos períodos de maior audiência. Quatro das cinco cadeias de televisão são totalmente comerciais e a

quinta (uma emissora semi-governamental de Manila, com reduzido alcance) tem o seu horário vespertino controlado por emissões comerciais da RPN.

A rádio e a televisão, tal como os outros meios de comunicação, tem uma incumbência ideológica: remodelar as consciências políticas, promover valores consumistas e constituírem uma verdadeira válvula de escape para as tensões acumuladas através da alienação e da fantasia. O propósito dos noticiários da televisão «é difundir notícias objectivas sobre os esforços do governo para enfrentar os perigos e ameaças que motivaram a decretação da lei marcial, bem como os seus esforços para atingir uma nova sociedade» (sic), segundo reza a ordem n.º 1 do Departamento (actual Ministério) da Informação Pública, de 25 de Setembro de 1972.

#### Telegramas caros e comunicação de orelha a orelha

A situação é semelhante no que se refere às comunicações telegráficas e telex. O centro governamental de teletipos da Butel foi queimado num incêndio, em 1976, e não voltou a ser reconstruído, deixando todo o sector nas mãos de subsidiárias de empresas transnacionais, cujos principais clientes são os bancos internacionais, as instalações militares norte-americanas e as indústrias transnacionais. O chamado «utente comum» (rubrica que inclui as pequenas empresas) permanece isolado dos seus parentes ou associados nos Estados Unidos ou Canadá (onde existem importantes comunidades de origem filipina) ou com o meio rural. O telex substitui em grande parte o correio e o telégrafo nas operações comerciais, deixando estes dois meios de comunicação popular a cargo de repartições públicas escandalosamente ineficientes.

As tarifas contribuem também

para discriminar o utente comum. A transmissão de uma palavra por telex custa um centavo de dólar às transnacionais, que dispõem para isso de terminais altamente sofisticados. Um assalariado filipino médio, porém, gasta um dia de ordenado para enviar um telegrama de 25 palavras à sua família na província. Se a mesma mensagem for enviada para a Califórnia então ele terá que despendar uma semana de trabalho.

A frequente interrupção dos serviços telegráficos, cujos equipamentos não são renovados há quinze anos, levou a que o povo recorresse a sistemas artesanais de correio para comunicar. Enquanto se prevê a instalação nas Filipinas de centrais de transmissão ultramodernas, controladas por computadores, que num prazo de dez anos tornarão obsoletos os actuais teletipos mais avançados, no campo, são ainda os motoristas das carreiras interestaduais que servem de «veículo» de transmissão entre o povo, levando e trazendo bilhetes ou mensagens orais de povoado em povoado.

### Uma mensagem de submissão

O controlo da economia pelas corporações transnacionais depende, em grande medida, da sua capacidade de comunicação instantânea entre as suas sedes centrais e as filiais mais remotas. A moderna tecnologia de comunicações foi projectada e desenvolvida para servir um sistema mundial integrado, para o qual não contam as distâncias, as fronteiras ou as diferenças culturais.

A difusão de comunicações por computador facilita a penetração das transnacionais, aprofundando os laços coloniais históricos entre o centro e a periferia e realizando uma divisão internacional do trabalho por elas controlado.

«A rádio e a televisão têm uma incumbência ideológica: remodelar as consciências políticas, promover valores consumistas e ser uma válvula de escape para as tensões»

O alto grau de concentração da informação e das comunicações nas Filipinas dá-se em paralelo com a monopolização dos demais sectores da economia. Sendo um dos (sub)centros capitalistas mais importantes da Ásia, as Filipinas servem de base ao investimento estrangeiro — principalmente norte-americano e japonês — que contam com estímulos fiscais e um serviço de comunicações de confiança por cabo e satélite. Estrutura esta que, ao mesmo tempo, presta serviços às bases norte-americanas e aos militares filipinos. Estes possuem, aliás, desde há um certo tempo, a sua própria rede de comunicações — instalada pelos Estados Unidos — e planeiam agora ampliar as ligações com o satélite indonésio *Palapa*, a fim de serem coordenados os serviços de uma central comum de contra-insurreição a todo o sudeste asiático.

O modelo de «comunicação para o desenvolvimento» que os tecnocratas filipinos formados nos Esta-

dos Unidos defendem como criação original, não é, senão, a continuação lógica da ideologia «modernizadora» dos anos 50 e 60, que preparou os caminhos para a dominação comercial da imprensa escrita e dos meios audiovisuais.

A família Marcos, por seu lado, bem como os seus apaniguados, beneficiam da moderna tecnologia de comunicações para impôr imagens favoráveis de si próprios. E, como forma de se precaverem das críticas, os meios de comunicação estão expressamente proibidos de difundir temas que «visem abalar a confiança do povo no governo». Os interesses estrangeiros, de que Marcos é incansável defensor, tão pouco podem ser criticados já que o governo proíbe notícias que «desonrem ou ataquem qualquer país com o qual as Filipinas mantenha relações de amizade».

Enquanto que a tecnologia de informação e comunicação electrónica serve o sector exportador controlado pelas transnacionais e outras empresas de capital estrangeiro (bancos, companhias de navegação, linhas aéreas, hotéis), os cidadãos filipinos têm cada vez menos autonomia para decidir sobre as suas necessidades pessoais. O trabalhador não só é privado das possibilidades de comunicar com os seus familiares distantes, como é submetido continuamente a uma doutrinação ideológica, conduzida por forças invisíveis, que disfarçam num pseudodivertimento uma imagem de submissão.

Nenhuma outra tecnologia penetrou tão profunda e imperceptivelmente na consciência humana como a «comunicação de massas». A ideologia do «desenvolvimento» oculta a «receita» da perda da soberania nacional, da participação, da capacidade de desenvolvimento de uma tecnologia própria e de poder de decisão individual. Significa, em resumo, a perda do orgulho e da dignidade. □

## «Em Angola, vivem-se os livros que se não-de, um dia, escrever...»

*«Quando se tem um país para reconstruir, quando há que sangrar e cravar os pés na terra para a defender da agressão do apartheid, fazer literatura não será subsidiário?», pergunta Luandino Vieira, um dos mais importantes autores angolanos*

Carlos Pinto Santos



UM dos mais importantes autores angolanos, e sem dúvida o mais lido no estrangeiro, deixou de escrever desde que saiu do campo prisional do Tarrafal, em 1972. Nestes nove anos, todos os títulos que de Luandino Vieira surgem nas livrarias são reedições ou textos inéditos produzidos ao longo dos onze anos que passou nas cadeias da Pide. «Sou muito preguiçoso, levo muito tempo a digerir a realidade. Não posso escrever sobre o que se passou ontem».

A estas razões, que o escritor diz fazerem parte integrante da sua maneira de ser, há que juntar (após os primeiros anos de liberdade que aproveitou para «retomar fôlego») as tarefas políticas que lhe foram confiadas com o nascimento da República Popular de Angola. Exerceu

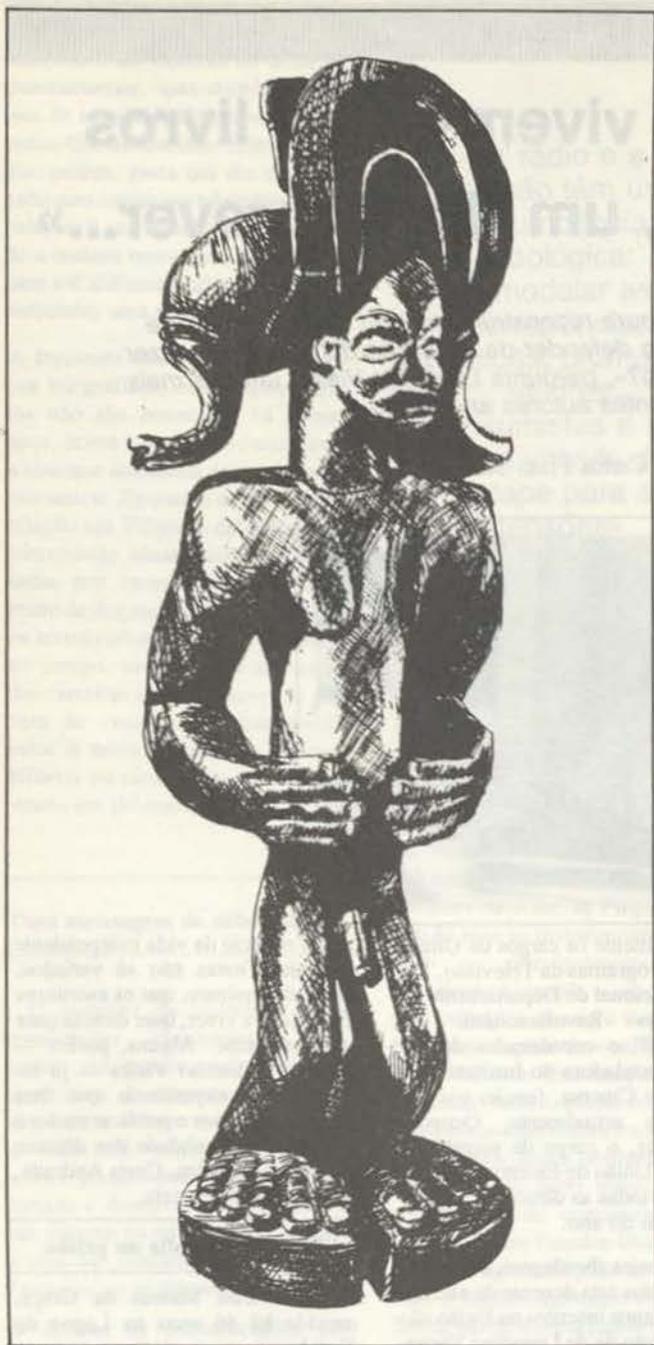
sucessivamente os cargos de Director dos Programas da Televisão, Director Nacional do Departamento de Orientação Revolucionária do MPLA-PT, e coordenador da comissão instaladora do Instituto Angolano de Cinema, função que desempenha actualmente. Ocupou, igualmente, o cargo de secretário-geral da União de Escritores Angolanos em todas as direcções eleitas, até ao fim do ano.

A primeira abordagem, a situação editorial das seis dezenas de escritores angolanos inscritos na União não difere muito da de Luandino Vieira. «Os escritores angolanos estão hoje a viver os livros que se não-de escrever». Mas seis anos de independência não fornecem já suficiente experiência vivida, digna de ser fixada em texto? «Os temas existem já

desde o início da vida independente do país. Temas não só variados, como riquíssimos, que os escritores têm estado a viver, quer directa quer indirectamente. Alguns, porém — ressalva Luandino Vieira — já sedimentaram experiência que lhes permitiu escrever e publicar títulos a incidirem na realidade dos últimos seis anos: Dundem, Costa Andrade, Manuel Rui, Pepetela.

### Uma bibliografia na prisão

José Vieira Mateus da Graça, nascido há 46 anos na Lagoa do Furadouro, na província portuguesa do Ribatejo, foi para Angola tinha um ano de idade. Nos bairros luan-denses cresceu, aprendeu a ler, começou a escrever como cidadão angolano. À sua cidade foi buscar o seu nome literário.



Participante em todas as actividades culturais que a partir da década de 50 serviram de veículo dinamizador à consciência nacionalista («na prática cultural, desde o início, tínhamos deliberadamente intenções

políticas») Luandino Vieira não escapou à repressão colonialista. Em 1959, a Pide prendeu-o por alguns meses. Dois anos depois, a onda de prisões que se seguiu ao 4 de Fevereiro de 1961 levou-o de novo ao

cárcere. Acusado de ser membro efectivo do MPLA, foi condenado a 14 anos de prisão. Cumpriu onze, oito deles passados no campo de prisioneiros do Tarrafal, em Cabo Verde. «O Tarrafal foi para nós (nacionalistas africanos) um campo diferente daquele que os anti-fascistas portugueses conheciam. Conosco tratava-se de destruir a personalidade nacional. Sendo, nos últimos tempos, mais no domínio do psicológico do que no físico.»

Em 1965, a Sociedade Portuguesa de Escritores atribuiu o Grande Prémio de Novelística a Luandino Vieira pelo livro de contos («estórias» chama-lhe o autor) «Luuanda», publicado no ano anterior na capital angolana e já premiado. Esta distinção a um «terrorista» que não deixava de o ser por muito branco que fosse, e que o regime tão severamente condenara, foi considerado pelo governo fascista como um acto deliberado de traição à pátria, um punhal nas costas dos soldados portugueses que matavam e morriam na guerra colonial. Durante a encenação montada para o efeito, a Sociedade Portuguesa de Escritores é assaltada, saqueada e extinta. Salvo algumas excepções que na história não merecem registo, os escritores e intelectuais portugueses manifestaram em todo o processo uma atitude digna e solidária. (*«Havia o perigo da repressão, havia o perigo da prisão, havia o perigo da perseguição, mas todos entenderam que acima da sua comodidade individual havia que estar com Luandino Vieira. Primeiro porque a qualidade da sua obra o impunha, e depois porque lhe era devida a solidariedade política. Os intelectuais portugueses colocaram-se assim ao lado dos intelectuais angolanos, num momento particularmente difícil para ambos. Irmanaram-se na luta — e esta seria a conclusão a tirar»*, Manuel Ferreira em «Luuanda/Sociedade Portuguesa de Escritores — um caso de agressão ideológica»).

Durante os onze anos de prisioneiro, Luandino desenvolveu intensa actividade literária. De «Luuanda», escrito numa cadeia de

Luanda a «Lourentinho Dona Sousa Neto e Eu», saído recentemente, a bibliografia de Luandino Vieira formou-se na prisão: «Vidas Novas», «Velhas Estórias», «No antigamente, na Vida», «Nós, os do Makulusu», «Macandumba», «João Vêncio: os Seus Amores».

«Laurentinho é um fecho de tudo o que escrevi no Tarrafal. Foi escrito em dois ou três meses, antes de sair para ser colocado em Lisboa, em liberdade vigiada, no exílio. Praticamente é a última coisa que escrevi. Parece-me que agora para voltar a escrever haverá um corte em relação a esta escrita. Em relação a todo o meu trabalho literário não penso que seja um trabalho fundamental, mas é-o em termos de linguística, o terminus de um processo de inspiração, de recriação, de trabalho sobre a língua de um ponto de vista de absorção dos elementos de uma linguagem cultural, de recriação cultural desses elementos.»

### Brigada Jovem

Quando se tem um país para reconstruir, quando há que sangrar e cravar os pés na terra para a defender da agressão do *apartheid*, fazer literatura não será subsidiário? «Para os escritores angolanos, portanto produtos da literatura angolana, 'angolana' vem antes de 'literatura'. Sabemos muito bem que temos de construir primeiro uma nação para depois fazermos a literatura. Mas se a considerarmos como um dos meios de construir essa nação, então faremos isso simultaneamente, sempre que há possibilidade de tempo e espaço psicológico para criar imediatamente essa literatura.»

Mas se a dificuldade de encontrar esse «tempo e espaço psicológico» tem impedido os «velhos» (em que Luandino, cúmplice irónico, se inclui) de exibir bibliografia farta de tempo presente — as tarefas no aparelho de Estado ou no Partido não permitiram a consumação do projecto de Agostinho Neto que reduzia a quatro ou cinco dias a semana de trabalho de «tipo imediato» dos escritores, libertando-os nos restantes para inteira criação literária — uma

nova literatura fermenta, organiza-se na juventude de Angola.

A brigada jovem de literatura — falada com entusiasmo em todas as conversas de Luandino Vieira que toquem projectos culturais do seu país — agrega em Luanda (mais brigadas estão a formar-se noutras cidades angolanas) cerca de quarenta estudantes, trabalhadores, membros da FAPLA. Constituída por determinação dos próprios jovens, que fizeram um acto de proclamação, um regulamento, e abriram uma pequena sede na universidade, a brigada de literatura publica cadernos, um boletim («Aparição») onde se imprimem os originais dos seus membros, vai sair com um pequeno jornal, *A Paliçada*, que é um título dum pequeno poema de Agostinho Neto, e organiza debates.

Luandino recorda uma dessas sessões com Pepetela em torno de «Mayombe»: «uma tarde memorável, onde os jovens deram mostras de uma extrema vivacidade e compreensão da ligação dos fenómenos literários aos políticos e sociais. O

entusiasmo demonstrado nesse encontro tranquilizou-me. Nós, os «velhos», já temos a quem passar o testemunho. A brigada é a grande reserva de optimismo da literatura angolana.»

### A União dos Escritores

Fundada em 10 de Dezembro de 1975 por uma vintena de autores, a União dos Escritores iniciou desde logo a actividade editorial para suprir a total inexistência de editoras: «Os escritores angolanos tinham muitos originais, era necessário publicar. A literatura angolana era conhecida um pouco mitologicamente, falava-se de uns livros, de uns poetas, mas nunca tinha sido feita uma publicação sistemática. A União encarregou-se disso.»

De mil e tal exemplares saídos no primeiro ano, atingiu-se meio milhão em 1979, representando cerca de quarenta títulos de vinte escritores. «Foi o ano máximo. Depois disso a actividade tem cristalizado e



LUANDINO VIEIRA

## A VIDA VERDADEIRA DE DOMINGOS XAVIER



UNIÃO DOS ESCRITORES ANGOLANOS

esses índices, que já representam um avanço muito grande, não devem ser ultrapassados brevemente. As condições para superar esses números necessitam ainda de ser criadas, o que não é possível agora com a invasão sul-africana. A desestabilização que esta tem provocado no país ressentem-se também em toda a actividade cultural e, consequentemente, editorial. Muitos dos recursos disponíveis têm sido canalizados para a defesa e segurança do país, e não podem ser mais generosamente distribuídos à cultura e a outras actividades».

Qualquer título publicado pela União é tirado a cinco mil exemplares, seja prosa ou poesia. Sempre que uma edição tem sucesso, esta é passada a edição de bolso que pode atingir 20 mil exemplares. «A União não tem praticamente lucro com os livros que edita. É espantoso como alguns livros se esgotam num país com uma tão grande herança de analfabetismo. Por exemplo, *Mayombe* esgotou-se em 3 semanas».

### Negritude e Angolanidade

É conhecida a importância política que, em toda a acção cultural, a literatura teve nos dois decénios que precederam a independência angolana. Primeiro nos anos cinquenta, como meio de sensibilizar e doutrinar, mais tarde revestindo formas evidentes de actividade nacionalista.

Nesse sentido, que impacto provocaram ou provocam num escritor angolano as teses da «negritude» que tiveram, entre outros, Senghor como teórico?

«Entre nós essas teses foram um assunto muito pacífico. Sabemos que houve reacções muito contraditórias à questão da negritude, que é um movimento muito antigo. Em toda a África, hoje, se não está ultrapassado, foi pelo menos colocado no seu devido lugar. Teve uma função extremamente positiva na redescoberta da identidade cultural africana e nas propostas estéticas

que apresentou, como aliás toda a poesia de Senghor, apesar de ter sido bastante contestado por escritores que utilizaram a língua inglesa, sobretudo na Nigéria. Em Angola, a influência da «negritude» foi mitigada e deu-se mais por razões de afirmação política do que propriamente por razões de natureza literária. Movimentos como «Vamos descobrir Angola» e «Os novos intelectuais de Angola» eram já muito maduros em termos nacionais. A componente continental da literatura africana tinha o seu lugar dialéctico dentro do nosso conceito de literatura nacional angolana; digamos que a negritude tomou imediatamente a forma de angolanidade e, portanto, os efeitos negativos ou apontados como tal nas teorias de Senghor não tiveram praticamente efeito entre nós. Porque isso poderia ter dado lugar a uma autenticidade muito duvidosa do ponto de vista sociológico e político.»

«Esta é a poesia do desenraizamento. Os seus mais altos representantes são os poetas que se exprimem em francês. Esta poesia não chegava aos povos africanos, que são o repositório das nossas culturas. Poesia pensada nos gabinetes de estudo apenas tinha longínquas ligações com os verdadeiros problemas da realidade social. Encarava-se o geral sem entender o particular». Agostinho Neto in «Mensagem», Lisboa, 1960.

### Teatro e cinema em Angola

«O teatro de textos — diz Luandino — é incipiente. Os autores angolanos são um bocado avessos a escrever teatro, não há experiência nem tradição. O povo, porém, mantém uma grande riqueza histriónica, dir-se-ia que está constantemente a representar aquilo que vive, pelo que existem muito boas possibilidades para o teatro.»

A escola de teatro foi dada prioridade na formação de monitores teatrais que actuam nos bairros, escolas e fábricas onde já existem grupos amadores levando à cena pequenas peças escritas por eles próprios.

Nessas representações são sobretudo criticados os aspectos da vida quotidiana: o preguiçoso, aquele que desvia matéria prima da fábrica para trabalho próprio, o burocrata ou o corrupto. É deste modo desempenhada uma importante função crítico-pedagógica.

«O cinema é uma questão muito séria» diz Luandino, director do Instituto Angolano de Cinema. «Angola nunca tinha feito cinema e criar uma cinematografia nacional é uma decisão e uma tarefa a cumprir até ao fim deste quinquénio de 1985. Estão a ser instaladas as estruturas que permitirão a passagem do cinema artesanal ao industrial».

Desde 1975 que jovens angolanos têm estado a ser formados como operadores de som, imagem, assistentes de realização. Começaram na televisão passando depois para o Instituto de Cinema, que entretanto se criou. A produção tem-se limitado a documentários e a um jornal filmado realizado duas vezes por mês, que é exibido em quase todo o país onde a televisão não chega. Esta cobre, actualmente, a zona de Luanda, Benguela e muito recentemente a cidade de Huambo.

A primeira longa metragem de ficção foi feita em 1977, «Faz lá coragem camarada»; é uma recriação diante da câmara da libertação de Benguela por um grupo de combatentes que nela tinham participado. «Aí ficou demonstrado que ainda não tínhamos fôlego (apesar da experiência ter sido muito boa) para iniciar o cinema de ficção. O realizador teve de fazer tudo, desempenhar as mais diferentes tarefas. Necessitamos criar primeiro uma estrutura inicial e um pouco de produção, para depois realizarmos filmes que mereça a pena ver».

Em 1982 deverá começar uma longa metragem de ficção em co-produção com o Instituto Português de Cinema baseado no romance de Castro Seromenho «Terra Morta», para o qual foi convidado o realizador português Luís Filipe Rocha. Com outros países de língua portuguesa estão em vigor acordos de intercâmbio de filmes e foi concluída uma co-produção com Mo-



çambique sobre o processo de independência do Zimbabwe, apresentado em Novembro no Festival de Leipzig, na República Democrática Alemã.

De um conto de Luandino Vieira («A vida verdadeira de Domingos Xavier») foi tirado o argumento para «Zambizanga», de Sarah Maldoror, que é hoje um marco do cinema africano. Esse filme correu o mundo como um grito de denúncia da repressão colonial e levou a que muita gente comesse a saber que o povo angolano existia, lutava e morria pela sua liberdade. E agora Luandino, algum projecto específico para algum filme?

«De um modo geral trabalho com todos os realizadores na fase de discussão da ideia, da apreciação do guião e depois quando o filme entra na montagem. Mas é uma actividade puramente informal. Não faz parte das minhas prerrogativas meter-me na realização dos filmes, isso é tarefa dos realizadores de cinema. Bom, tenho uns guiões, umas histórias que é muito possível que venham a dar guiões de filmes. Porque temos essa orientação, a ligação dos escritores ao cinema. Porque a literatura angolana é relativamente rica, ela pode dar-nos muitos temas, muitos assuntos. E aos escritores é exigida a produção de textos e ideias! □

## Co-produção para formar cineastas

*Partindo da associação com outros países africanos,  
o Instituto Nacional de Cinema começa a criar um  
novo sistema de produção de filmes*

**M**OÇAMBIQUE e Angola acabam de realizar uma co-produção no campo cinematográfico que deverá não só marcar uma importante etapa na co-opeção entre os dois países, como ainda delinear tipos de projectos que interessam ao desenvolvimento da África neste campo. O tema abordado na película recém-concluída é a independência do Zimbabwe, um processo político que envolveu profundamente os povos daquelas três ex-colónias. Com um custo total de 3 milhões de metcaís — cerca de 860 mil dólares — o filme é o resultado do esforço conjunto num sector que no Terceiro Mundo esteve sempre sob a dependência directa dos centros de poder.

As equipas que participaram no empreendimento pertencem aos países produtores e os laboratórios utilizados foram os do Zimbabwe, Inglaterra e Portugal. *Pamberi ne Zimbabwe* (Viva o Zimbabwe) é um documentário com 50 minutos de duração e na versão original é falado em inglês e shona, o idioma bantu mais importante do país. Os seus realizadores tomaram como base para a elaboração da película filmes feitos por ocasião das eleições e das cerimónias que marcaram a independência. A todo este material foram acrescentadas fotografias de igual valor histórico.

### «Operação Leopardo»

A indústria cinematográfica em Moçambique, que já conta com outras obras realizadas nestes seis anos de independência, nasce com uma

## operação leopardo



realização:  
camilo de souza



documentário do:

**INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA** MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO - REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

função social definida. Ela é antes de mais nada um instrumento de educação e luta política. «Operação Leopardo», para citar um exemplo, é uma película realizada no momento em que as Forças Populares de Libertação Nacional lançavam uma grande ofensiva contra grupos contra-revolucionários que actuavam na província de Manica. Os terroristas recebiam apoio sul-africano e vinham a aterrorizar a população da Zona.

A equipa do Instituto Nacional de Cinema acompanhou toda a etapa de preparação da ofensiva que integrou efectivos de terra e ar. É apresentada ainda, em detalhe, cada dificuldade encontrada para chegar até ao alto da montanha onde estava instalado o acampamento dirigido pelos *boers*. Na parte final são mostradas pessoas que foram capturadas, com as suas respectivas declarações sobre como era feito o recrutamento pelo inimigo. O filme deixa a claro os métodos utilizados pela contra-revolução — tais como raptos, chantagens, ameaças, etc. — para engrossar as suas fileiras. Algumas cenas foram reconstituídas. Outras, pelo contrário, são o resultado de um trabalho feito no próprio terreno.

Em entrevista a *cadernos do terceiro mundo*, Samuel Matola, director do Instituto Nacional de Cinema, fala sobre a realização de «Pamberi ne Zimbabwe» e ainda dos demais projectos que Moçambique pretende desenvolver neste sector.

#### «Pamberi ne Zimbaŵe»

*Como teve origem a presente co-produção moçambicano-angolana?*

Nesta zona do nosso continente, o cinema ainda está a dar os primeiros passos. A estratégia que nós adoptámos, para além da formação de quadros a nível de cada país com os quais mantemos boas relações, como é o caso de Angola, é a de juntar esforços no sentido de desenvolvermos também a nossa indústria cinematográfica. Dentro desta linha de pensamento e porque acreditamos que para alcançar isto há que realizar trabalho concreto, estabele-

cemos o acordo de uma co-produção.

Na altura em que ele foi feito, o tema mais importante na África Austral era a libertação do Zimbabwe. Tanto Moçambique como Angola estiveram envolvidos neste processo, como países da Linha da Frente, tendo de uma certa maneira suportado esta guerra. Portanto, nada melhor do que um tema como esse para iniciar o desenvolvimento, na prática, do resultado da nossa reflexão. Foi então feito um acordo entre o Instituto Nacional de Cinema de Moçambique e a correspondente organização angolana. No nosso caso participámos com um realizador, um montador, um operador de câmara, o mesmo acontecendo com a parte de Angola. O filme foi abordado em todos os aspectos técnicos por trabalhadores dos dois países.

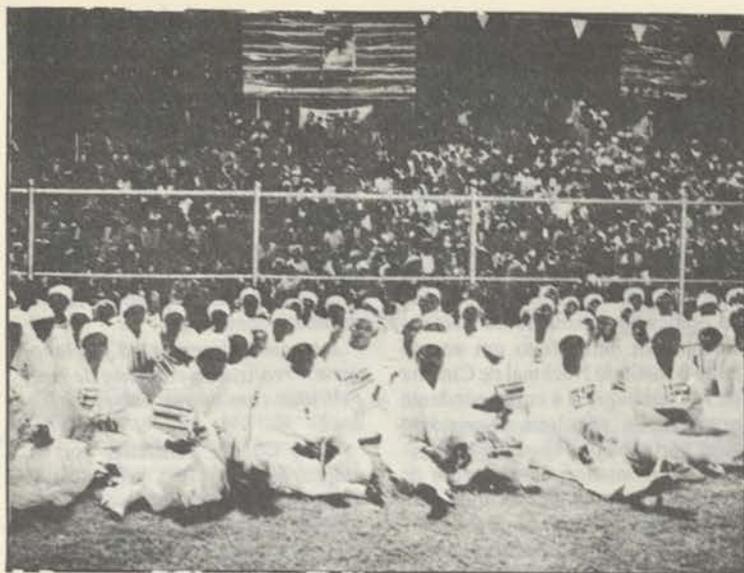
Como consequência das dificuldades encontradas — a elaboração da película coincidia com o próprio processo de formação de pessoal — o filme só veio a ser concluído depois da independência do Zimbabwe. Com o novo governo, foi possível mesmo, em laboratórios de Salisbúria, revelar os originais e fazer as cópias finais. Outros filmes mais se seguirão, abordando sempre temas que digam respeito a esta zona do nosso continente.

*Isso quer dizer que há já planos para a realização conjunta de mais películas com outros países africanos?*

Sim. Com a Tanzania, por exemplo, já temos um projecto que está concluído. É sobre o apoio que o povo deste país deu a Moçambique durante o processo da luta de libertação nacional. O filme terá como



Samuel Matola:  
«O Instituto Nacional de Cinema de Moçambique intensificará a produção de filmes políticos e didácticos»



Cena do filme «Pamperi ne Zimbabwe»

título *Crossing the River* e refere — se à travessia do Rovuma a partir do território tanzaniano para o moçambicano. Com o Zimbabwe estão já a ser realizados contactos no sentido de se estudar os mecanismos de outra co-produção, desta vez sobre a ajuda que o nosso país ofereceu no combate contra o regime minoritário, racista e ilegal de Ian Smith e Abel Muzorewa. Nele serão focados os campos de refugiados estabelecidos em território moçambicano durante a luta contra o colonialismo britânico.

A cooperação com estes países abrange também a formação de quadros. Ela é parte integrante do processo de realização destas películas. Isto é um princípio estabelecido, para além da formação teórica que se possa dar. Os planos incluem o envio de pessoal para outros países da nossa área. O Zimbabwe, que dispõe de um bom laboratório, receberá pessoal moçambicano para formação em películas a cores. Já com Angola foi estabelecido um acordo para que sempre que se realizem cursos de formação sobre cinema seja estudada a possibilidade de se enviar para Luanda, ou que venham a Maputo, trabalhadores como estagiários.

*Como encara Moçambique a possibilidade de intensificar a colaboração com os demais países africanos?*

Pensamos que isso será possível na medida que se estreitem os vínculos com os membros da Associação Africana de Cooperação Cinematográfica. Em 1977, foi realizada uma conferência em Maputo na qual compareceram países interessados na existência e desenvolvimento da organização. Num dos últimos encontros posteriormente levados a cabo, chegou-se à conclusão que as acções de cooperação bilateral e multilateral fariam avançar este projecto que é muito mais amplo que uma mera colaboração cinematográfica a nível da África. Este tipo de relação enquadra-se pois no desenvolvimento deste plano da AACC. A Associação tem sede provisória em Moçambique, que juntamente com a Tanzânia e a República de Madagascar compõe a sua direcção. Há reuniões periódicas de análise dos trabalhos já realizados ou em curso. Os demais países que a integram são a Guiné Bissau, Cabo Verde, Angola, São Tomé, Congo, Guiné-Conakri, tendo o Zimbabwe em princípio

concordado em aderir embora não tenha ainda ingressado formalmente.

## Cooperação e animação

*A cooperação no sector cinematográfico foi ampliada a outros continentes?*

Sim, temos, por exemplo, o projecto de co-produção com a União Soviética de uma película sobre o desmantelamento da rede da CIA em Moçambique. O desbaratamento da rede subversiva é um tema interessante e através dos documentos que foram divulgados na altura veio a idéia de estudá-los e realizar um filme sobre o acontecimento. Considerando que a nossa cinematografia está ainda a nascer, resolvemos procurar um país amigo que pudesse colaborar conosco neste plano, em regime de co-produção. A proposta feita à URSS foi aceite e neste momento trabalha-se no argumento desta película em que participarão moçambicanos e soviéticos. Ela não será rigorosamente uma ficção e terá partes baseadas em situações reais, concretas. E o resultado final será uma longa metragem em que a realidade se alterna com a fabulação.

No que diz respeito à América Latina, há um protocolo de cooperação com o governo de Cuba. A indústria cinematográfica deste país está a desenvolver-se e houve uma oferta para a formação de quadros moçambicanos em todos os níveis. Emcontra-se em fase de discussão o projecto de um filme, também em regime de co-produção, que aborde a situação da mulher no nosso país, em especial daquelas que são casadas com mineiros

*Além destes projectos há ainda o de desenhos animados. Que pretende o INC com este tipo de produção?*

Consideramos que o cinema de animação é um meio muito eficaz de comunicação, particularmente nesta fase em que a utilização da imagem no nosso meio é ainda deficiente. As



O cinema moçambicano vai levar até junto do povo filmes sobre problemas sociais, como o alcoolismo e o analfabetismo

As pessoas ainda não estão acostumadas a receber ou enviar comunicação através da imagem. O plano do INC é de também formar pessoal moçambicano nesta área para que se possa produzir pequenos filmes a serem utilizados em educação, saúde etc. Foram contratados técnicos dinamarqueses que agora orientam o curso de animação.

Este tipo de filme será realizado em primeiro lugar na desmistificação do próprio cinema. O INC recebe com frequência cartas pergun-

tando, por exemplo, como é possível que um actor que «morreu» num certo filme apareça vivo noutra.

Há o problema de a situação da saúde em determinadas regiões ser ainda muito precária, colocando-se pois a necessidade da população ser educada nos cuidados primários que uma comunidade deve ter. Neste momento encontra-se em preparação uma película que tem como tema os problemas criados pelo alcoolismo. □

Ainda está a tempo de adquirir os números anteriores do I VOLUME de "África"...

**África**<sup>7</sup>

LITERATURA-ARTE E CULTURA



**África**<sup>8</sup>

LITERATURA-ARTE E CULTURA



**África**<sup>9</sup>

LITERATURA-ARTE E CULTURA



Se os não encontrar na sua livraria peça-os directamente a **ÁFRICA EDITORA** Av. Principal, Miraflores, Lote 117, Loja 6 - **ALGÉS** 1495 Lisboa

# A dura luta pela sobrevivência

*Na Argentina, após cinco anos de existência quase subterrânea, os intelectuais começam a colher os resultados da luta contra a censura e a repressão policial. Há um renascer de actividades culturais, marcadas pelo esforço de vários artistas*

**P**ARA compreender estes esforços, que podem parecer isolados e numericamente escassos em comparação com a intensa produção cultural realizada até ao golpe militar de 1976, é importante esquecer os valores usados anteriormente para analisar o problema e ter em conta que todo o empreendimento cultural é hoje na Argentina uma façanha. Porquê? Porque a dura situação político-económica e a falta de liberdades democráticas geram uma total carência de estímulos externos.

As motivações para produzir intelectualmente estão praticamente reduzidas aos estímulos internos, que, dentro desse panorama, se retraem. Diante da péssima situação económica, a montagem de uma obra de teatro, por exemplo, chega a ser um risco quase suicida devido aos elevados custos. A estes aspectos tem-se que somar o medo de «dizer algo», pela possível repressão.

Neste panorama crítico, as tentativas para manter a cultura, não só existem, como crescem de ano para ano, mostrando uma tenacidade maior que a imaginável.

A desordem e o medo que produziu o golpe militar, com a sua sequência de mortos, desaparecidos, exilados e uma feroz repressão, criaram um novo tipo de anticorpos. Eles permitiram, tímida e depois mais audazmente, uma nova forma de contestação ao regime, no plano cultural.

Esta atitude converteu-se em desafio quando, no Inverno de 1980, os intelectuais e artistas argentinos,

retomando um hábito comum, aderiram, com as suas assinaturas, a uma solicitação pública, a pedido das Mães da *Plaza de Mayo*: que se forneça a lista dos desaparecidos e que estes apareçam com vida. Esta atitude motivou represálias: muitos viram os seus nomes em novas listas negras que os impediam de trabalhar; outros sofreram ameaças ou agressões, como por exemplo, quando lhes atiravam ácido para cima dos carros.

A defesa dos desaparecidos, e a oposição à censura foram os primeiros pontos de unidade e luta.

## O país do jardim de infância

Em 1979, a escritora Maria Elena Walsh, que estende as suas actividades à composição musical e à pedagogia de vanguarda, publicou no matutino *Clarín* o artigo «O país do jardim de infância». Nele faz uma parábola onde diz que a actual Argentina é como um jardim de infância de velha e retrógrada educação: cheio de monitores que têm como missão cuidar que as crianças não façam nada fora do lugar destinado, e que respeitem as normas estabelecidas.

Este artigo foi mobilizador. Demonstrou, numa conjugação de raiva e valor, que havia coisas que deviam ser expressas publicamente e que, apesar do risco, era possível dizê-las.

Maria Elena Walsh publicou no mesmo diário há pouco tempo, «A educação para cortesãs», onde questiona o ensino que as raparigas

recebem e critica a ordem familiar tradicional; no contexto argentino, tal artigo torna-se «subversivo» já que, para que subsista o regime autoritário, este necessita manter a ordem a partir da célula primária, a família.

Na Argentina não existe liberdade de imprensa; daí também o valor da escritora: os seus livros e discos, de uso habitual nas escolas antigamente, estão proibidos e o seu nome figura nas listas negras dos canais da televisão.

No *Clarín* aparece a historietta de «Clemente», do desenhista Caloi. Clemente é uma espécie de pássaro com consciência de homem, que filosofa à «maneira popular» e diariamente responde, sob este ponto de vista, aos temas do momento. A inflação tem sido o seu tema predilecto ultimamente.

## Teatro aberto

Nos últimos cinco anos o teatro foi o lugar onde, apesar dos riscos, alguns actores proibidos no cinema ou na televisão puderam trabalhar.

Na Argentina, o cinema depende da supervisão da Secretaria de Imprensa e Difusão da Nação, e os canais da televisão são estatais. Estes meios têm uma lista de pessoas proibidas ou, como disse um funcionário, dos que «têm que passar por um período de penitência». Os teatros, quase todos privados, deram espaço aos «indesejáveis» e permitiram a estreia de obras de autores argentinos que questionavam os comportamentos da classe média. «Convivência», de Oscar Viale, foi um grande êxito durante mais de dois anos. Nela actuavam dois «proibidos»: Federico Luppi e Luis Brandoni, este presidente da Associação Argentina de Actores. «Convivência» sofreu várias ameaças e este ano foi alvo da «operação gamexane». Esta operação consiste em acender pastilhas que provocam asfixia no público, durante espectáculos com artistas «indesejáveis». Esta campanha de terror não conseguiu alterar a vontade dos actores nem a dos espectadores.

Em Maio deste ano, regressou à Argentina a actriz Norma Aleandro,



Quando Luis Brandoni de acordeão) subiu ao palco no início do ciclo Teatro Aberto havia um clima de terror na plateia. O teatro *Picadero* fora incendiado. Actores como Alfredo Alón (ao meio) uniram-se na defesa da liberdade de expressão. Mas quando, dois meses depois, o ciclo terminou, o público aplaudiu de pé (em baixo) numa demonstração de solidariedade inédia em Buenos Aires nos últimos cinco anos.



considerada entre as melhores do país, afastada da sua pátria desde que explodiram duas bombas no teatro em que actuava. Voltou ao palco com uma obra do peruano Mario Vargas Llosa, «A senhorita de Tacna». Ao abrir-se a cortina da primeira apresentação, o público que superlotava a plateia ovacionou-a durante dez minutos. Expressão de apoio à actriz e também de repúdio pela situação que provocou o seu exílio.

O acontecimento cultural mais importante de 1981 foi o ciclo «Teatro Aberto». Nele se juntaram todos os representantes do teatro argentino: autores, directores, técnicos, actores. A proposta foi representar obras de autores nacionais com um sistema de abono popular durante dois meses. O êxito foi total: acorreram 25 000 espectadores, que não perderam o seu entusiasmo e alegria apesar das grandes bichas para a compra de bilhetes.

As sessões começaram dentro de um clima de temor no Teatro do Picadero. O mesmo foi incendiado uma noite e destruído totalmente. Os bombeiros, que chegaram tarde, afirmaram que não puderam fazer bem o seu trabalho pois «não havia pressão nas saídas de água». Em acto de protesto, o Teatro Aberto teve à sua disposição várias salas de Buenos Aires que ofereceram o seu espaço. Continuou o ciclo no «Tábaris». Encerrando o mesmo, falou o dramaturgo Osvaldo Dragún, que anunciou a constituição de uma comissão para reconstruir o Teatro do Picadero. O público respondeu soltando balões multicolores.

#### As revistas

*Humor* é uma revista que teve a sua origem em *Satiricon*, proibida durante o governo de Isabel Perón. É uma publicação que ridiculariza personagens do governo, a censura e a mediocridade criativa que esta carrega.

Num artigo sobre a actual economia do país, afirma: «Ocorre que nos cinco anos passados, «Joe» Martínez de Hoz e a sua equipa de jovens e distintos colaboradores

acenderam um lindo fogueiro. Puseram uma madeirinha aqui, jogaram um pouco de gasolina acolá e sopraram até que apareceram vigorosas chamas. Se os bombeiros ficam a olhar de longe, o incêndio destrói até as pedras. Ainda que a metáfora pareça algo carregada, não encontro uma figura melhor para descrever a crise econômica. Ninguém sabe se a água não chega ao doutor Sigaut, o novo ministro da Economia, se a mangueira é curta ou se alguns dos seus homens são, na realidade, incendiários disfarçados. Mas não é difícil prever que, com as medidas adoptadas, o cheiro a queimado se torne insuportável. O desenho que ilustra este artigo é uma tartaruga, com a cara do ministro Sigaut que leva na sua casca um pacote, obviamente o econômico.

Num país sem liberdade de Imprensa, onde o jornalista é agredido, inclusive fisicamente, esta revista mantém viva uma característica fundamental do humor argentino: a ironia quase irreverente. Conserva, readaptando-a, uma tradição que teve origem no circo rio-platense: a traça dos políticos e governos.

*Medios y Comunicación* é publicada há aproximadamente um ano e meio e analisa as produções culturais do país; apresenta artigos críticos e denuncia injustiças da Junta Militar no campo da cultura. No número 16 lê-se: «A censura revanchista expressou-se com toda a crueldade no rompimento dos contratos — para citar dois casos — dos autores Carlos Somigliana e Aída Bertnik por parte do Canal 7.

Os motivos? Tiveram o atrevimento de assinar a lista onde se reclamava pelos desaparecidos.»

Tanto nos diários como nas revistas, as secções de cartas dos leitores fica repleta com temas censurados. Os leitores — o povo — também procuram formas de manifestar o seu descontentamento. Para a publicação das cartas é solicitado o nome e o número do documento de identificação do remetente. Os problemas abordados são críticas à política econômica, à censura, às diferentes negociações do governo, como por exemplo, as surgidas na construção

de auto-estradas pela municipalidade de Buenos Aires.

### A literatura

O ano de 1980 marca a edição de duas importantes novelas, ambas de autores que vivem em Buenos Aires: «Flores roubadas nos jardins de Quilmes», de Jorge Asís, e «Respiração artificial», de Ricardo Piglia.

Asís é um dos escritores mais importantes dos anos 70. A sua novela «Os arrebatados», que narra o massacre de 20 de Junho de 1973, organizado por López Rega quando do regresso de Perón à Argentina, é um dos marcos da literatura argentina da década. «Flores roubadas» é uma análise de certos personagens da década anterior. A dedicatória do livro é um acto de valentia: «A Harold Conti, *in memoriam*?». Conti é um jovem escritor desaparecido em 1976. O livro é um sucesso editorial que supera os 50 000 exemplares.

Em «Respiração artificial» Ricardo Piglia constrói, através da correspondência entre um militante radical dos anos 30 e o seu sobrinho, um jovem escritor, «uma grande metáfora de tempos sombrios, em que os homens parecem necessitar de ar artificial para poderem sobreviver». Incorpora o problema da emigração argentina e a sua integração na vida quotidiana. Lê-se: «Meu querido filho; nós, tua mãe e eu vamos bem, continuando na mesma. Espero que recebas esta carta com saúde. Tua mãe cada vez mais nervosa. De noite quase não prego olho. Tem medo que te possa acontecer algo. Continuas em Winnesburg, Ohio? Aqui de trabalho nem te conto e ganha-se cada vez menos... Há muita preocupação; espero que estejam bem em Winnesburg, Ohio. No mapa não figura: estivemos em casa de Don Crespo, vimos os Estados Unidos da América do Norte, vimos a província de Ohio, mas não encontramos esse lugar. Tua mãe, preocupada dorme pouco. O mais velho dos Weber pergunta-me por vocês cada vez que me vê: ele é o único que se anima e aproxima de mim...»

### Os protestos

Duante os dois últimos meses aconteceram as primeiras manifestações de rua, como há muito não acontecia; entre outras, a dos estudantes do ensino secundário e a dos jornalistas. O protesto tradicional soma-se às novas formas inventadas nestes anos de repressão. Retomando um costume dos caudilhos políticos, os velórios de personalidades foram cenário de actos políticos camuflados. Em fins de 1980, por exemplo, morreu uma actriz pioneira, Milagros de la Vega. No seu enterro seriam pronunciados discursos abertos contra a censura e a proibição a actores.

Em Dezembro de 1980, realizou-se no teatro *El Nacional* um acto pela sobrevivência do cinema argentino, diante da quase paralisia do mesmo devido à crise econômica, censura e listas negras. Referindo-se a estas, o actor Alfredo Alcón disse: «Os perseguidos não têm dívidas para com a justiça e são levados ao ostracismo em flagrante violação de um direito essencial: o do trabalho». Alcón é o mais importante actor argentino. Actualmente apenas pode actuar em teatro; o seu nome é sistematicamente recusado na formação de elencos de cinema e televisão, e aparece frequentemente em todas as lutas pelas liberdades democráticas.

Tanto estes actos como a produção cultural têm carácter de heroica resistência, porque produzir nas actuais condições é um desafio onde se joga a vida e, no mínimo, a fonte de trabalho. O clima existente, no qual se tenta, e se consegue, preservar e criar novas formas culturais, define-se neste parágrafo de uma carta recém-recebida da Argentina: «...Aqui o medo é natural, da polícia, da inflação, do desemprego, da falta de dinheiro, enfim de tudo. E ainda que uma pessoa não queira nada com esse medo, ele penetra-lhe nos ossos...»

Mas apesar deste clima, a cultura insiste, através de produções concretas, em profetizar que a letargia não será eterna e empenha-se em continuar a apostar na vida. □

*Os diamantes  
de Angola  
são mais  
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo  
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

ac  
se  
ra  
se  
ro  
fi  
de  
m  
et  
de  
ge  
de  
E  
se  
re  
M  
m  
q  
de  
ta  
S  
pa  
  
pr  
in  
m  
fu  
in  
re  
te  
tr  
  
ca  
m  
ra  
ce  
M  
ne  
cl  
ca  
re  
n  
m  
re  
  
ta  
fi  
O  
pr  
se  
ca  
e  
fi  
ab  
ec  
ne  
es  
  
96

# “Na CIMANGOLA trabalhamos pela nossa independência económica e pela da África”



*Desta empresa, uma das maiores do continente, 90% das exportações vão para a Nigéria, Congo, Madagáscar, Gabão e, em breve, para a Líbia.*

**CIMANGOLA - U.E.M.**  
ex-SECIL DO Ultramar

Avenida 4 de Fevereiro nº 42 - 2º andar -  
Tel.: 71198 - Luanda  
Fábrica: Estrada do Cimento - Tel.: 71100  
Telex: 3142 - CIMENTO AN - C.R. 2532

